

# Índice

## 1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

## 2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	7

## 3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições Não Contábeis	9
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	12
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	13
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	15
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	16
3.7 - Nível de Endividamento	17
3.8 - Obrigações	18
3.9 - Outras Informações Relevantes	19

## 4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	20
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	31
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	33
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	39
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	40
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	41
4.7 - Outras Contingências Relevantes	42

## Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	43
<b>5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos</b>	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	44
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	45
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	46
5.4 - Programa de Integridade	48
5.5 - Alterações significativas	50
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	51
<b>6. Histórico do Emissor</b>	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	52
6.3 - Breve Histórico	53
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	55
6.6 - Outras Informações Relevantes	56
<b>7. Atividades do Emissor</b>	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	57
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	60
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	61
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	62
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	63
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	64
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	65
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	66
7.8 - Políticas Socioambientais	67
7.9 - Outras Informações Relevantes	68
<b>8. Negócios Extraordinários</b>	
8.1 - Negócios Extraordinários	69
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	70

## Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	71
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	72
<b>9. Ativos Relevantes</b>	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	73
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	74
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	75
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	76
9.2 - Outras Informações Relevantes	77
<b>10. Comentários Dos Diretores</b>	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	78
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	96
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	98
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	99
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	100
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	101
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	102
10.8 - Plano de Negócios	103
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	104
<b>11. Projeções</b>	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	105
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	106
<b>12. Assembléia E Administração</b>	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	107
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	109
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	110
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	111

## Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	112
12.7/8 - Composição Dos Comitês	115
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	116
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	117
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	118
12.12 - Outras informações relevantes	119

### 13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	120
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	121
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	125
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	126
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	127
13.6 - Opções em Aberto	128
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	129
13.8 - Precificação Das Ações/opções	130
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	131
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	132
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	133
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	134
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	135
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	136
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	137
13.16 - Outras Informações Relevantes	139

### 14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	140
---------------------------------------	-----

## Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	141
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	142
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	143
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	144
<b>15. Controle E Grupo Econômico</b>	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	145
15.3 - Distribuição de Capital	168
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	169
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	170
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	171
15.7 - Principais Operações Societárias	172
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	181
<b>16. Transações Partes Relacionadas</b>	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	182
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	183
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	188
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	189
<b>17. Capital Social</b>	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	190
17.2 - Aumentos do Capital Social	191
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	192
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	193
17.5 - Outras Informações Relevantes	194
<b>18. Valores Mobiliários</b>	
18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	195

## Índice

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	196
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	197
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	198
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	200
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	201
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	202
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	203
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	204
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	205
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	206
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	207

## 19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	208
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	209
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	210

## 20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	211
20.2 - Outras Informações Relevantes	212

## 21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	213
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	214
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	215
21.4 - Outras Informações Relevantes	216

## 1.0 - Identificação dos responsáveis

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Rui Juarez Klein**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Ronald Dennis Marangon**

**Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

**CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.**

**Declaração do Diretor Presidente**

O Sr. **RUI JUAREZ KLEIN**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG No. 106.416.777-6 SSP-RS, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física ("CPF/MF") No. 938.683.830-34, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, com escritório na Rua Gomes de Carvalho No. 1.510, conjuntos 31/32, CEP 04547-005, Vila Olímpia, vem, nos termos do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 480/09") declarar que:

- (a) reviu as informações que foram atualizadas no formulário de referência após a data de sua posse; e
- (b) todas as informações que foram atualizadas no formulário na forma do item "a" acima atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

02 de setembro de 2019



---

**RUI JUAREZ KLEIN**



**CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.****Declaração do Diretor de Relações com Investidores**

O Sr. **RONALD DENNIS MARANGON**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 32.295.195-1 (SSP/SP), inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF/MF) sob o nº 311.610.338-07, residente e domiciliado na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, no km 28,5 da Rodovia dos Imigrantes, Jardim Represa, vem, nos termos do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 480/09”) declarar que:

- (a) reviu as informações que foram atualizadas no formulário de referência após a data de sua posse; e
- (b) todas as informações que foram atualizadas no formulário na forma do item “a” acima atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

02 de setembro de 2019

---

**RONALD DENNIS MARANGON**

### **1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores**

Não aplicável, tendo em vista que os cargos de Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores da Companhia são ocupados por pessoas diferentes. As declarações individuais de cada um dos diretores estão disponíveis nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

**2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores**

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	471-5
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	Ernst & Young Auditores Independentes S/S
<b>CPF/CNPJ</b>	61.366.936/0001-25
<b>Data Início</b>	20/03/2013
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Revisão de ITR´S; Auditoria Anual de Demonstrações Financeiras e Revisão Limitada.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	No último exercício social encerrado em 2017, o valor do contrato firmado entre a Companhia e a empresa de auditoria independente referente aos honorários, totalizaram o valor de R\$ 258,6 mil referente aos serviços Revisões de ITR´S; Auditoria Anual de Demonstrações Financeiras e Revisão Limitada realizada sobre as demonstrações financeiras para atendimento ao Contrato de Concessão firmado com o Poder Concedente. Não foram prestados outros serviços que não tivessem relação com os serviços de auditoria externa.
<b>Justificativa da substituição</b>	A substituição ocorrida é para o atendimento do rodízio de empresa de auditoria independente, conforme Instrução CVM nº 308, artigo 28 de 14 de maio de 1999.
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não há.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Ezequiel Litvac	10/11/2016	286.114.518-80	Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Norte, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (011) 25733316, Fax (011) 25736826, e-mail: ezequiel.litvac@br.ey.com
Luiz Carlos Passetti	20/03/2013	001.625.898-32	Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, Torre I - 8ª andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-900, Telefone (011) 25733000, Fax (11) 25735780, e-mail: luiz.c.passetti@br.ey.com
Luiz Carlos Passetti	16/09/2017	001.625.898-32	Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Norte, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (011) 25733316, Fax (011) 25736826, e-mail: luiz.c.passetti@br.ey.com

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	385-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
<b>CPF/CNPJ</b>	49.928.567/0001-11
<b>Data Início</b>	30/03/2018
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Revisão de ITR'S; Auditoria Anual de Demonstrações Financeiras e Revisão Limitada.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	Para o exercício corrente de 2018, o valor do contrato firmado entre a Companhia e a empresa de auditoria independente totalizarão o valor de R\$211,4 mil referente aos serviços Revisões de ITR'S; Auditoria Anual de Demonstrações Financeiras e Revisão Limitada
<b>Justificativa da substituição</b>	A substituição ocorrida em função da rotatividade de empresa de auditoria independente, conforme Instrução CVM nº 308, artigo 28 de 14 de maio de 1999.
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não há.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Alexandre Cassini Decourt	30/03/2018	257.953.648-51	Avenida Dr.Chucri Zaidan, 1240 - Golden Tower, 4ºao 12ºandar, Vila Cordeiro, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-130, Telefone (11) 51861181, Fax (11) 51861181, e-mail: ricsilva@deloitte.com

### **2.3 - Outras Informações Relevantes**

Não há outras informações que a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") julgue relevantes para os itens 2.1 a 2.2 deste formulário.

**3.1 - Informações Financeiras - Individual**

<b>(Reais)</b>	<b>Exercício social (31/12/2018)</b>	<b>Exercício social (31/12/2017)</b>	<b>Exercício social (31/12/2016)</b>
Patrimônio Líquido	449.002.757,17	419.623.260,56	400.859.971,10
Ativo Total	1.942.143.591,87	1.882.580.942,00	1.835.215.309,66
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.069.132.231,22	1.023.474.650,85	942.796.117,20
Resultado Bruto	666.111.846,73	636.280.933,56	563.058.170,81
Resultado Líquido	365.452.731,91	360.343.701,02	280.140.439,50
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	270.386.120	270.386.120	270.386.120
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,660598	1,551941	1,482546
Resultado Básico por Ação	1,351596	1,332700	1,036076

### 3.2 - Medições Não Contábeis

#### a. Valor das medições não contábeis

<b>EBITDA – em milhares de R\$</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>	<b>31.12.2016</b>
EBITDA	754.116	741.881	635.286
Margem EBITDA (% da Receita Líquida)	70,5%	72,5%	67,4%

<b>EBITDA Ajustado - em milhares de R\$</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>	<b>31.12.2016</b>
EBITDA Ajustado	769.090	789.290	690.719
Margem EBITDA Ajustada (% da Receita Líquida)	81,6%	81,6%	79,9%

#### b. Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

##### **EBITDA e Margem EBITDA**

**EBITDA:** corresponde ao Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização .O **EBITDA** não é um medida de desempenho financeiro segundo o *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) ou Práticas Contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) e não deve ser considerado como uma alternativa ao Lucro Líquido, como indicador de desempenho operacional ou como indicador de liquidez. O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Companhia”), em razão de não considerar determinados custos decorrentes de negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

**Margem EBITDA:** corresponde ao EBITDA dividido pela Receita Líquida.

##### **EBITDA e Margem EBITDA Ajustado**

O **EBITDA Ajustado:** corresponde ao EBITDA Ajustado pelas receitas e custos de construção e pela provisão para manutenção da infraestrutura rodoviária não é uma medida de desempenho financeiro segundo o *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) ou Práticas Contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) e não deve ser considerado como uma alternativa ao Lucro Líquido, como indicador de desempenho operacional ou como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado não tem uma definição única e outras empresas podem calcular de maneira diferente da nossa. O EBITDA Ajustado apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.(“Companhia”), em razão de não considerar determinados custos decorrentes de negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. “O EBITDA Ajustado é utilizado pela Companhia como medida adicional de desempenho de suas operações.

**Margem EBITDA Ajustado:** corresponde ao EBITDA Ajustado/pela Receita Líquida Ajustada.

**Receita Líquida Ajustada:** corresponde a Receita Líquida excluindo a Receita de Construção. A Receita Líquida Ajustada não é uma medida de desempenho financeiro segundo IFRS ou BRGAAP, não possui um significado padrão e a nossa definição pode não ser comparável com definições de receita líquida ajustada utilizadas por outras companhias.

### 3.2 - Medições Não Contábeis

Reconciliação EBITDA (Em R\$ mil)	31/12/2018	31/12/2017	Var %	31/12/2016	Var %
Lucro Líquido	365.453	360.344	1,4%	280.140	14,0%
(+) IR/CS	176.662	171.869	2,8%	129.708	15,0%
(+) Resultado Financeiro Líquido	81.441	59.852	36,1%	103.516	-30,3%
(+) Depreciação e Amortização	130.560	149.816	-12,9%	121.922	2,4%
<b>EBITDA <sup>(1)</sup></b>	<b>754.116</b>	<b>741.881</b>	<b>1,6%</b>	<b>635.286</b>	<b>1,5%</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.069.132</b>	<b>1.023.475</b>	<b>4,5%</b>	<b>942.796</b>	<b>0,8%</b>
<b>Margem EBITDA <sup>(2)</sup></b>	<b>70,5%</b>	<b>72,5%</b>	<b>-2,0 p.p.</b>	<b>67,4%</b>	<b>0,5 p.p.</b>
(+) Provisão manutenção	14.974	47.409	-68,4%	55.433	10,7%
(+) Custo construção	126.785	56.644	n.m	78.813	13,3%
(-) Receita construção	(126.785)	(56.644)	n.m	(78.813)	13,3%
<b>EBTIDA Ajustado <sup>(3)</sup></b>	<b>769.090</b>	<b>789.290</b>	<b>-2,6%</b>	<b>690.719</b>	<b>2,1%</b>
<b>Receita ajustada</b>	<b>942.347</b>	<b>966.831</b>	<b>-2,5%</b>	<b>863.983</b>	<b>-0,3%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustada <sup>(4)</sup></b>	<b>81,6%</b>	<b>81,6%</b>	<b>0,0 p.p.</b>	<b>79,9%</b>	<b>1,8 p.p.</b>

(1) Nos termos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, o EBITDA equivale ao resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, em razão de não serem consideradas para o seu cálculo despesas e receitas com juros (financeiras), imposto sobre a renda e contribuição social, depreciação e amortização. Cabe ressaltar que tal indicador tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, ou da receita operacional, como um indicador do desempenho operacional, ou alternativo aos fluxos de caixa operacionais, como medida de liquidez ou capacidade de pagamento da dívida da Companhia.

O EBITDA não deve ser considerado como recursos disponíveis para dividendos. Assim, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da rentabilidade da Companhia. O EBITDA pode não ser comparável com o de outras empresas que atuam no mesmo setor ou em setores diferentes, que eventualmente não utilizem a forma de cálculo de EBITDA nos termos da Instrução CVM nº 527/12. Entretanto, a Companhia acredita que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

(2) A Margem EBITDA é o resultado da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

(3) O EBITDA Ajustado é o lucro líquido adicionado do resultado financeiro líquido, do imposto sobre a renda contribuição social, das depreciações e amortizações e ajustado pela adição da provisão para manutenção e do custo com construção e subtração da receita de construção.

(4) A Margem EBITDA Ajustada é o resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida ajustada.

#### **Endividamento Financeiro Líquido**

**Endividamento Financeiro Líquido:** a soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no passivo circulante e no não circulante, diminuído pelo saldo de caixa e equivalentes a caixa. O endividamento financeiro líquido não é uma medida de desempenho financeiro segundo IFRS ou BRGAAP, não possui um significado padrão e a nossa definição pode não ser comparável com definições de dívida utilizadas por outras companhias.

Endividamento (R\$ mil)	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>			
Debêntures	171.614	30.605	30.444
<b>Não Circulante</b>			
Debêntures	1.072.762	1.163.687	1.127.690
<b>Endividamento Financeiro Bruto</b>	<b>1.244.376</b>	<b>1.194.292</b>	<b>1.158.134</b>
Obrigações com Poder Concedente	1.482	7.830	27.697
<b>Endividamento Bruto</b>	<b>1.245.858</b>	<b>1.202.122</b>	<b>1.185.831</b>
(-) Caixas e Equivalentes Caixa	173.353	135.740	332.433
<b>Dívida Líquida</b>	<b>1.072.505</b>	<b>1.066.382</b>	<b>853.398</b>
<b>Endividamento Financeiro Líquido<sup>1</sup></b>	<b>1.071.023</b>	<b>1.058.552</b>	<b>825.701</b>
<b>EBITDA</b>	<b>754.116</b>	<b>741.881</b>	<b>635.286</b>
<b>Dívida Líquida/EBITDA</b>	<b>1,42</b>	<b>1,44</b>	<b>1,34</b>
<b>EBITDA Ajustado<sup>2</sup></b>	<b>769.090</b>	<b>789.290</b>	<b>690.719</b>
<b>Dívida Líquida/EBITDA Ajustado<sup>2</sup></b>	<b>1,39</b>	<b>1,35</b>	<b>1,24</b>

<sup>1</sup> Desconsidera as obrigações com o Poder Concedente

<sup>2</sup> Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção



## 3.2 - Medições Não Contábeis

***c. Explicar o motivo pelo qual a Companhia entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.***

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Companhia”) entende que a utilização do EBITDA e EBITDA Ajustado como medida de desempenho pode ser mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

A Companhia acredita que o EBITDA e EBITDA Ajustado retrata seu desempenho sem a influência de fatores ligados, dentre outras coisas, (i) à sua estrutura de capital, como despesas com juros de seu endividamento, flutuações de taxas de juros e outros resultados financeiros, (ii) à sua estrutura tributária, como seu imposto de renda e contribuição social, (iii) às suas despesas com planos de opções de compra de ações, que não têm efeito no fluxo de caixa da Companhia e, (iv) à suas despesas com depreciações e amortizações. Estas características, no entendimento da Companhia, tornam o EBITDA e EBITDA Ajustado uma medida mais prática e mais apropriada de seu desempenho, pois afere de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento das atividades de exploração de concessões rodoviárias.

### **3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

### 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

<b>a) regras sobre retenção de lucros;</b>	
31/12/2018	Ao fim de cada exercício a Diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em lei, as quais compreenderão a proposta de destinação de lucro líquido do exercício. Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento), serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento de dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.
31/12/2017	Ao fim de cada exercício a Diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em lei, as quais compreenderão a proposta de destinação de lucro líquido do exercício. Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento), serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento de dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.
31/12/2016	Ao fim de cada exercício a Diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em lei, as quais compreenderão a proposta de destinação de lucro líquido do exercício. Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento), serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento de dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.

<b>b) regras sobre distribuição de dividendo;</b>	
31/12/2018	O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. Após as deduções legais, o lucro líquido do exercício terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral, a partir de proposta apresentada pela administração, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, pagar juros sobre o capital, nos limites da lei, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório referido no parágrafo anterior. A Companhia poderá, mediante deliberação da totalidade dos membros do Conselho de Administração, levantar balanços mensais, bimestrais, trimestrais ou semestrais e distribuir os lucros neles evidenciados, os quais serão levados à conta do lucro apurado nesses balanços, desde que o total dos dividendos pagos ao longo do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o Parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76.

continua

### 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

<b>b) regras sobre distribuição de dividendo; (continuação)</b>	
31/12/2017	O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. Após as deduções legais, o lucro líquido do exercício terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral, a partir de proposta apresentada pela administração, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, pagar juros sobre o capital, nos limites da lei, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório referido no parágrafo anterior. A Companhia poderá, mediante deliberação da totalidade dos membros do Conselho de Administração, levantar balanços mensais, bimestrais, trimestrais ou semestrais e distribuir os lucros neles evidenciados, os quais serão levados à conta do lucro apurado nesses balanços, desde que o total dos dividendos pagos ao longo do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o Parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76.
31/12/2016	O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. Após as deduções legais, o lucro líquido do exercício terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral, a partir de proposta apresentada pela administração, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, pagar juros sobre o capital, nos limites da lei, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório referido no parágrafo anterior. A Companhia poderá, mediante deliberação da totalidade dos membros do Conselho de Administração, levantar balanços mensais, bimestrais, trimestrais ou semestrais e distribuir os lucros neles evidenciados, os quais serão levados à conta do lucro apurado nesses balanços, desde que o total dos dividendos pagos ao longo do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o Parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76.

<b>c) periodicidade das distribuições de dividendos;</b>	
31/12/2018	Dividendo obrigatório: anualmente. Dividendos intermediários: em períodos inferiores conforme deliberação da totalidade dos membros do Conselho de Administração, de acordo com o previsto no Estatuto Social.
31/12/2017	Dividendo obrigatório: anualmente. Dividendos intermediários: em períodos inferiores conforme deliberação da totalidade dos membros do Conselho de Administração, de acordo com o previsto no Estatuto Social.
31/12/2016	Dividendo obrigatório: anualmente. Dividendos intermediários: em períodos inferiores conforme deliberação da totalidade dos membros do Conselho de Administração, de acordo com o previsto no Estatuto Social.

<b>d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais;</b>	
31/12/2018	Não há.
31/12/2017	Não há.
31/12/2016	Não há.

<b>e) se o emissor possui uma política de destinação de resultado formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.</b>	
31/12/2018	A Companhia tem como política a distribuição de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado.
31/12/2017	A Companhia tem como política a distribuição de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado.
31/12/2016	A Companhia tem como política a distribuição de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado.

### **3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

### **3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

**3.7 - Nível de Endividamento**

<b>Exercício Social</b>	<b>Soma do Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>Tipo de índice</b>	<b>Índice de endividamento</b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
<b>31/12/2018</b>	1.493.140.834,70	Índice de Endividamento	3,32546028	

**3.8 - Obrigações**

<b>Exercício social (31/12/2018)</b>							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Garantia Real		171.614.054,38	132.974.000,00	625.676.000,00	314.111.804,73	1.244.375.859,11
Financiamento	Quirografárias		1.482.083,87	0,00	0,00	0,00	1.482.083,87
<b>Total</b>			<b>173.096.138,25</b>	<b>132.974.000,00</b>	<b>625.676.000,00</b>	<b>314.111.804,73</b>	<b>1.245.857.942,98</b>
<b>Observação</b>							



### **3.9 - Outras Informações Relevantes**

Não há outras informações que a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A ("Companhia") julgue relevantes para os itens 3.1 a 3.8 deste formulário.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### a. Ao emissor

**O negócio de concessão rodoviária pode ter sua condição financeira e resultados operacionais afetados adversamente caso os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, em virtude de aumento de encargos e/ou de redução de tarifas, não gerem tempestivamente um aumento do nosso fluxo de caixa.**

Em caso de alterações das premissas dos contratos de concessão, devemos confiar em um mecanismo menos objetivo, previsto em contratos de concessão e na lei, que é o chamado equilíbrio econômico-financeiro. Esse mecanismo permite que tanto nossa concessão quanto o poder concedente possam buscar ajustes para acomodar as alterações imprevistas subsequentes à assinatura do contrato de concessão, que afetariam os elementos econômicos acordados quando da outorga da concessão. Tais ajustes podem resultar, segundo os termos do contrato e com base na regra legal geral, na compensação por meio de alteração do valor das tarifas, nos casos de nossa concessão rodoviária, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo da concessão, dentre outras formas, inclusive, a combinação dos referidos mecanismos de compensação.

O procedimento para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pode ser demorado e está sujeito à discricionariedade dos respectivos poderes concedentes. Dessa forma, caso o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gere, tempestivamente, um aumento de fluxo de caixa, como no caso de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro por meio de alteração do prazo da concessão, redução de investimentos futuros, aumento de valor nominal de tarifas, compensação direta por parte do poder concedente ou ainda a combinação destas alternativas, nosso negócio, condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados adversamente.

**Decisões desfavoráveis em processos arbitrais, judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos sobre a Companhia.**

A Companhia é ré em processos arbitrais, judiciais e administrativos no curso normal dos negócios, em especial nas esferas regulatória, cível, tributária e trabalhista, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos nossos interesses que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso para nós. Para mais informações acerca dos processos judiciais e administrativos de nossa Companhia, vide item 4.3 deste Formulário de Referência.

**O negócio da Companhia pode ser afetado adversamente caso sejam aplicadas sanções decorrentes da não observância das obrigações contratuais e legais.**

O não cumprimento das obrigações estipuladas no contrato de concessão celebrado pela Companhia, da legislação e regulamentação aplicáveis poderá ensejar, sem prejuízo da responsabilidade civil, a aplicação de penalidades, como advertências, multas, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com o Poder Público e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Poder Público. A graduação das penalidades a serem aplicadas pelo Poder Concedente observará a natureza e a gravidade dos atos praticados pela Companhia. Na hipótese de aplicação pelo Poder Concedente de penalidades em razão de infração cometida pela Companhia, a nossa imagem e nossos resultados financeiro e operacional poderão ser afetados de forma relevante e adversamente.

**A indenização devida na hipótese de extinção da concessão e bens reversíveis, pode ser insuficiente para compensar a perda do lucro futuro**

Nossa concessão está sujeita à rescisão unilateral antecipada em determinadas circunstâncias estabelecidas pela legislação e pelo contrato de concessão. Ocorrendo a extinção da concessão, os ativos sujeitos à concessão serão revertidos ao Poder Concedente. Apesar de termos o direito à indenização do valor desses ativos que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados de acordo com os termos dos contratos de concessão, em caso de extinção antecipada, não podemos assegurar que esse valor seja suficiente para compensar a perda de lucro futuro.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em caso de descumprimento dos contratos de concessão ou da legislação aplicável, estamos sujeitos à caducidade das respectivas concessões, ou seja, tal concessão poderá ser extinta por decretos dos Poderes Concedentes, após instauração de processo administrativo e comprovação da inadimplência. A declaração da caducidade ocorre sem indenização prévia, havendo indenização apenas de parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, sendo que no caso de término de concessões por inadimplemento contratual, o valor de eventuais indenizações devidas pode teoricamente ser reduzido a zero, pela imposição de multas ou outras penalidades. Declarada a caducidade, o respectivo Poder Concedente não é responsável por quaisquer encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com nossos empregados.

### **Existem riscos para os quais a cobertura de seguro contratada pode não ser suficiente para cobrir os eventuais danos que possamos incorrer em nossas operações**

Os negócios da Companhia estão sujeitos a inúmeros riscos e incertezas que podem resultar em danos, ou destruição dos ativos (rodovias, pontes e demais obras-de-arte), equipamentos e veículos assim como danos às pessoas ou ao meio ambiente.

A Companhia possui apólices de seguro vigentes de acordo com as práticas usuais de mercado as quais tem cobertura contratada em concordância com os limites estipulados nos contratos de concessões, incluindo seguro garantia, responsabilidade civil geral, riscos nomeados, *All Risk*, riscos de engenharia e responsabilidade civil de obras, dentre outros.

No entanto, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos pelas apólices contratadas. Os seguros contra riscos, incluindo responsabilidade por poluição ambiental súbita, podem não estar disponíveis a um custo razoável e absoluto.

Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, poderemos incorrer em custos e despesas adicionais, o que poderá afetar os resultados operacionais.

Além disso, não podemos garantir que, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto por uma das apólices de seguro contratadas, o pagamento da indenização pela companhia seguradora seja suficiente para cobrir integralmente os danos decorrentes de tal sinistro.

### **Interrupções das operações ou degradação da qualidade dos serviços poderão ter efeito adverso sobre os negócios, condição financeira e resultados operacionais.**

A operação de nossas rodovias requer complexas tecnologias, sistemas de informatização e recursos de operação, os quais estão sujeitos a fatores de riscos endógenos e exógenos que poderão acarretar dificuldades operacionais e interrupções não previstas nas nossas operações.

Estes eventos incluem acidentes, quebra ou falha de equipamentos ou processos, desempenho abaixo de níveis esperados de disponibilidade e eficiência dos ativos e catástrofes como explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares, podendo afetar as receitas que a Companhia auferir em decorrência da operação e manutenção de suas instalações relacionadas aos serviços, demanda dos usuários e clientes e preços praticados.

### **Gastos ou investimentos inesperados em nossos projetos podem impactar adversamente nossa condição financeira e nossas operações.**

Nossa capacidade de concluir adequadamente os projetos em andamento ou futuros projetos adicionais que possam ser exigido pelo contrato de concessão, está sujeita, dentre outros fatores, ao custo e/ou falta de mão de obra e de matéria-prima, mudanças na economia em geral, condições de crédito e negociais, inadimplência ou adimplência insatisfatória dos contratados e subcontratados, negociações com o poder público e riscos políticos, greves e; ou paralisações da mão de obra, bem como interrupções resultantes de problemas de engenharia imprevisíveis.

Esses fatores podem aumentar significativamente nossos custos de construção e resultar ainda na aplicação de multas pelo Poder Concedente que, caso não sejam repassados a terceiros, poderão afetar o fluxo de caixa e, conseqüentemente, nossos negócios e resultados.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**As operações de concessão de rodovia, podem ser impactadas pela flutuação nos preços do petróleo e etanol, ocasionando queda na receita e aumento dos custos de manutenção e dos projetos de construção.**

O aumento no preço dos combustíveis traz impacto direto no setor de infraestrutura afetando o volume de tráfego tanto comercial e de passeio, o custo de manutenção e dos projetos de obras das rodovias.

Assim, as flutuações no preço do petróleo ou do etanol, e outros eventos que impactam estes preços, estão fora de nosso controle e caso ocorram, poderão causar impacto substancial sobre os setores, o que pode afetar adversamente os nossos negócios, resultados financeiro e operacional.

**Podemos não conseguir executar integralmente nossa estratégia de negócios.**

A capacidade de realizar a estratégia de negócios da Companhia depende de nossa habilidade em:

- a) operar, assinar aditivos e renovar a concessão;
- b) otimizar nossa estrutura de capital;
- c) ampliar nossa eficiência operacional, como, por exemplo, por meio da obtenção de economias de escala, administração eficiente de custos de construção, operação, manutenção aproveitamento de sinergias e terceirização de serviços;
- d) aprimorar continuamente nossa política de gestão e sucessão de conhecimento e retenção de executivos chave.

Vale ressaltar que o ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente, e continua influenciando, o desempenho da economia do país. Crises políticas têm afetado e continuam afetando a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Além disso, eventos adversos (econômicos, sociais e climáticos, dentre outros), podem fazer com que a Companhia não seja capaz de cumprir os objetivos estratégicos. Sendo assim, não há como garantirmos que nossas metas e estratégias para o futuro serão integralmente realizadas

A ocorrência de quaisquer dos fatores acima mencionados pode afetar negativamente nossa capacidade de implementar a estratégia de negócios, bem como afetar de forma adversa nossos negócios e resultados financeiros e operacionais.

**Acontecimentos e a percepção de riscos no Brasil e em outros países podem dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das nossas operações no futuro e causar um impacto negativo em nossa condição financeira.**

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países (inclusive países da América Latina, economias emergentes e países desenvolvidos).

Embora a conjuntura econômica desses países seja diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras.

Crises em outros países podem afetar adversamente a disponibilidade de crédito para empresas brasileiras no mercado interno e externo, a saída significativa de recursos do País e a diminuição na quantidade de moeda estrangeira investida no País, podendo, ainda, reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras.

Uma crise ou deterioração econômica em outros mercados poderá ter um efeito adverso na nossa capacidade de captar recursos, seja via empréstimos junto a instituições financeiras, seja via mercado de capitais.

Além disso, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou até mesmo serem incapazes ou não estarem dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá dificultar o

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das nossas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

### **Podemos enfrentar barreiras e desafios para ter acesso ao mercado de capitais**

Nosso crescimento poderá exigir o aporte de recursos adicionais que poderão não estar disponíveis ou, caso estejam, poderão dispor de condições insatisfatórias.

A construção e operação de nossos ativos requerem fontes sustentáveis e confiáveis de financiamento. Tradicionalmente, a maior parte dos financiamentos em infraestrutura vem de fontes nacionais. A experiência recente tem mostrado que o financiamento público vem sofrendo reduções.

As condições da economia e da política brasileira e a percepção dessas condições nos mercados nacional e internacional impactam diretamente nossos negócios e acesso ao mercado de capitais e ao mercado de dívida nacional, o que pode afetar adversamente os resultados de nossas operações e condições financeiras.

Nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais poderão, também, ser afetados negativamente por mudanças em políticas governamentais, bem como por fatores econômicos e do mercado financeiro em geral, incluindo:

- Flutuação dos índices financeiros
- Liquidez dos mercados domésticos de capitais e de empréstimos;
- Preço de *commodities*;
- Políticas do governo que afetam a infraestrutura do Brasil;
- Política fiscal;
- Políticas de controle cambial;
- Outros desdobramentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o País.

Tais eventos podem afetar o acesso da Companhia às linhas de financiamento e ao fluxo de capitais, impactando em sua capacidade de financiamento e, conseqüentemente, na execução da estratégia definida pela administração.

### **As flutuações dos índices financeiros podem aumentar o custo das nossas dívidas e afetar negativamente o desempenho financeiro geral.**

A Companhia está exposta a taxas flutuantes, que implicam na possibilidade de sofrermos ganhos ou perdas decorrentes de flutuações de taxas de juros e inflação incidentes sobre nossos ativos e passivos financeiros, a saber:

- (i) Taxas de Inflação: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, relacionado às nossas emissões de debêntures e reajustes tarifários;
- (ii) Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) relacionado às aplicações financeiras relativas aos excedentes de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI;
- (iii) Taxa de juros de longo prazo (TJLP) e dólar nos financiamentos de obras, máquinas e equipamentos contraídos pela Companhia.

Considerando que estas taxas de juros e cotação do dólar são flutuantes, a Companhia está sujeita a efeitos adversos caso quaisquer uma das referidas taxas de juros e cotação do dólar sofram aumentos relevantes e, para suas aplicações financeiras, caso referidas taxas sofram quedas relevantes.

Futuras medidas do Governo Federal, inclusive de redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real, poderão desencadear o aumento da inflação e levar a políticas anti-inflacionárias que poderão afetar adversamente os negócios da Companhia.

Por outro lado, uma alta significativa na taxa de juros interna com a finalidade de conter o aumento da inflação pode ter um efeito adverso na capacidade de pagamento da Companhia, podendo impactar diretamente o custo de captação de recursos da Companhia, bem como seus custos de financiamento, de modo a elevar os custos de serviço de dívidas da Companhia expressas em reais, acarretando, deste modo, um lucro líquido menor;

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Qualquer deterioração da situação econômico-financeira da Companhia em decorrência das flutuações dos índices financeiros poderá afetar substancialmente a capacidade de pagamento da dívida, assim como o lucro líquido da Companhia.

**Os contratos de financiamento da Companhia incluem restrições importantes (“covenants”) e qualquer inadimplência gerada a partir de violação destes contratos pode ter efeitos materiais adversos sobre a Companhia.**

A Companhia é contraparte em contratos de financiamento que exigem a manutenção de certos índices financeiros (*covenants*) e o cumprimento de outras cláusulas específicas, cujo descumprimento impõe determinadas restrições.

Os contratos de financiamento incluem, por exemplo: manutenção de um nível máximo do indicador dívida líquida sobre EBITDA (Lucro antes do pagamento de juros, impostos, depreciação e amortização) da Companhia, conforme o caso; e manutenção de índices mínimos da cobertura do serviço da dívida da Companhia.

Qualquer inadimplência dos termos dos contratos de financiamento, que não for aprovada pelos credores afetados, pode resultar em uma decisão por parte destes credores de antecipar o saldo em aberto da dívida. Isto também pode resultar na execução das garantias e na aceleração do vencimento das dívidas de outros contratos de financiamento em virtude das provisões de cláusulas de inadimplência acelerada cruzada (*cross default and cross acceleration*).

Os ativos e fluxos de caixa da Companhia podem ser insuficientes para pagar o saldo em aberto total destes contratos de financiamento, seja nas datas de vencimento ou na antecipação dos pagamentos após um evento de inadimplência. Se tais eventos ocorrerem, a situação financeira da Companhia poderá ser afetada adversamente.

Para mais informações sobre os contratos financeiros de que somos parte, vide item 10.1.f - (Condições financeiras e patrimoniais - ***Níveis de endividamento e as características de tais dívidas***): deste Formulário de Referência.

**Podemos não ser capazes de concluir os programas de investimentos previstos e/ou não alcançar o retorno dos investimentos esperados por nossos acionistas.**

Se não formos capazes de: concluir adequadamente os projetos em andamento ou futuros projetos adicionais que possam ser exigidos pelo contrato de concessão detidos pela Companhia, absorver o aumento de custos de mão-de-obra e de matérias-primas, nossos custos de implementação e operação de ativos podem ter aumento significativo, caso não sejam repassados a terceiros, o que poderá afetar nosso fluxo de caixa, nossa condição financeira, nossos resultados e não alcançar o retorno dos investimentos esperados por nossos acionistas.

**Podemos não ser capazes de aprimorar continuamente nossa política de gestão e sucessão de conhecimento e retenção dos executivos chave**

Nossa capacidade de manter nossa posição competitiva depende em larga escala do desempenho de nossa administração, executivos chave e colaboradores dos diferentes níveis da organização, em função do modelo de negócio adotado pela Companhia.

Apesar de nossos programas de incentivos e retenção, assim como nosso monitoramento do plano de sucessão com vistas a mapear necessidades futuras de recursos humanos estratégicos, identificar e desenvolver talentos internos para a ocupação futura de tais posições, não há nenhuma garantia de que seremos capazes de manter a nossa atual administração ou atrair novos executivos chave qualificados e capacitados e em condições de assumir posições estratégicas na estrutura hierárquica, em razão de ausências planejadas ou repentinas.

**O sistema de controles internos dos processos de Governança Corporativa e Ética Empresarial podem apresentar falhas e ocasionar multas regulatórias, riscos operacionais e financeiros e danos à imagem da Companhia**

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia envida esforços permanentemente para aperfeiçoar suas práticas de Governança Corporativa e Ética Empresarial, assim como o sistema de controles internos, inerentes aos processos e atividades. No entanto, a Companhia opera em um ambiente complexo onde suas atividades estendem-se por várias jurisdições, estruturas regulatórias complexas e esferas federais, estaduais e municipais de atuação.

A Companhia pode estar exposta a terceiros, fornecedores ou parceiros comerciais, que tenham ou venham a ter problemas relacionados aos crimes de corrupção ou fraude junto ao setor público sem que se tenha conhecimento.

Os processos de Governança Corporativa e cumprimento de obrigações, que incluem identificação e mitigação de riscos por meio de controles internos com foco nas informações divulgadas em seus relatórios financeiros, podem não ser capazes de evitar futuras violações das leis, de padrões contábeis, de boas práticas de Governança Corporativa e Ética Empresarial.

O descumprimento das leis aplicáveis à Companhia, por parte de colaboradores ou administradores da Companhia, pode resultar em multas, perda de licenças operacionais e prejuízos à reputação da Companhia.

A prática de gestão de riscos da Companhia pode não ser capaz de identificar violações aos princípios de Governança Corporativa e Ética Empresarial do Grupo EcoRodovias por terceiros, fornecedores ou parceiros comerciais, o que pode acarretar em prejuízos operacionais, financeiros ou reputacionais.

**A Companhia é parte em processo judicial que discute a validade do Termo Aditivo Modificativo (“TAM”) nº 10/2006 que reequilibrou, em seu favor, os desequilíbrios quantificados e reconhecidos no Termo Aditivo Modificativo anterior, o TAM nº 09/2006, mediante a extensão do prazo de concessão.**

A Companhia é parte em ações judiciais (conforme descritas no quadro 4.3. “Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes”) que discutem a possibilidade de invalidação do Termo Aditivo Modificativo (“TAM”) nº 10/2006 que reequilibrou, em seu favor, os desequilíbrios quantificados e reconhecidos no TAM nº 09/2006.

A perícia judicial realizada no processo ratifica os critérios utilizados no TAM nº 09/2006, na mesma linha defendida pela Companhia. Em 08/2018 a ação foi julgada e a sentença reconheceu a tese defendida pela concessionária e da legalidade do TAM nº 10/2006. No entanto, eventual decisão final desfavorável à Companhia implicará na invalidação tão somente do TAM nº 10/2006. Neste caso, novo Termo Aditivo Modificativo deverá ser celebrado para recálculo do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor da Companhia, uma vez que os respectivos fatores de desequilíbrio (TAM nº 09/2006) se mantém reconhecidos pelo Estado de São Paulo e pela Artesp a favor da Companhia. Além de nova extensão de prazo, as outras possíveis formas de reequilíbrio aplicáveis ao contrato seriam: (i) o aumento do valor das tarifas de pedágio e (ii) o pagamento direto pelo Erário Público.

### ***b. Ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle***

**Nossos interesses podem divergir do acionista majoritário indireto, representado pela Primav Infraestrutura S.A, podendo resultar em conflitos de interesse entre o acionista majoritário indireto, a Companhia e os demais acionistas**

A Primav Infraestrutura S.A. é a nossa acionista controladora indireta. Isto possibilita, sem que seja necessário o consentimento dos demais acionistas, eleger a maioria de nosso conselho de administração, destituir conselheiros, controlar a nossa administração e nossas políticas, o que poderá conflitar com os interesses dos demais acionistas minoritários, entre outros.

### ***c. A seus acionistas***

Não há riscos relevantes envolvendo a Companhia cuja fonte seja seus acionistas.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### **d. A suas controladas e coligadas**

Não se aplica à Companhia.

### **e. Aos seus fornecedores**

#### **Dependemos de terceiros em serviços essenciais para gerir as operações**

A Companhia celebra contratos com terceiros para as realizações nas áreas de engenharia e obras, manutenção, atendimento aos usuários, e fornecimento de tecnologia de infraestrutura, e outros serviços nas operações de concessões de rodovias.

A revogação ou rescisão desses contratos com estes terceiros ou nossa incapacidade de renovar esses contratos ou negociar novos contratos com outros prestadores de serviços a valores comparáveis poderá afetar nossos negócios e nosso desempenho financeiro.

A negligência ou incidência de um ato ilícito de um terceiro contratado poderá nos expor a riscos de descumprimento de cláusulas contratuais, danos ao meio ambiente, aos usuários, colaboradores e sociedade em geral, assim como descumprimento de requisitos regulatórios que possam comprometer a imagem de nossa Companhia.

#### **A crise hídrica e energética pode afetar adversamente o negócio da Companhia e os resultados de suas operações.**

O baixo nível de investimentos e a precipitação abaixo dos níveis habituais no passado resultaram em baixo índice dos reservatórios e capacidade hidrelétrica crítica no Sudeste, Centro-Oeste e demais regiões do Brasil. Fontes alternativas de geração de energia têm frequentemente sido adiadas devido a questões regulatórias, dentre outras. Caso o Brasil venha a sofrer falta de energia (quer em função das condições das hidrelétricas, das limitações de infraestrutura ou de outra forma), podem vir a ser instituídas para limitar ou racionar a utilização de energia elétrica.

Dessa forma, as nossas receitas podem ser adversamente afetadas pelos efeitos negativos que a falta de energia elétrica pode ter no cenário macroeconômico. Além disso, podemos vir a ser adversamente afetados pelo impacto da falta de energia nas atividades dos nossos principais fornecedores. Qualquer referida falta de energia ou racionamento aplicável pode vir a ter um efeito adverso em nossos negócios e resultados operacionais.

### **f. A seus clientes**

#### **Estamos expostos aos riscos de receita e tráfego**

A maior parte das receitas da Companhia é oriunda das operações de concessões de rodovias e depende do volume e da frequência de veículos comerciais e de passeio que trafegam em nossas rodovias.

Mesmo havendo um nível razoável de confiabilidade nas previsões, a demanda de tráfego pode ser afetada pela concorrência de outros modais de transportes, assim como em função das condições macroeconômicas, climáticas e preço das commodities, causando alterações usuais na demanda de tráfego.

Os volumes de tráfego são muito sensíveis ao crescimento econômico e da renda, assim como ao nível da atividade econômica, da inflação, do aumento das taxas de juros, do aumento do preço dos combustíveis ou das tarifas de pedágio, da criação de novas opções de transporte ou de outros fatores.

Tal efeito poderia surgir, também, diretamente de circunstâncias pessoais dos usuários ou indiretamente de uma redução no comércio em geral, levando ao uso reduzido de veículos comerciais. A redução no volume de tráfego afetaria adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Picos sazonais de tráfego, no inverno e no verão, podem variar significativamente dependendo do clima e as condições do mercado turístico. Não podemos garantir que seremos capazes de adaptar nossas operações em resposta a mudanças abruptas no volume de tráfego e receita de pedágios, o que pode afetar negativamente o nosso negócio e a nossa condição financeira.



## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### ***g. Aos setores da economia nos quais o emissor atue***

#### **Aumento na concorrência nos setores onde atuamos poderá reduzir nossas receitas e nossa participação no mercado**

Em rodovias, nossos principais concorrentes são as rodovias sob administração direta do governo federal e dos governos estaduais e municipais e rodovias sob administração privada, além do modal ferroviário. Com relação às rodovias administradas diretamente pelos governos federal, estaduais e municipais, verificamos que, apesar de se encontrarem em pior estado de conservação e por isso serem menos atrativas para os motoristas em geral, elas não cobram pedágio e, dessa maneira, desviam parte do tráfego das rodovias que operamos. À medida que seja dado andamento aos novos programas de concessão, estaremos sujeitos a um aumento na concorrência de outras rodovias sob administração privada, além do desenvolvimento de outros modais de transporte, que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e financeiros.

### ***h. À regulação dos setores em que o emissor atue***

#### **A discricionariedade do Poder Concedente pode afetar adversamente os nossos resultados operacionais e nosso crescimento.**

Em nossa atividade de operação de concessão rodoviária, nosso contrato é firmado com Poder Concedente, sendo que estamos sujeitos a um ambiente altamente regulado.

Os contratos de concessão são contratos administrativos regidos pelas leis brasileiras, as quais fornecem ao Poder Concedente certa discricionariedade para determinar, motivadamente, nos editais de licitação, os termos e condições aplicáveis às rodovias administradas pela Companhia. Caso tenhamos que efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista nos contratos, ou, ainda, como resultado de medidas unilaterais por parte do Poder Concedente, nas hipóteses previstas na legislação, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais podem ser afetados adversamente, caso não seja realizado equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Atitudes como essas ou a edição de normas ainda mais rígidas, em razão do interesse público, poderão afetar nossa capacidade de atender a todos os requisitos exigidos pelos processos regulatórios e nossos resultados de forma adversa.

Ademais, o Poder Concedente possui a função de fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas nos termos do respectivo contrato de concessão. Caso sejam apurados descumprimentos de obrigações contratuais e/ou regulamentares quanto ao objeto da concessão, poderão ser aplicadas diversas penalidades à concessionária, incluindo multas pecuniárias

#### **A regulamentação governamental afeta as nossas operações e pode aumentar o custo do negócio, restringir nossas operações e resultar em atrasos operacionais**

Nossas operações estão sujeitas a leis e normas que regem: relação de trabalho, a saúde e a segurança do trabalhador, saúde ocupacional, contratação, descarte de resíduos, proteção ao meio ambiente, transporte de substâncias perigosas, importações, exportações, impostos e outras questões. É possível que mudanças futuras nas leis, normas e acordos aplicáveis ou mudanças na execução ou interpretação regulatória resultem em alterações nas exigências legais ou nos termos de alvarás, permissões, licenças e contratos existentes aplicáveis a nós, o que poderia ter impacto negativo significativo sobre os negócios, os resultados operacionais ou a nossa situação financeira. Quando exigida, a obtenção de alvarás e licenças necessárias para continuidade das operações pode significar um processo complexo e demorado e não há como garantir se qualquer alvará, permissão, licença ou autorização necessário será obtido e, quando obtido, se mediante condições aceitáveis ou em momento oportuno. Os custos e atrasos associados à obtenção dos alvarás e licenças necessários poderiam interromper ou atrasar significativamente ou até restringir algumas das nossas operações.

O descumprimento das leis, normas, alvarás ou licenças aplicáveis, mesmo que inadvertidamente, poderá resultar na interrupção ou término de determinadas operações ou em multas, penalidades ou outras obrigações significativas que poderiam ter um efeito significativo adverso sobre os nossos negócios, os nossos resultados operacionais ou a nossa situação financeira.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### **Estamos sujeitos a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital**

Somos comprometidos com as melhores práticas de sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, e isto requer o investimento de recursos e esforços da nossa administração. Além disso, as nossas operações estão sujeitas à extensa legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente.

O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância destas normas. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas no valor de R\$ 500,00 a R\$ 50.000.000,00, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva de nossas atividades.

A aprovação de leis e regulamentos de meio ambiente mais rigorosos podem nos forçar a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos já planejados. Tais alterações poderiam ter efeito adverso relevante sobre as nossas condições financeiras e sobre os nossos resultados. Além disso, a inobservância da legislação relativa à proteção do meio ambiente, como por exemplo, no caso de ausência de licenças ambientais que sejam exigidas para nossos empreendimentos e atividades, pode implicar a imposição de sanções penais, sem prejuízo das sanções administrativas e da obrigação civil de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais, cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público, o que pode ter impacto negativo em nossas receitas ou, ainda, inviabilizar nossas captações de recursos junto ao mercado financeiro.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças ambientais, assim como a nossa eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação, a operação e a ampliação dos nossos empreendimentos. As exigências ambientais adicionais que venham a ser impostas no futuro em razão de alterações na legislação ambiental ou no impacto ambiental de nossas atividades, assim como a nossa incapacidade de obter as licenças ambientais necessárias, podem exigir que incorramos em custos adicionais significativos e podem acarretar um efeito adverso relevante em nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

### **Potenciais impactos financeiros ou de fluxo de caixa decorrentes da alteração de entendimento para a incidência de IPTU.**

Em decisões do Supremo Tribunal Federal - STF da incidência do IPTU sobre imóvel de pessoa jurídica de direito público cedido à pessoa de direito privado podem implicar na cobrança deste imposto. Nos recursos extraordinários RExts 594.015 e 601.720, por exemplo, o STF determinou que a imunidade tributária não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público exploradora de atividade econômica com fins lucrativos. A jurisprudência do STF se aplica a situações fáticas e de direito distintas daquelas que regem o regime de concessão de rodovias. Recentemente o STF ao julgar a Reclamação 32.7717/SP em questão portuária ratifica nossa tese da aplicabilidade da imunidade recíproca às empresas que, a despeito de ostentarem natureza privada, prestam serviços essencialmente públicos. Contudo, caso não se reconheça a distinção, bens públicos que integram as concessões rodoviárias, tais como praças de pedágio, passarelas, trechos rodoviários etc., poderão ser passíveis de incidência de IPTU. A concessionária entende ser passível de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão rodoviária essa cobrança do IPTU. Caso haja demora na definição ou ausência do reequilíbrio, pode haver impacto adverso nas condições financeiras da Companhia.

i. ***Aos países estrangeiros onde a companhia atue***  
Não se aplica à Companhia

j) ***As questões socioambientais***

### **Os riscos associados a acidentes geológicos, mudanças climáticas e catástrofes ambientais podem impactar os ativos e resultados financeiros e estão relacionados à:**

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- Danos ou perda de ativos: Algumas das áreas por onde passam nossas rodovias estão sujeitas a riscos de acidentes geológicos decorrentes de chuvas intensas e irregularidades naturais do solo, dentre outros fatores, o que pode causar deslizamentos, desmoronamentos e quedas de barreiras e provocar a interdição da pista;
- A escassez/excesso de chuvas pode ocasionar a quebra em safras, com impacto negativo nos resultados da arrecadação rodoviária;
- O excesso de chuva pode ocasionar a redução de tráfego de veículos de passeio, influenciado pela condição climática, sobretudo nos fins de semana e feriados.

### **Movimentos sociais, greves e paralisações podem impactar a geração de caixa com a diminuição da receita e aumento dos custos para acionar os planos de gestão de crises que mitiguam o impacto destes eventos**

O Brasil vem passando por movimentos sociais de grande impacto, como a greve dos caminhoneiros ocorrida em 2015, que representa ameaças à rotina operacional de nossas rodovias, assim como danos às pessoas e/ou usuários, comunidades lindeiras e no seu entorno.

Não podemos assegurar que nossos ativos não estarão sujeitos a invasões ou ocupações por estes grupos. Nestes casos, nossas ações e esforços de mitigação buscam preservar nossa operação, a segurança dos usuários e das comunidades lindeiras, com o apoio da Polícia Rodoviária, responsável pelo reestabelecimento da ordem pública.

### **A implantação de estruturas rodoviárias, trazem impactos socioambientais que requerem tratamento adequado durante o ciclo de obra e posteriormente na operação da rodovia.**

Alguns dos principais impactos ambientais, tanto positivos, como negativos, decorrentes da implantação de uma rodovia são:

- **No meio Socioeconômico:** conflito de uso e ocupação do solo; alterações nas atividades econômicas das regiões por onde a rodovia passa; mudanças nas condições de emprego e qualidade de vida para as populações; segurança do tráfego, ruído, vibrações, emissões atmosféricas que pode ter efeito sobre a saúde humana; desapropriações; riscos ao patrimônio cultural, histórico e arqueológico; travessias/intrusão urbana, uso indevido da faixa de domínio (construções, escavações e descartes, depósito de lixo orgânico).
- **No meio biótico:** impedimento dos processos de intercâmbio ecológicos por corte de áreas; riscos de atropelamento de animais; risco a áreas protegidas e a biótopos ecológicos importantes; redução da cobertura vegetal; aumento da pressão sobre ecossistemas terrestres e aquáticos; incêndios nas faixas de domínio; poluição em ambientes aquáticos e riscos para a vida aquática (o lixiviado da lavagem das pistas que cai em corpos d'água superficiais, pode alterar a sua qualidade, aumentar seus nutrientes e gerar processos de eutrofização em lagos e açudes).
- **No meio físico:** retirada de solos; indução a processos erosivos/voçorocas em antigas áreas exploradas e taludes; instabilidade de taludes, rompimento de fundações; terraplenagem, empréstimos e bota-foras; degradação de áreas de canteiro de obras, trilhas e caminhos de serviço; rebaixamento do lençol freático; risco para a qualidade de água superficial (aumento da turbidez) e subterrânea por concentração de poluentes; assoreamento de terrenos naturais, bacias de drenagem e cursos d'água; Alagamentos, decorrentes do represamento por Obras de Arte Correntes e sistema de drenagem (pontes, viadutos) mal posicionados e/ou obstruídos.

### **A população pode reagir negativamente à cobrança de pedágio e aos reajustes periódicos de tarifas**

Com pouco mais de vinte anos, a prática de operação de rodovias por concessionárias do setor privado é relativamente recente no Brasil. Antes da implementação dos programas de concessão de rodovias, os pedágios eram cobrados em poucas estradas brasileiras. Desde então, a cobrança das tarifas tem aumentado e, provavelmente, continuará a levantar reações negativas dos usuários, especialmente dos caminhoneiros, que em 2015 organizaram protestos e bloquearam estradas na tentativa de pressionar os governos a reduzirem as tarifas cobradas ou isentar determinados usuários de pagar pedágio.

#### **4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco**

Estes protestos podem influenciar as decisões das autoridades concedentes no tocante à cobrança de tarifas de pedágio, como também podem reduzir a receita dispersando o tráfego das vias pedagiadas. Estes fatores podem afetar negativamente nossos resultados operacionais e financeiros.

## 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A Companhia está exposta aos riscos financeiros oriundos do curso natural de seus negócios que correspondem a possibilidade de perdas financeiras ou econômicas resultantes das flutuações nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia relacionadas a volatilidade da taxa de juros, inflação e na taxa de cambio.

A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

### **Risco relacionado ao volume de tráfego e receita de pedágios**

Atualmente a maior parte de nossas receitas tem sua origem da cobrança de pedágios e pode ser afetada por mudanças no volume de tráfego, aumento das tarifas dos pedágios e reações dos usuários ao aumento das tarifas. Volumes de tráfego estão condicionados a fatores diversos, incluindo a qualidade, conveniência e tempo de viagem em rodovias não pedagiadas ou rodovias pedagiadas fora da nossa rede, à qualidade e estado de conservação das nossas rodovias, preço dos combustíveis, normas ambientais, incluindo medidas de restrição do uso de veículos automotivos visando reduzir a poluição do ar, a existência de concorrência de outros meios de transporte e mudanças no comportamento do consumidor, inclusive por conta de fatores econômicos, socioculturais e climáticos. Picos sazonais de tráfego, no inverno e no verão, podem variar significativamente dependendo do clima e as condições do mercado turístico. Não podemos garantir que seremos capazes de adaptar nossas operações em resposta às mudanças abruptas no volume de tráfego e receita de pedágios, o que pode afetar significativamente o nosso negócio e a nossa condição financeira.

### **Risco de crédito**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

### **Risco de liquidez**

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

### **Risco de taxas de juros e inflação**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer redução de ganhos ou aumento das perdas por consequência de oscilações de taxas de juros e/ou inflação incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta as principais variações:

- (i) Taxas de Inflação: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, relacionado às nossas emissões de debêntures e reajustes tarifários e Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, relacionado às obrigações com o Poder Concedente.
- (ii) Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) relacionado às aplicações financeiras relativas a excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI.

A tabela abaixo demonstra a exposição no passivo da Companhia em 31/12/2018 (Em R\$ mil):

## 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures - Ecovias	IPCA + 3,80% a.a.	155.214	148.028	-	-
Debêntures - Ecovias	IPCA + 4,28% a.a.	70.782	43.705	45.465	1.185.596
		225.996	191.733	45.465	1.185.596

Fonte: DF ECOVIAS 2018 NE 23 - Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

### Análise de sensibilidade

#### **Risco de variação nas taxas de juros**

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do IGP-M nos próximos 12 meses:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI	8,0%	10,0%	12,0%
IPCA	4,0%	5,0%	6,0%

Fonte: DF ECOVIAS 2018 NE 23 - Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégicas definidas pela Administração da Companhia

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	10.032	12.540	15.049
Juros sobre as debentures (b)	Alta do IPCA	(85.258)	(86.518)	(87.786)
Juros a incorrer, líquidos		(75.226)	(73.978)	(72.737)

Fonte: DF ECOVIAS 2018 NE 23 - Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Destacamos as demandas abaixo, consideradas relevantes, em razão: (i) da capacidade do processo de impactar de forma significativa o patrimônio da Companhia, sua capacidade financeira ou seus negócios e/ou os de suas Controladas; (ii) da capacidade de impactar de forma significativa os contratos de concessão detidos pelas Controladas; e (iii) de tratarem de ações civis públicas, coletivas e/ou populares.

#### a) Cíveis

##### - Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A ("Ecovias"):

<b>Processo: Ação Civil Pública nº 0004870-76.2012.8.26.0161</b>	
<b>Juízo</b>	Vara da Fazenda Pública de Diadema - SP
<b>Instância</b>	1ª instância
<b>Data de instauração</b>	29/03/2012
<b>Polo ativo</b>	Ministério Público Estadual (MPE)
<b>Polo passivo</b>	Município de Diadema, Estado de São Paulo e Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Trata-se de Ação Civil Pública visando a demolição das moradias localizadas em área de risco e a desocupação das moradias dentro da faixa "non aedificandi" da Rodovia dos Imigrantes no Município de Diadema e novas ocupações.
<b>Principais fatos</b>	Em 29/03/2012, ocorreu a citação da Ecovias, inclusive da tutela antecipada concedida para remoção em 48 horas das moradias localizadas em áreas de riscos no Km 16 da Rodovia dos Imigrantes, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00, em caso de descumprimento. Em 06/03/2012, protocolada pela Ecovias petição informando o devido cumprimento tempestivo da decisão liminar. Em 22/03/2012, Ecovias protocolou petição solicitando a remoção urgente de 14 moradias localizadas em áreas de riscos. Em 23/03/2012, deferido o pedido da Ecovias para remoção imediata das 14 moradias. No dia 12/07/2012, dado parcial provimento ao agravo de instrumento, determinando a interdição de todos os imóveis e a demolição de dois. Em 24/07/2014, realizada a demolição de duas edificações e a desocupação das outras moradias reocupadas. Em 11/08/2014, proferida sentença que julgou parcialmente procedente a ação para (i) condenar a Ecovias a indenizar os moradores das residências demolidas e (ii) determinar a homologação do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre Município e Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). O Ministério Público interpôs recurso de apelação contra esta decisão e a Ecovias opôs embargos de declaração. No dia 25/08/2014, os embargos de declaração foram rejeitados. Em 10/09/2014, a Ecovias interpôs recurso de apelação e ajuizou ação cautelar perante o Tribunal de Justiça para atribuir efeito suspensivo ao recurso de apelação. Em 17/09/2014, concedida liminar e atribuído efeito suspensivo. Em 21/10/2015, o recurso de apelação da Ecovias foi provido para determinar a anulação da sentença, para inclusão da DERSA no polo passivo e realização de perícia. Em 14/12/2017, apresentada contestação pela DERSA. Em dezembro de 2018, aguarda-se a realização de perícia determinada pelo Tribunal de Justiça.
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda</b>	Em caso de perda, o impacto financeiro será em relação

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>do processo</b>	ao pagamento de eventual indenização às famílias removidas (já depositados em juízo pela concessionária), bem como custo de demolição e remoção das famílias ainda não removidas, a ser apurado.
--------------------	--

<b>Processo: Ação Civil Pública nº 0005842-58.2012.8.26.0157</b>	
<b>Juízo</b>	1ª Vara Cível de Cubatão
<b>Instância</b>	2ª instância
<b>Data de Instauração</b>	17/09/12 (recebida citação)
<b>Polo Ativo</b>	Ministério Público Estadual
<b>Polo Passivo</b>	Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 27.000.000,00
<b>Principais fatos</b>	<p>Processo ajuizado em razão de parte do pagamento referente à compensação ambiental decorrente da construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes ter restado pendente, em virtude da falta de definição quanto à forma de pagamento e de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. Os pedidos formulados em sede de tutela antecipada foram indeferidos. Em 07/01/2013, apresentada defesa pela Ecovias. Em 23/01/2013, apresentada réplica pelo Ministério Público do Estado de São Paulo. Passada a fase de instrução probatória, em 22/08/2014, proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$ 36.917.497,00. Em 25/09/2014, interposto recurso de apelação pelo Ministério Público. Em 30/09/2014, a Ecovias realizou o depósito judicial atualizado da condenação no valor de R\$ 38.827.779,41. Em 08/10/2014, interposto recurso de apelação pela CDHU pedindo a nulidade da sentença. Em 05/04/2018, foram parcialmente providos os recursos de apelação interpostos pelo Ministério Público e pela CDHU, no tocante à forma de atualização da verba residual a ser paga. Em 05/07/2018, opostos embargos de declaração pela Ecovias. Em dezembro de 2018, aguarda-se o julgamento do recurso.</p>
<b>Chance de perda</b>	Provável
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	O valor depositado de R\$ 38.827.779,41 foi incluído no Plano de Negócios da Companhia como investimento intangível e contabilmente provisionado. Há documento prévio da ARTESP que indica haver disposição para o efetivo reequilíbrio de parte deste valor pelo Poder Concedente, que deverá ser ratificado através de Termo Aditivo Modificativo.

<b>Processo: Ação Ordinária nº 1031187-59.2014.8.26.0053</b>	
<b>Juízo</b>	8ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo-SP
<b>Instância</b>	2ª instância
<b>Data de instauração</b>	30/07/2014
<b>Polo ativo</b>	Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A



**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>Processo: Ação Ordinária nº 1031187-59.2014.8.26.0053</b>	
<b>Polo passivo</b>	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) e o Estado de São Paulo.
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Trata-se de ação anulatória com pedido de tutela antecipada para aplicar o reajuste anual de 2014, conforme previsão contratual e anular a Deliberação do Conselho Diretor da ARTESP de 26/06/2014.
<b>Principais fatos</b>	Em 13/08/2014, deferida a antecipação de tutela para permitir a aplicação do reajuste da tarifa de pedágio calculado com base na aplicação do IPCA. Em 14/08/2014, proferida decisão pelo Presidente do Tribunal de Justiça suspendendo os efeitos da decisão que concedeu a antecipação de tutela. Em 29/09/2014, juntada a contestação do Estado. Em 26/02/2015, a ação foi julgada procedente para anular os atos que determinaram a não aplicação integral do reajuste contratual de 2014, condenando-se os réus a aplicarem às tarifas da autora o reajuste anual de 2014 de acordo com o critério contratual, no percentual de 6,3748%, correspondente à variação do IPCA. Em 20/05/2015, foi interposto recurso de apelação pelo Estado/ARTESP. Em 13/09/2016, o recurso de apelação interposto pelo Estado/ARTESP foi provido para julgar improcedente a ação. Interpostos recursos especial e extraordinário pela Ecovias, em dezembro de 2018, aguarda-se o julgamento nos Tribunais Superiores.
<b>Chance de perda</b>	Provável
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda, será mantida a aplicação de reajuste atualmente vigente de 4,57%, referente ao reajuste anual automático de 2014.

<b>Processo: Suspensão de Liminar nº 2132554-74.2014.8.26.0000</b>	
<b>Juízo</b>	Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
<b>Instância</b>	2ª instância
<b>Data de instauração</b>	12/08/2014
<b>Polo ativo</b>	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) e o Estado de São Paulo
<b>Polo passivo</b>	Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A, Rodoanel Oeste, SP Vias e Viaoeste
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Trata-se de pedido de suspensão dos efeitos da decisão que concedeu a antecipação de tutela para aplicar o reajuste anual de 2014, conforme previsão contratual.
<b>Principais fatos</b>	Em 14/08/2014, proferida decisão pelo Presidente do Tribunal de Justiça suspendendo os efeitos da decisão que concedeu a antecipação de tutela. Em 19/08/2014, interposto agravo regimental. Em 03/09/2014, negado provimento ao agravo. Em 17/10/2014, protocolados embargos de declaração. Em 12/11/2014, rejeitados os embargos. Em 11/12/2014, protocolados recursos especial e extraordinário, os quais foram inadmitidos. Foram interpostos agravos, os quais, em dezembro de 2018, aguardam final julgamento pelos Tribunais Superiores.
<b>Chance de perda</b>	Provável
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda, a Ecovias não poderá aplicar eventual decisão favorável no processo nº 1031187-59.2014.8.26.0053 até o seu trânsito em julgado.

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>Processo: Ação Declaratória nº 1045799-02.2014.8.26.0053</b>	
<b>Juízo</b>	9ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo - SP
<b>Instância</b>	1ª instância
<b>Data de instauração</b>	30/10/2014
<b>Polo ativo</b>	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) e o Estado de São Paulo
<b>Polo passivo</b>	Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Trata-se de ação que busca declarar a nulidade do termo aditivo modificativo (TAM) nº 10, de 21-12-2006, do Contrato de Concessão CR/07/1998, determinando-se que o reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão seja feito tomando por base a receita efetiva, aplicando-se no tocante à compensação ambiental o deflacionamento, tal como apontado no relatório da FIPE.
<b>Principais fatos</b>	Em 25/09/2015, apresentada contestação pela Ecovias. Em 04/11/2015, juntada a réplica do Estado/ARTESP. Em 27/11/2015, foi proferida decisão indeferindo a preliminar de inépcia, adiando a decisão quanto à falta de interesse de agir suscitada e, por fim, determinando a produção de prova pericial, conforme requerido pela Concessionária. Em 18/12/2015, foi interposto agravo de instrumento pelo Estado/ARTESP contra a decisão que deferiu a produção de provas, ao qual foi negado provimento. Em 08/05/2017, juntado o laudo pericial favorável à Ecovias nos autos. Passada a fase de instrução probatória, em 10/08/2018 foi proferida sentença de improcedência da demanda, com reconhecimento da tese defendida pela Concessionária e da legalidade do Termo Aditivo Modificativo objeto de questionamento pelo Estado. Em 21/09/2018 foram juntados embargos de declaração pela Ecovias. Em 16/10/2018, foi juntada apelação interposta pelo Estado e ARTESP. Em dezembro de 2018, aguarda-se julgamento dos embargos de declaração da Ecovias.
<b>Chance de perda</b>	Possível.
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda, o termo aditivo modificativo (TAM) nº 10 será anulado, ensejando a celebração de novo termo aditivo modificativo para definir a forma de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato a favor da Ecovias, uma vez que o Estado e a ARTESP reconhecem os fatores de desequilíbrio em desfavor da Concessionária.

<b>Processo: Ação Anulatória nº 1053488-92.2017.8.26.0053</b>	
<b>Juízo</b>	14ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Capital/SP
<b>Instância</b>	1ª instância
<b>Data de instauração</b>	08/11/2017
<b>Polo ativo</b>	Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A
<b>Polo passivo</b>	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) e o Estado de São Paulo

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>Processo: Ação Anulatória nº 1053488-92.2017.8.26.0053</b>	
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Trata-se de pedido de anulação de multa administrativa de procedimento sancionador da ARTESP referente à não implantação de “um sistema de proteção de obstáculos dentro da zona livre de segurança da rodovia, especificamente postes de iluminação e pontos de ônibus instalados ao longo da rodovia” com pedido de tutela antecipada para reconhecer a inexistência do dever de promover a instalação dos dispositivos de segurança em postes de iluminação e pontos de parada de ônibus e, por conseguinte, o direito de reequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato, caso seja decidido por manter a exigência, cujo descumprimento motivou a aplicação da multa (R\$ 231.408,80).
<b>Principais fatos</b>	Em 08/11/2017, foi deferida a antecipação da tutela para suspender a exigibilidade da multa, mediante depósito judicial. Em 09/11/2017, realizado depósito judicial pela Ecovias. Em 19/12/2017, foi apresentada contestação conjunta pelos réus. Em 16/08/2018, a Ecovias apresentou réplica. Em 31/10/2018 a ação foi julgada improcedente. Em 21/11/2018, a Ecovias protocolou embargos de declaração. Em dezembro de 2018, aguarda-se o julgamento do recurso.
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda, a caução prestada nos autos será revertida em forma de pagamento, devendo a Ecovias realizar as medidas para implantação dos dispositivos de segurança, sem direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

<b>Processo: Ação Ordinária nº 1012600-47.2018.8.26.0053</b>	
<b>Juízo</b>	9ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo
<b>Instância</b>	1ª instância
<b>Data de instauração</b>	15/03/2018
<b>Polo ativo</b>	Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A
<b>Polo passivo</b>	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) e o Estado de São Paulo
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Trata-se de ação ajuizada em razão da insuficiência das medidas de compensação determinadas como contrapartida pela não aplicação do reajuste contratual da tarifa de pedágio em 2013.
<b>Principais fatos</b>	Em 16/05/2018, foi juntada contestação pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Em 06/08/2018, foi juntada réplica pela Ecovias. Em 03/10/2018, a Ecovias requereu a produção de provas, em especial pericial econômico-contábil. Em dezembro de 2018, aguarda-se a realização de instrução probatória.
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda, a Ecovias não será compensada integralmente pela não aplicação da tarifa de pedágio pertinente ao ano de 2013.

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>Processo: Ação Ordinária – Declaratória nº 1017410-65.2018.8.26.0053</b>	
<b>Juízo</b>	1ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo
<b>Instância</b>	1ª instância
<b>Data de instauração</b>	10/04/2018
<b>Polo ativo</b>	Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A
<b>Polo passivo</b>	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) e o Estado de São Paulo
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Trata-se de ação declaratória ajuizada na intenção de obter o reconhecimento ao equilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão atualmente vigente, que foi abalada em razão da determinação da ARTESP de alteração dos parâmetros técnicos que nortearam a implementação de dispositivos de segurança, a partir de modificações introduzidas em normas da ABNT editadas após o início da execução do contrato.
<b>Principais fatos</b>	Em 17/07/2018, foi juntada a contestação da ARTESP. Em 16/08/2018, foi protocolada a réplica pela Ecovias. Em 12/09/2018, a ação foi julgada improcedente. Em 26/10/2018, foi juntada a apelação da Ecovias. Em dezembro de 2018, aguarda-se o julgamento do recurso.
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda, a Ecovias não terá seu contrato de concessão reequilibrado em razão da exigência de ajustes nos dispositivos de segurança.

**4.3.1. Em relação aos processos divulgados no item 4.3, indicar o valor total provisionado, se houver.**

O valor total provisionado pela Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A., em 31 de dezembro de 2018 era de R\$67.394 mil.

#### **4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam**

##### **Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores**

Inexistem demandas, nas quais figuram, de um lado, a Companhia e/ou suas controladas, e de outro, administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

## **4.5 - Processos Sigilosos Relevantes**

Não existem outros processos sigilosos relevantes em que a Companhia seja parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima.

#### **4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto**

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") informa não haver processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes para a Companhia, por entender que estes não possuem a capacidade de influenciar a decisão de investimento dos investidores, nem de impactar significativamente o patrimônio, a capacidade financeira ou os negócios da Companhia.

#### **4.7 - Outras Contingências Relevantes**

Não há outras contingências que a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") julgue relevantes para os itens 4.3 a 4.6 deste formulário.



#### **4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados**

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") é uma empresa nacional, portanto, item não se aplica à Companhia.

## **5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

## **5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

**a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

**b) As estruturas organizacionais envolvidas**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

**c) Se como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

**d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras, efetuado de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., ("Companhia") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, sobre as quais emitimos parecer, datado de 14 de março de 2019, obtivemos um entendimento dos controles internos que consideramos relevantes para o processo de auditoria, com a finalidade de identificar e avaliar riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras.

Nesse processo, avaliamos os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras na extensão necessária para planejar os procedimentos de auditoria que julgamos apropriados nas circunstâncias para emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Essa avaliação foi efetuada com o propósito acima e não necessariamente identificaria todas as deficiências nos controles internos que poderiam ser deficiências significativas. Assim, não expressamos uma opinião nem conclusão sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

A Administração da Companhia é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. No cumprimento dessa responsabilidade, a Administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação de procedimentos de controle interno ou de medidas corretivas.

Em conexão com o descrito acima e conforme à norma brasileira de auditoria NBC TA 265, equivalente à International Standard on Auditing (ISA) 265, no processo de avaliação de riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras e durante o processo de auditoria, identificamos deficiências nos controles internos descritas no Anexo a esta carta para as quais medidas corretivas devem ser consideradas. A responsabilidade de avaliar as deficiências e tomar medidas corretivas é da Administração da Companhia. Caso tivéssemos executado procedimentos mais extensivos sobre os controles internos poderíamos ter identificado outras deficiências.

Nossos comentários referem-se aos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras existentes quando da execução de nossos trabalhos de auditoria. Não efetuamos nenhum procedimento de auditoria posteriormente à referida data e não foram consideradas em nossos comentários eventuais modificações nos controles internos porventura ocorridas após essa data.

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

As sugestões de melhoria de controles internos reportadas neste relatório foram disponibilizadas para a Administração. No caso de recebimento dos comentários, estes não foram sujeitos a procedimentos de auditoria; portanto, não emitimos uma opinião nem outra forma de assecuração sobre a adequação e eficácia de nenhuma ação corretiva a ser implementada pela Administração da Companhia.

Este relatório destina-se exclusivamente à informação e ao uso da Administração e dos responsáveis pela governança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e não foi preparado para e não deve ser utilizado por qualquer pessoa que não essas partes especificadas. Sua divulgação externa pode suscitar dúvidas e originar interpretações indevidas por pessoas que desconhecem os objetivos e as limitações de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Teremos satisfação de discutir nossas recomendações com V.Sas. e fornecer-lhes quaisquer informações adicionais que possam desejar.

#### **e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A partir de 2018 o Grupo Ecorodovias reestruturou seu Programa de Integridade, com a contratação de profissionais dedicados com experiência no mercado de Compliance e implementou diversas medidas de aprimoramento de governança e do seu Programa de Ética e Integridade, tais como: (a) criação de um canal para denúncias anônimas, 24 horas por dia, operado por empresa independente; (b) revisão do código de conduta; (c) criação de Instrução Normativa de Interação com o Poder Público com a implementação de controles de prevenção e transparência para interações com Agentes Públicos; (d) criação de Instrução Normativa de Controle de Fornecedores e programa para avaliar e reavaliar a integridade e reputação dos fornecedores e parceiros; (e) contratação de sistemas de inteligência para monitoramento e análises de integridade; (f) criação de Instruções Normativas e/ou Controles de (i) Recebimento e Oferta de Brindes, Presentes e Entretenimento, (ii) Conflito de Interesses, (iii) Pessoas Expostas Politicamente, (iv) Doações e Patrocínios (em andamento) e (v) Interação com Associações, Concorrentes e Participação em Licitações (em andamento); (g) criação do novo Portal de Ética e Integridade para monitoramento e coordenação de todas as iniciativas e informações; (h) criação de um Canal de Dúvidas para facilitar a interação de colaboradores e terceiros com a área de Compliance; (i) divulgação recorrente das iniciativas, controles, políticas e procedimentos a todos os colaboradores e parceiros; (j) desenvolvimento de novos programas de treinamento eletrônico e presenciais para colaboradores e terceiros; (l) reforço de orçamento para o Programa de Ética e Integridade, (m) revisão de políticas de Suprimentos e Retenção de Documentos, (n) atualização do Plano Diretor de Riscos e Controles Internos, (o) aprimoramento e atualização das matrizes de riscos e (p) disseminação e treinamento das melhores práticas na gestão de riscos e controles internos.

## 5.4 - Programa de Integridade

O Grupo EcoRodovias possui um Programa de Integridade que visa prevenir, detectar e remediar fraudes e irregularidades no âmbito de seus negócios, reduzindo a exposição da Companhia a riscos de corrupção e focando em temas como a legislação anticorrupção brasileira, controles internos e as ferramentas de gestão do negócio.

Desde 2015, houve uma evolução nas práticas do programa de integridade com a construção de planos de trabalho customizados para diferentes empresas e equipes, abrangendo avaliações de risco anticorrupção nas unidades de negócios. Foram elaboradas normas complementares ao Código de Conduta Empresarial, tais como: Cartilha Anticorrupção, Política Anticorrupção, Instrução Normativa de Medidas Disciplinares, Relatório de Perfil e Regimento Interno do Comitê de Ética.

Em 2018, o Grupo EcoRodovias reestruturou seu Programa de Integridade, com a contratação de profissionais dedicados com experiência no mercado de Compliance e, desde então, vem implementando diversas medidas de aprimoramento de governança e do seu Programa de Ética e Integridade, tais como: (a) criação de um canal para denúncias anônimas, 24 horas por dia, operado por empresa independente; (b) revisão do código de conduta; (c) criação de Instrução Normativa de Interação com o Poder Público com a implementação de controles de prevenção e transparência para interações com Agentes Públicos; (d) criação de Instrução Normativa de Controle de Fornecedores e programa para avaliar e reavaliar a integridade e reputação dos fornecedores e parceiros; (e) contratação de sistemas de inteligência para monitoramento e análises de integridade; (f) criação de Instruções Normativas e/ou Controles de Recebimento e Oferta de Brindes, Presentes e Entretenimento, Conflito de Interesses, Doações e Patrocínios e Pessoas Expostas Politicamente; (g) criação do novo Portal de Ética e Integridade para monitoramento e coordenação de todas as iniciativas e informações; (h) criação de um Canal de Dúvidas para facilitar a interação de colaboradores e terceiros com a área de Compliance; (i) divulgação recorrente das iniciativas, controles, políticas e procedimentos a todos os colaboradores e parceiros; (j) desenvolvimento de novos programas de treinamento eletrônico e presenciais para colaboradores e terceiros; (l) reforço de orçamento para o Programa de Ética e Integridade e, (m) revisão de políticas de Suprimentos e Retenção de Documentos.

O Código de Conduta Empresarial é atualizado a cada dois anos, e tem o comprometimento da alta administração do Grupo Ecorodovias, sendo aplicável a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração, empregados, terceiros, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

A violação do código de conduta levará a abertura de procedimento sigiloso para averiguação de irregularidades e poderá sujeitar os colaboradores às medidas disciplinares tais como: reorientação, advertência verbal, advertência por escrito, suspensão, demissão sem justa causa, demissão com justa causa, previstas em instrução normativa interna da Companhia. Em caso de violações, os terceiros poderão estar sujeitos às medidas previstas nos respectivos contratos, incluindo rescisão contratual e término de relação comercial com Grupo EcoRodovias.

O Código de Conduta Empresarial do Grupo EcoRodovias pode ser acessado por qualquer pessoa pela internet no seguinte endereço:

<http://www.ecorodovias.com.br/etica-e-integridade/politicas-corporativas/codigo-de-conduta>

O grupo EcoRodovias possui canal de denúncia independente e sigiloso para que os colaboradores e terceiros possam reportar violações ao Código de Conduta. As denúncias podem ser feitas de forma anônima, não sendo admitidas retaliações ou

## 5.4 - Programa de Integridade

punições àqueles que registrarem um relato de boa fé e com responsabilidade, conforme previsão no item 9.4 do Código de Conduta Empresarial.

O Comitê de Ética apura as práticas que violem o Código de Condutas, cabendo a este órgão receber e julgar de forma sigilosa e com procedimento de confidencialidade desde o recebimento até o desfecho de todas as denúncias recebidas.

O Comitê de Ética é o órgão responsável por i) avaliar a atualidade e pertinência do Código de Conduta Empresarial, promovendo a sua evolução e atualização; ii) orientar e acompanhar as ações necessárias para a sua divulgação e disseminação; iii) julgar os casos de violação do Código de Conduta Empresarial, encaminhando relatórios periódicos ao Conselho de Administração; e iv) dirimir dúvidas sobre a interpretação do Código de Conduta.

Em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas são realizadas *due diligence*, bem como são inseridas cláusulas de declarações e garantias e de indenização nos instrumentos das operações para tratar de eventuais danos de práticas irregulares.

## **5.5 - Alterações significativas**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".



## **5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

Não há informações que a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") julgue relevantes para os itens 5.1 a 5.5 deste formulário.

**6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	23/04/1998
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") foi constituída em 23 de abril de 1998 sob a forma de capital fechado. Em 18 de dezembro de 2006, obteve seu registro da CVM.
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	18/12/2006

## 6.3 - Breve Histórico

### Breve Histórico

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta, (b) Rodovia dos Imigrantes, (c) Interligação Planalto; (d) Interligação Baixada; (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega; e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni.

A concessão, pelo prazo inicialmente outorgado de 20 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. O contrato de concessão possui vigência até junho de 2026.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

#### Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41 e o km 58 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

#### Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no valor total de R\$87.000 mil, acrescidos de atualização monetária com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M da Fundação Getúlio Vargas – FGV.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário, em julho de 2013 ocorreu a redução do ônus variável de 3,0% para 1,5% em função da compensação de reajuste tarifário não aplicado.

Em 21 de dezembro de 2006, através do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 10 ao Contrato de Concessão, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses (prazo final da concessão em 26 de março de 2024), em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. Em 26 de agosto de 2009, a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. transferiu o seu investimento na Companhia para a sua controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, de 27 de junho de 2011, o Poder Concedente e a Companhia celebraram o TAM nº 15 ao Contrato de Concessão em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágios do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias do Estado de São Paulo, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do reajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão decorrente da utilização do novo índice em base bienal, considerando-se os montantes de desequilíbrio apurados anualmente, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. A vigência do TAM ficou condicionada à autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes e se deu a partir de 1º de julho de 2013.

Em 13 de novembro de 2012, a Companhia assinou em conjunto com o Governo do Estado de São Paulo o TAM nº 16 ao Contrato de Concessão para a execução de obras no montante de R\$ 328,7 milhões. A inclusão das obras no Contrato de Concessão e o seu reequilíbrio econômico-financeiro foram realizados em comum acordo com o Poder Concedente através da metodologia de Fluxo de Caixa Marginal, aplicando uma Taxa Interna de Retorno (TIR) de 9,1% real e não alavancada. O reequilíbrio se deu com a extensão do prazo do contrato equivalente há 18 meses e 11 dias, sem alteração do contrato original, estendendo-se até 9 de outubro de 2025.

### 6.3 - Breve Histórico

O prazo de dilação do Contrato de Concessão poderá ser prorrogado ou reduzido, de acordo com a projeção feita no dia anterior à data de início de vigência, que tem início no dia subsequente ao do encerramento da dilação de prazo previsto no TAM nº 10, de 21 de dezembro de 2006.

Em junho de 2013, o governo do Estado de São Paulo cancelou o reajuste previsto para julho de 2013 de 6,2% e anunciou medidas para a compensação, que são (i) redução do ônus variável de 3,0% para 1,5%; (ii) utilização dos créditos das adequações decorrentes de atrasos e postergações de obras que resultaram em desequilíbrio favorável ao Estado; (iii) cobrança do eixo suspenso dos veículos comerciais e; (iv) modificação no ônus fixo. A Resolução SLT Nº, 4 de 22 de julho de 2013, autorizou a cobrança de eixo suspenso a partir de 22 de julho de 2013, onde são considerados para fins de cobrança da tarifa de pedágio todos os eixos de veículos comerciais, inclusive os que não estejam em contato com a pista no momento da passagem do veículo pelo conjunto de sensores utilizados nas praças de pedágio.

Em 01 de julho de 2014, a Artesp adotou reajuste médio na tarifa de pedágio de 4,58%. A Companhia não concorda com os reajustes determinados unilateralmente pela Artesp, pois não corresponde à aplicação do índice previsto no contrato de concessão e está tomando as medidas cabíveis ao cumprimento do contrato.

A partir de 2015, no reajuste contratual da Companhia, será aplicado o menor dos índices entre IGP-M e IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada a cada dois anos e compensada através de extensão de prazo da concessão.

Em 24 de abril de 2018, a concessionária assinou em conjunto com o Governo do Estado de São Paulo um Termo Aditivo Modificativo (TAM) ao Contrato de Concessão para a execução de obras no montante de R\$270 milhões. A inclusão destas obras no contrato e o seu reequilíbrio econômico-financeiro foram realizados em comum acordo com o Poder Concedente através da metodologia de Fluxo de Caixa Marginal, aplicando-se uma Taxa Interna de Retorno (TIR) de 8,07% real e não alavancada. O reequilíbrio se deu com a extensão do prazo do contrato equivalente a 7 meses e 24 dias, sem alteração do contrato original, estendendo-o até 03 de junho de 2026.

## **6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial**

Até a data de publicação deste Formulário de Referência não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial pela Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. – Ecovias (“Companhia”).

## **6.6 - Outras Informações Relevantes**

Não há outras informações que a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") julgue relevantes para os itens 6.1 a 6.5 deste formulário.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

### Nossas operações

A Ecovias dos Imigrantes é uma das mais importantes rodovias do Estado de SP, conectando a região metropolitana ao Porto de Santos, o maior da América Latina.

#### Visão geral e localização da concessão



Responsável pela administração das rodovias do Sistema Anchieta - Imigrantes (SAI), a Ecovias dos Imigrantes é o corredor de exportação e importação para o Porto de Santos, ligando a região metropolitana de São Paulo ao Polo Petroquímico de Cubatão, às indústrias do ABCD e a Baixada Santista. Em seus 176,8 km de extensão, passam mais de 61 milhões de veículos equivalentes por ano.

#### Resumo do Contrato de Concessão:

A Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (anteriormente denominada Primav) celebrou, em 27 de maio de 1998, o Contrato de Concessão nº 007/CR/98 com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP, conforme o edital de licitação. Posteriormente, foi criada uma subsidiária integral da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A, denominada Ecovias dos Imigrantes, a qual passou a ser titular de tal Contrato de Concessão por força de Termo Aditivo a tal Contrato de Concessão.

O Contrato possui por objeto a concessão da exploração do sistema rodoviário Anchieta-Imigrantes, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos, compreendendo: (i) SP-150 (Via Anchieta); (ii) SP-160 (Rodovia dos Imigrantes); (iii) SP-040/160 (Interligação Planalto); (iv) SP-059/160 (Interligação Baixada); (v) SP-248/55 (Rodovia Cônego Domênico Rangoni); (vi) SP-055 (Rodovia Cônego Domênico Rangoni); (vii) SP-055 (Rodovia Padre Manoel da Nóbrega) e suas posteriores ampliações, decorrentes dos serviços correspondentes às funções de ampliação, inclusive aquelas a serem executadas pelo Poder Concedente.

A concessão consiste na execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, no apoio à execução dos serviços não delegados, e na gestão e fiscalização dos serviços complementares. Tal Contrato de Concessão prevê: (i) um reajuste anual nas tarifas básicas de pedágio para compensar os efeitos da inflação e (ii) revisão tarifária a qualquer tempo em que o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão for ameaçado.

O prazo de concessão, de acordo com o contrato celebrado em 27 de maio de 1988, foi instituído em 240 meses. Em 21 de dezembro de 2006, através de Termo Aditivo e Modificativo (TAM), a concessionária obteve a prorrogação do prazo de concessão por 70 meses adicionais, estendendo-se até 26 de março de 2024, em

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

virtude de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. Em 13 de novembro de 2012, a concessionária assinou em conjunto com o Governo do Estado de São Paulo um Termo Aditivo Modificativo (TAM) ao Contrato de Concessão para a execução de obras no montante de R\$ 328 milhões. A inclusão destas obras no contrato e o seu reequilíbrio econômico-financeiro foram realizados em comum acordo com o Poder Concedente através da metodologia de Fluxo de Caixa Marginal, aplicando-se uma Taxa Interna de Retorno (TIR) de 9,1% real e não alavancada. O reequilíbrio deu-se através da extensão do prazo do contrato em 18 meses e 11 dias, sem alteração do contrato original, estendendo-o até 09 de outubro de 2025. Em 24 de abril de 2018, a concessionária assinou em conjunto com o Governo do Estado de São Paulo um Termo Aditivo Modificativo (TAM) ao Contrato de Concessão para a execução de obras no montante de R\$ 270 milhões. A inclusão destas obras no contrato e o seu reequilíbrio econômico-financeiro foram realizados em comum acordo com o Poder Concedente através da metodologia de Fluxo de Caixa Marginal, aplicando-se uma Taxa Interna de Retorno (TIR) de 8,07% real e não alavancada. O reequilíbrio deu-se através da extensão do prazo do contrato em 7 meses e 24 dias, sem alteração do contrato original, estendendo-o até 03 de junho de 2026.

### **Principais índices históricos de desempenho operacional e de produtividade de 2018 a 2016.**

<b>Volume de Tráfego (em nº de Eixos Equivalente Pagantes*1000)</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>Var. % (2018 vs. 2017)</b>	<b>Var. (2017 vs. 2016)</b>
<b>Ecovias dos Imigrantes</b>	<b>61.171</b>	<b>63.723</b>	<b>60.670</b>	<b>-4,0%</b>	<b>5,0%</b>

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 61.171 mil em 2018, redução de 4,0% em relação a 2017. O tráfego de veículos leves atingiu 35.340 mil em 2018, 0,7% superior ao ano anterior devido, principalmente, ao aumento do fluxo de turistas em função dos feriados prolongados e clima favorável. O volume de veículos pesados somou 25.831 mil em 2018, redução de 9,7% em relação a 2017 sobretudo, em virtude da greve dos caminhoneiros (entre 21 de maio de 2018 e 03 de junho) e da isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos a partir de 31 de maio de 2018. A isenção da cobrança de pedágio será objeto de reequilíbrio contratual.

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 63.723 mil em 2017, aumento de 5,0%, influenciado pelo aumento no fluxo de turistas e clima favorável, no caso de veículos leves e para veículos pesados influenciado positivamente pelo aumento das exportações de commodities agrícolas no Porto de Santos.

<b>Tarifa Média (em R\$/Eixos Equivalentes Pagantes)</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Ecovias dos Imigrantes	16,08	15,95	14,90

Em julho de 2018, houve reajuste contratual de 2,9% corrigido pelo IPCA. A partir de 2015, o reajuste contratual da Ecovias dos Imigrantes será aplicado de acordo com o menor dos índices, entre o IGP-M e o IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada e compensada através da extensão do prazo de concessão.

Em julho de 2017, a Ecovias dos Imigrantes obteve reajuste contratual de 1,6% pelo IGP-M.

### **Produtos e Serviços Prestados e Participação na Receita Total**

<b>Receita Bruta (Em milhares de Reais)</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Receita com arrecadação de pedágio	983.606	1.016.671	903.792
Receitas com construção	126.786	56.644	78.813
Receitas acessórias	43.874	45.802	41.915
<b>Total</b>	<b>1.154.266</b>	<b>1.119.117</b>	<b>1.024.520</b>



## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A receita bruta totalizou R\$1.154,3 milhões em 2018, aumento de 3,1% em relação a 2017 devido, principalmente, ao incremento da receita de construção em função do início das obras do Aditivo Contratual. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$85,1 milhões, 11,0% inferior ao ano anterior..

**Receita de Pedágio** – redução de 3,3%, influenciado, principalmente, pelo início da isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos e pela greve dos caminhoneiros..

**Receita Acessória** – redução de 4,2% devido, principalmente, à diminuição dos contratos de ocupação de painéis, ações de publicidade e serviços de cargas especiais.

**Receita de Construção** – aumento de 119,5%, devido ao maior nível de obras contratuais no exercício, em especial o início da realização das obras do aditivo contratual..

A receita bruta totalizou R\$1.119,1 milhões em 2017, aumento de 9,2% devido, principalmente, ao crescimento do tráfego e ao reajuste anual tarifário. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$95,6 milhões, 17,0% superior quando comparado com o exercício anterior.

**Receita de Pedágio** - crescimento de 12,5%, resultante do reajuste contratual nas tarifas de pedágio em julho de 2017 e aumento no volume de tráfego pedagiado.

**Receita Acessória** – crescimento de 9,3%, principalmente devido a receita proveniente do monitoramento de cargas especiais.

**Receita de Construção** – redução de 28,1%, principalmente, devido ao menor nível de obras contratuais no exercício.

Para mais informações sobre a receita bruta, vide item 10.1.h desse Formulário.

**7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista**

- a. interesse público que justificou sua criação:

Não aplicável. A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

- b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

- os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”.

Não aplicável. A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

- quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições.

Não aplicável. A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

- estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas.

Não aplicável. A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

- c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas.

Não aplicável. A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

## **7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Companhia”), por estar registrada na categoria “B”.

### **7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

#### **7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

## **7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

## **7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

## **7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".



## **7.8 - Políticas Socioambientais**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

## **7.9 - Outras Informações Relevantes**

Não há outras informações que a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A ("Companhia") julgue relevantes para os itens 7.1 a 7.8 deste formulário.

## **8.1 - Negócios Extraordinários**

Não houve, nos três últimos exercícios sociais, aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal dos negócios da Companhia.

## **8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor**

Não houve, nos últimos três exercícios sociais, alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

### **8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais**

Não houve, nos últimos três exercícios sociais, celebração de contratos relevantes pela Companhia não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

#### **8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.**

Não há outras informações que a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") julgue relevantes para os itens 8.1 a 8.3 deste formulário.

## **9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

## **9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".



## **9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

## **9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

## **9.2 - Outras Informações Relevantes**

Não há outras informações que a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - Ecovias ("Companhia") julgue relevante para os itens 9.1.a à 9.1.c deste formulário.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os Diretores informam que os comentários apresentados a seguir referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para o exercício de 2018 e auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. para os exercícios de 2017 e de 2016. As informações relativas ao setor de atividade da Companhia, incluídas neste item 10, foram obtidas através de levantamentos internos, informações públicas e publicações sobre o setor.

### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, registramos a passagem de 61,2 milhões de veículos equivalentes pagantes. A Companhia possui o diferencial das rodovias sob sua concessão, compostas pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, estarem estrategicamente posicionadas no principal corredor de exportação/importação e de circulação de bens para o mercado interno, de produção, de consumo e de turismo do País, interligando a Cidade de São Paulo, a maior cidade do Brasil, ao litoral do estado de São Paulo, ao Porto de Santos, o maior da América Latina, ao polo petroquímico de Cubatão e às indústrias do ABCD, bem como à conexão ao Rodoanel Metropolitano de São Paulo.

A receita líquida atingiu R\$1.069.132 mil em 2018, aumento de 4,5% em relação aos R\$1.023.475 mil em 2017, que por sua vez, apresentou crescimento de 8,6% em relação aos R\$942.796 mil em 2016. O aumento em 2018, deve-se ao incremento da receita de construção em razão das obras do aditivo contratual.

O EBITDA totalizou R\$754.116 mil em 2018, R\$741.881 mil em 2017 e R\$635.286 mil em 2016, atingindo margem EBITDA de 70,5% em 2018, 72,5% em 2017 e 67,4% em 2016. O EBITDA pró-forma somou R\$769.090 em 2018, R\$789.290 mil em 2017 e R\$690.718 mil em 2016, com margem EBITDA pró-forma de 71,9% em 2018, 77,1% em 2017 e 73,3% em 2016.

A Ecovias dos Imigrantes apresentou lucro líquido de R\$365.453 mil em 2018, R\$360.344 mil em 2017 e R\$280.140 mil em 2016.

A Companhia conduz suas operações priorizando o controle de seus custos e a preservação do seu caixa, garantindo assim, o seu compromisso na manutenção dos seus indicadores de desempenho operacionais e econômico-financeiros.

Os Diretores da Companhia, conscientes da vocação do Grupo Ecorodovias para a prestação de serviços públicos e de suas responsabilidades sociais e ambientais, entendem que a Companhia apresenta solidez econômico-financeira suficiente para implementar seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo, tendo em vista a sua forte geração de caixa e compromisso com crescimento contínuo qualificado e sustentável.

Os Diretores entendem que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação entre a dívida líquida sobre o patrimônio líquido apresenta bons níveis de alavancagem. O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$449.003 mil em 31 de dezembro de 2018, R\$419.623 mil em 31 de dezembro de 2017 e R\$400.860 mil em 31 de dezembro de 2016. O endividamento da Companhia, resultado da soma do passivo circulante e do passivo não circulante, atingiu R\$1.493.141 em 31 de dezembro de 2018, R\$1.462.958 mil em 31 de dezembro de 2017 e R\$1.434.356 mil em 31 de dezembro de 2016.

A Companhia apresenta abaixo seu índice de liquidez corrente, referente à divisão entre ativo circulante e passivo circulante, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e de 2016.

<b>Índice de Liquidez Corrente</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<i>Em milhares de reais - Exceto índice</i>			
Ativo Circulante	235.468	201.960	400.145
Passivo Circulante	259.523	130.483	135.896
<b>Índice de Liquidez Corrente</b>	<b>0,91</b>	<b>1,55</b>	<b>2,94</b>

**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**

<b>Índice de Endividamento</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<i>Em milhares de reais - Exceto índice</i>			
Passivo Circulante e Passivo Não Circulante	1.493.141	1.462.958	1.434.356
Patrimônio Líquido	449.003	419.623	400.860
<b>Índice de Endividamento</b>	<b>3,33</b>	<b>3,49</b>	<b>3,58</b>

A dívida financeira bruta da Companhia (excluindo R\$1.482 mil de Obrigações com Poder Concedente) foi de R\$1.244.376 mil em 31 de dezembro de 2018, sendo 14,0% no curto prazo e 86% no longo prazo. Em 31 de dezembro de 2017, (excluindo R\$7.830 mil de Obrigações com Poder Concedente) foi de R\$1.194.292 mil. Em 31 de dezembro de 2016, (excluindo R\$20.270 mil de Obrigações com Poder Concedente) atingiu R\$1.158.134 mil.

A Ecovias dos Imigrantes encerrou 2018 com dívida financeira líquida/EBITDA de 1,42x, 2017 em 1,43x e 2016 em 1,30x. Considerando o EBITDA Pró-forma, que exclui a provisão para manutenção, encerrou 2018 em 1,39x, 2017 em 1,34x e 2016 em 1,20x.

**b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e de 2016, o capital social subscrito era de R\$314.052 mil e representado por 270.386.120 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505 mil.

A Companhia apresenta abaixo a proporção entre capital próprio em relação ao ativo total e a proporção do capital de terceiros sobre o ativo total para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e de 2016 respectivamente.

<b>Capital Próprio sobre Ativo Total</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
(Em milhares de Reais- Exceto porcentagem)			
Patrimônio Líquido	449.003	419.623	400.860
Ativo Total	1.942.144	1.882.581	1.835.216
<b>Patrimônio Líquido/Ativo Total</b>	<b>23,1%</b>	<b>22,3%</b>	<b>21,8%</b>

<b>Capital de Terceiros sobre Ativo Total</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
(Em milhares de Reais- Exceto porcentagem)			
Capital de Terceiros	1.493.141	1.462.958	1.434.356
Ativo Total	1.942.144	1.882.581	1.835.216
<b>Capital de Terceiros/Ativo Total</b>	<b>76,9%</b>	<b>77,7%</b>	<b>78,2%</b>

<b>Relação entre Capital Próprio e de Terceiros</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Capital Próprio	23,1%	22,3%	21,8%
Capital de Terceiros	76,9%	77,7%	78,2%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Os Diretores entendem que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida (debêntures deduzidas de caixa e equivalentes de caixa) sobre o patrimônio líquido apresenta hoje níveis adequados de alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$449.003 mil, R\$419.623 mil em 31 de dezembro de 2017 e R\$400.860 mil em 31 de dezembro de 2016.

A relação entre dívida líquida e patrimônio líquido da Companhia era de 2,4x, 2,5x e 2,1x, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018, 2017 e de 2016.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Sobre o padrão de financiamento de suas operações, os Diretores entendem que a atual estrutura de endividamento está em um patamar confortável, tendo em vista o caixa líquido usado nas atividades de financiamento.

### i. hipóteses de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da companhia além das legalmente previstas.

### ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da companhia além das legalmente previstas.

### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores mostram, através do quadro a seguir, a evolução da dívida da Companhia proveniente de debêntures:

Endividamento (R\$ mil)	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>			
Debêntures	171.614	30.605	30.444
<b>Não Circulante</b>			
Debêntures	1.072.762	1.163.687	1.127.690
<b>Dívida Financeira Bruta<sup>1</sup></b>	<b>1.244.376</b>	<b>1.194.292</b>	<b>1.158.134</b>
Obrigações com Poder Concedente	1.482	7.830	20.270
<b>Dívida Bruta</b>	<b>1.245.858</b>	<b>1.202.122</b>	<b>1.178.404</b>
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	173.353	135.740	332.433
<b>Dívida Financeira Líquida<sup>1</sup></b>	<b>1.071.023</b>	<b>1.058.552</b>	<b>825.701</b>
<b>Dívida Líquida</b>	<b>1.072.505</b>	<b>1.066.382</b>	<b>845.971</b>
<b>EBITDA</b>	<b>754.116</b>	<b>741.881</b>	<b>635.286</b>
<b>Dívida Financeira Líquida<sup>1</sup>/EBITDA</b>	<b>1,42x</b>	<b>1,43x</b>	<b>1,30x</b>
<b>Dívida Líquida/EBITDA</b>	<b>1,42x</b>	<b>1,44x</b>	<b>1,33x</b>
<b>EBITDA Pró-forma<sup>2</sup></b>	<b>769.090</b>	<b>789.290</b>	<b>690.719</b>
<b>Dívida Financeira Líquida<sup>1</sup>/EBITDA Pró-forma<sup>2</sup></b>	<b>1,39x</b>	<b>1,34x</b>	<b>1,20x</b>
<b>Dívida Líquida/EBITDA Pró-forma<sup>2</sup></b>	<b>1,39x</b>	<b>1,35x</b>	<b>1,22x</b>

<sup>1</sup> Desconsidera as Obrigações com Poder Concedente

<sup>2</sup> Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção

O perfil atual da dívida da Companhia é composto por 86% no longo prazo (Não Circulante) e 14% no curto prazo (Circulante), sendo que seu saldo, composto por debêntures em 31 de dezembro de 2018 atingiu R\$1.244.376 mil.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos	Total
Debêntures	171.614	135.859	(2.885)	939.788	1.244.376
Obrigações com Poder Concedente	1.482	-	-	-	1.482
<b>Total</b>	<b>173.096</b>	<b>135.859</b>	<b>(2.885)</b>	<b>939.788</b>	<b>1.245.858</b>

Considerando o perfil do endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, os Diretores acreditam que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora os Diretores não possam garantir que tal situação permanecerá igual. Entretanto, caso haja necessidade da contratação de novos empréstimos, os Diretores acreditam que a Companhia tem condições para contratá-los.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A evolução do EBITDA da Companhia é apresentada abaixo:

Reconciliação EBITDA (Em R\$ mil)	31/12/2018	31/12/2017	Var %	31/12/2016	Var %
Lucro Líquido	365.453	360.344	1,4%	280.140	14,0%
(+) IR/CS	176.662	171.869	2,8%	129.708	15,0%
(+) Resultado Financeiro Líquido	81.441	59.852	36,1%	103.516	-30,3%
(+) Depreciação e Amortização	130.560	149.816	-12,9%	121.922	2,4%
<b>EBITDA<sup>(1)</sup></b>	<b>754.116</b>	<b>741.881</b>	<b>1,6%</b>	<b>635.286</b>	<b>1,5%</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.069.132</b>	<b>1.023.475</b>	<b>4,5%</b>	<b>942.796</b>	<b>0,8%</b>
<b>Margem EBITDA<sup>(2)</sup></b>	<b>70,5%</b>	<b>72,5%</b>	<b>-2,0 p.p.</b>	<b>67,4%</b>	<b>0,5 p.p.</b>
(+) Provisão manutenção	14.974	47.409	-68,4%	55.433	10,7%
(+) Custo construção	126.785	56.644	n.m	78.813	13,3%
(-) Receita construção	(126.785)	(56.644)	n.m	(78.813)	13,3%
<b>EBTIDA Pró-forma<sup>(3)</sup></b>	<b>769.090</b>	<b>789.290</b>	<b>-2,6%</b>	<b>690.719</b>	<b>2,1%</b>
<b>Receita ajustada</b>	<b>942.347</b>	<b>966.831</b>	<b>-2,5%</b>	<b>863.983</b>	<b>-0,3%</b>
<b>Margem EBITDA Pró-forma<sup>(4)</sup></b>	<b>81,6%</b>	<b>81,6%</b>	<b>0,0 p.p.</b>	<b>79,9%</b>	<b>1,8 p.p.</b>

(1) Nos termos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, o EBITDA equivale ao resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, em razão de não serem consideradas para o seu cálculo despesas e receitas com juros (financeiras), imposto sobre a renda e contribuição social, depreciação e amortização. Cabe ressaltar que tal indicador tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, ou da receita operacional, como um indicador do desempenho operacional, ou alternativo aos fluxos de caixa operacionais, como medida de liquidez ou capacidade de pagamento da dívida da Companhia.

O EBITDA não deve ser considerado como recursos disponíveis para dividendos. Assim, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da rentabilidade da Companhia. O EBITDA pode não ser comparável com o de outras empresas que atuam no mesmo setor ou em setores diferentes, que eventualmente não utilizem a forma de cálculo de EBITDA nos termos da Instrução CVM nº 527/12. Entretanto, a Companhia acredita que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

(2) A Margem EBITDA é o resultado da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

(3) O EBITDA Pró-forma é o lucro líquido adicionado do resultado financeiro líquido, do imposto sobre a renda contribuição social, das depreciações e amortizações e ajustado pela adição da provisão para manutenção e do custo com construção e subtração da receita de construção.

(4) A Margem EBITDA Pró-forma é o resultado da divisão do EBITDA Pró-forma pela receita operacional líquida pró-forma.

### **d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

Os Diretores informam que a principal fonte de financiamento para capital de giro é a própria geração do fluxo de caixa operacional.

Desde sua constituição, para financiar os investimentos em ativo não circulante, os Diretores informam que a Companhia se utilizou de emissão de debêntures no mercado local e financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

### **e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Como mencionado no item "d" acima, os Diretores informam que a principal fonte de financiamento para capital de giro é a geração operacional de caixa. Os Diretores acreditam que esta geração de caixa será suficiente para arcar com as obrigações de capital de giro. Em caso de descasamento das disponibilidades com as obrigações vincendas no curto prazo, os Diretores acreditam que a Companhia tem acesso a linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda

#### (i) contratos de empréstimos e financiamento relevantes;

#### **DEBÊNTURES**

Os Diretores demonstram abaixo as principais características das debêntures:

Debêntures	Vencimento final	Taxa média de juros	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
2ª Emissão	Abril-2024	IPCA+3,8%a.a./IPCA+4,28%a.a.	1.244.376	1.194.292	1.158.134
		Circulante	171.614	30.605	30.444
		Não-Circulante	1.072.762	1.163.687	1.127.690

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	-	(3.442)
2019	-	130.525	126.830
2020	135.859	130.813	127.118
2021	(2.885)	(2.874)	(2.874)
2022	312.405	300.888	292.500
2023	313.271	301.751	293.363
2024	314.112	302.584	294.195
	<b>1.072.762</b>	<b>1.163.687</b>	<b>1.127.690</b>

Os Diretores apresentam a seguir os cálculos dos índices financeiros em 31 de dezembro de 2018:

Debêntures	Índices financeiros exigidos	Garantias
2ª Emissão	Índices financeiros menores ou iguais a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) ajustado e índices financeiros maiores a 2,0 pontos em relação ao EBITDA ajustado com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.	Não aplicável

Índices financeiros Ecovias Debêntures - 2ª Emissão	Exigido	Medido
(i) Dívida líquida / EBITDA ajustado	≤ 3,5	1,4x
(ii) EBITDA ajustado / Despesa financeira líquida	> 2,0	9,41x

#### (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Com exceção das relações constantes dos contratos descritos acima, a Companhia não mantém atualmente outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

#### (iii) grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia não possui grau de subordinação entre as dívidas.



## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

***(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário***

Os diretores informam abaixo as principais restrições impostas à Companhia.

### **2ª Emissão de Debêntures:**

**Saldo devedor não circulante em 31/12/2018: R\$1.244,4 milhões**

(i) Restringe o endividamento da Companhia, caso não esteja cumprindo os índices financeiros: EBITDA Aj./Despesa Financeira Líq. > 2,0x; Dívida Líquida /EBITDA Aj. ≤ 3,5x.

(ii) Restringe a constituição de qualquer nova dívida sênior a esta Emissão e/ou que tenha qualquer tipo de preferência a esta Emissão, excetuando-se: (a) endividamentos de qualquer modalidade constituídos pela Emissora para o financiamento de investimentos previstos nesta data ou que venham a ser adicionados ao contrato de concessão e para os quais tenham sido previstos mecanismos de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, desde que a contratação de tais endividamentos não resulte em redução da classificação de rating da Emissão em momento imediatamente anterior à sua contratação; ou (b) endividamentos com garantias de qualquer modalidade, desde que as respectivas garantias sejam compartilhadas pari passu com as Debêntures desta Emissão.

(iii) Restringe o pagamento de dividendos, em valor superior ao mínimo obrigatório, caso a Companhia esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias.

(iv) Restringe a Companhia a vender, ceder, locar ou de qualquer forma alienar a totalidade ou parte relevante de seus ativos, de forma que afete substancialmente a capacidade de pagamento da Companhia de suas obrigações relativas às Debêntures.

(v) Restringe qualquer alteração na composição societária da Companhia que resulte na transferência a terceiros do seu controle acionário, sem prévia e expressa aprovação do debenturista.

(vi) Não permite a realização de operações fora de seu objeto social ou em desacordo com o seu Estatuto Social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

(vii) Não permite a realização de redução de capital social, sem que haja anuência prévia de 2/3 (dois terços) dos titulares das debêntures em circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, exceto se a redução do capital social tiver sido prévia e expressamente aprovada pelo poder concedente da Concessão.

(viii) Não permite a transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros sem prévia anuência de debenturistas representativos de 90% das debêntures em circulação.

(ix) Não permite a constituição, em garantia de novas dívidas, de quaisquer ônus, encargos ou gravames sobre qualquer um de seus ativos atualmente existentes ou adquiridos, devendo tais bens e direitos permanecer livres e desembaraçados a partir de sua desoneração exceto (i) se constituídos penhores ou depósitos para garantir direitos e obrigações trabalhistas, fiscais ou judiciais da Companhia, desde que liberados em 30 (trinta) dias da data em que forem constituídos; e/ou (ii) ônus ou gravames sobre propriedades ou ativos cuja aquisição tenha sido realizada pela assunção de novas dívidas garantidas por ônus ou gravames sobre as referidas propriedades ou ativos e/ou (iii) para garantir as dívidas elencadas nos sub-itens "a" e "b" do item "ii" acima.

### **g. limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui limites nos financiamentos já contratados.

### **h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Os Diretores apresentam a seguir os resultados e as variações percentuais (análise vertical representa a participação percentual dos itens sobre a receita de venda de bens e/ou serviços no mesmo período e a análise horizontal representam a variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Comparação das Demonstrações de Resultados entre os Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com BRGAAP e IFRS. Os dados apresentados abaixo são derivados das demonstrações financeiras da Companhia, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.

Em R\$ milhares	31/12/2018	A.V.	A.H.	31/12/2017	A.V.
Receita Líquida	1.069.132	100,0%	4,5%	1.023.475	100,0%
Custos dos Serviços Prestados	(403.020)	-37,7%	4,1%	(387.194)	-37,8%
<b>Resultado Bruto</b>	<b>666.112</b>	<b>62,3%</b>	4,7%	<b>636.281</b>	<b>62,2%</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(45.022)	-4,2%	0,0%	(44.354)	-4,3%
Outras Despesas/Receitas Líquidas	2.466	0,2%	1687,0%	138	0,0%
<b>Resultado Antes do R.Financeiro e dos Impostos</b>	<b>623.556</b>	<b>58,3%</b>	5,3%	<b>592.065</b>	<b>57,8%</b>
Receitas Financeiras	47.431	4,4%	-4,2%	49.495	4,8%
Despesas Financeiras	(128.872)	-12,1%	17,9%	(109.347)	-10,7%
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>542.115</b>	<b>50,7%</b>	1,9%	<b>532.213</b>	<b>52,0%</b>
IR e CS Sobre o Lucro Corrente	(167.365)	-15,7%	-5,1%	(176.436)	-17,2%
IR e CS Sobre o Lucro Diferido	(9.297)	-0,9%	-303,6%	4.567	0,4%
<b>Lucro do Exercício</b>	<b>365.453</b>	<b>34,2%</b>	1,4%	<b>360.344</b>	<b>35,2%</b>

### Comentários sobre a Comparação das Demonstrações de Resultados entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.

#### Receita bruta

A receita bruta totalizou R\$1.154.266 mil em 2018, aumento de 3,1% em relação a 2017 devido, principalmente, ao crescimento da receita de construção em função das obras do aditivo contratual.

**Receita com arrecadação de pedágio:** em 2018 a receita com arrecadação de pedágio atingiu R\$983.606 mil e em 2017, R\$1.016.671 mil, redução de 3,3% devido a isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos a partir de 31 de maio de 2018 e pela greve dos caminhoneiros entre 21 de maio e 03 de junho. A receita com arrecadação de pedágios em 2018 representou 85,2% da receita bruta, em 2017, 90,8%.

**Receita de construção:** conforme estabelecido pelo ICPC 01 - Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis relativa aos Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária foi considerada como receita de construção, a valor justo. Em 2018, atingiu R\$126.786 mil e em 2017, R\$56.644 mil, aumento de 119,5% devido ao maior nível de obras contratuais no exercício, em especial o início da realização das obras do aditivo contratual.

**Receitas acessórias:** são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio da concessão. No ano de 2018, as receitas acessórias e de serviços foram de R\$43.874 mil, redução de 4,2% em relação a 2017 devido, principalmente, à diminuição dos contratos de ocupação de painéis, ações de publicidade e serviços de cargas especiais.

#### Deduções da receita bruta

**Impostos sobre arrecadação:** os impostos sobre arrecadação, ISS, PIS e COFINS, atingiram R\$85.134 mil em 2018, redução de 11,0% em relação aos impostos sobre arrecadação de R\$95.642 mil em 2017.

#### Receita líquida

A receita líquida atingiu R\$1.069.132 mil em 2018, aumento de 4,5% em relação a 2017 conforme itens explicados acima.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Custos dos serviços prestados e despesas gerais administrativas

Em 2018, os custos e despesas gerais e administrativas atingiram R\$448.042 mil, representando 41,9% da receita líquida, e 3,8% superior a 2017 que totalizou de R\$431.548 mil conforme apresentado na tabela abaixo:

<b>Custos operacionais e despesas administrativas (em R\$ mil)</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>Var.</b>
Pessoal	35.843	36.513	-1,8%
Conservação e Manutenção	10.050	10.313	-2,6%
Serviços de terceiros	91.947	93.606	-1,8%
Seguros, Poder Concedente e Locações	22.825	23.080	-1,1%
Outros	15.058	14.167	6,3%
<b>Custos caixa</b>	<b>175.723</b>	<b>177.679</b>	<b>-1,1%</b>
Depreciação e Amortização	130.560	149.816	-12,9%
Provisão para manutenção	14.974	47.409	-68,4%
Custo de construção de obras	126.785	56.644	123,8%
<b>TOTAL</b>	<b>448.042</b>	<b>431.548</b>	<b>3,8%</b>

Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$175.723 mil, redução de 1,1%, mesmo com a inflação de 3,7% no período. As variações observadas foram:

**Pessoal:** R\$35.843 mil em 2018, redução de 1,8%, mesmo com o reajuste salarial de 1,8% em março de 2018, devido a otimização da estrutura e menores remunerações variáveis;

**Conservação e Manutenção:** R\$10.050 mil em 2018, redução de 2,6% comparado a 2017, resultante da eficiência na realização de manutenção na rodovia;

**Serviços de terceiros:** R\$91.947 mil em 2018, redução de 1,8% comparado a 2017 devido a readequação do contrato de prestação de serviços corporativos da controladora;

**Poder Concedente, Seguros e Locações:** R\$22.825 mil em 2018, redução de 1,1% em relação a 2017 devido a redução da outorga variável em função da menor receita de pedágio;

**Outros:** R\$15.058 mil em 2018, 6,3% superior a 2017, devido a maior gasto com energia elétrica;

**Depreciação e Amortização:** R\$130.560 mil em 2018, 12,9% inferior a 2017, principalmente, devido a atualização da curva de tráfego para amortização dos ativos intangíveis;

**Provisão para manutenção:** R\$14.974 mil em 2018, redução devido a menor previsão futura para manutenção e renovação dos pavimentos, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis; e

**Custo de construção de obras:** R\$126.785 mil em 2018, aumento devido, principalmente, ao maior nível de obras contratuais no período, em especial, o início da realização das obras do aditivo contratual.

### Lucro Bruto

Como consequência das variações explicadas anteriormente, o lucro bruto atingiu R\$666.112 mil em 2018, representando um crescimento de 4,7% em relação ao lucro bruto de R\$636.281 mil em 2017.

### Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$81.441, aumento de 36,1% em relação aos R\$59.852 mil negativos em 2017, em função da maior variação monetária das debêntures.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Imposto de renda e contribuição social

O resultado do imposto de renda e contribuição social atingiu R\$176.662 mil em 2018, crescimento de 2,8% em relação ao imposto de renda e contribuição social no valor de R\$171.869 mil em 2017.

### Lucro líquido do exercício

O lucro líquido atingiu R\$365.453 mil em 2018, crescimento de 1,4% em relação ao lucro líquido de 2017, no valor de R\$360.344 mil. Esse crescimento deve-se aos eventos descritos nas contas acima.

### **Comparação das Demonstrações de Resultados entre os Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016.**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com BRGAAP e IFRS. Os dados apresentados abaixo são derivados das demonstrações financeiras da Companhia, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016.

Em R\$ milhares	31/12/2017	A.V.	A.H.	31/12/2016	A.V.
Receita Líquida	1.023.475	100,0%	8,6%	942.796	100,0%
Custos dos Serviços Prestados	(387.194)	-36,2%	2,0%	(379.738)	-37,1%
<b>Resultado Bruto</b>	<b>636.281</b>	<b>59,5%</b>	13,0%	<b>563.058</b>	<b>55,0%</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(44.354)	-4,1%	0,0%	(49.677)	-4,9%
Outras Despesas/Receitas Líquidas	138	0,0%	-911,8%	(17)	0,0%
<b>Resultado Antes do R.Financeiro e dos Impostos</b>	<b>592.065</b>	<b>55,4%</b>	15,3%	<b>513.364</b>	<b>50,2%</b>
Receitas Financeiras	49.495	4,6%	11,0%	44.583	4,4%
Despesas Financeiras	(109.347)	-10,2%	-26,2%	(148.099)	-14,5%
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>532.213</b>	<b>49,8%</b>	29,9%	<b>409.848</b>	<b>40,0%</b>
IR e CS Sobre o Lucro Corrente	(176.436)	-16,5%	25,6%	(140.422)	-13,7%
IR e CS Sobre o Lucro Diferido	4.567	0,4%	-57,4%	10.714	1,0%
<b>Lucro do Exercício</b>	<b>360.344</b>	<b>33,7%</b>	28,6%	<b>280.140</b>	<b>27,4%</b>

### **Comentários sobre a Comparação das Demonstrações de Resultados entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016.**

#### Receita bruta

A receita bruta totalizou R\$1.119.117 mil em 2017, aumento de 9,2% em relação a 2016 devido, principalmente, ao crescimento do tráfego e ao reajuste anual tarifário.

**Receita com arrecadação de pedágio:** em 2017 a receita com arrecadação de pedágio atingiu R\$1.016.671 mil e em 2016, R\$903.792 mil, crescimento de 12,5% resultante do aumento no volume de tráfego e do reajuste contratual nas tarifas de pedágio em julho de 2017. A receita com arrecadação de pedágios em 2017 representou 90,8% da receita bruta, em 2016 esse percentual foi de 88,2%.

**Receita de construção:** conforme estabelecido pelo ICPC 01 - Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis relativa aos Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária foi considerada como receita de construção, a valor justo. Esta receita em 2017 atingiu R\$56.644 mil e R\$78.813 mil no ano de 2016. Redução de 28,1%, principalmente, devido ao menor nível de obras contratuais no exercício.

**Receitas acessórias:** são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio da concessão. No ano de 2017, as receitas acessórias e de serviços foram de R\$45.802, superior 9,3% às receitas acessórias de R\$41.915 mil registradas em 31 de dezembro de 2016, proveniente principalmente do aumento do monitoramento de cargas especiais.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Deduções da receita bruta

**Impostos sobre arrecadação:** os impostos sobre arrecadação, ISS, PIS e COFINS, atingiram R\$95.642 mil em 2017, 17,0% superior em relação aos impostos sobre arrecadação de R\$81.724 mil em 2016.

### Receita líquida

A receita líquida atingiu R\$1.023.475 mil em 2017, sendo que em 2016 atingiu R\$942.796 mil, representando aumento de 7,9%, impactado pelos itens acima explicados.

### Custos dos serviços prestados e despesas gerais administrativas

Em 2017, os custos e despesas gerais e administrativas atingiram R\$431.548 mil, representando 42,2% da receita líquida, e 0,5% superior ao do ano de 2016 que totalizou de R\$429.415 mil conforme apresentado na tabela abaixo:

<b>Custos operacionais e despesas administrativas (em R\$ mil)</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>Var.</b>
Pessoal	36.513	36.926	-1,1%
Conservação e Manutenção	10.313	10.686	-3,5%
Serviços de terceiros	93.606	89.830	4,2%
Seguros, Poder Concedente e Locações	23.080	21.882	5,5%
Outros	14.167	13.924	1,7%
<b>Custos caixa</b>	<b>177.679</b>	<b>173.248</b>	<b>2,6%</b>
Depreciação e Amortização	149.816	121.922	22,9%
Provisão para manutenção	47.409	55.432	-14,5%
Custo de construção de obras	56.644	78.813	-28,1%
<b>TOTAL</b>	<b>431.548</b>	<b>429.415</b>	<b>0,5%</b>

Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$177.679 mil, aumento de 2,5. As variações observadas foram:

**Pessoal:** R\$36.513 mil em 2017, redução de 1,1%, devido a otimização da estrutura administrativa, compartilhamento de despesas e reversão de contingências trabalhistas;

**Conservação e Manutenção:** R\$10.313 mil em 2017, redução de 3,5% comparado a 2016, resultante da renegociação de custos com a manutenção de pavimento;

**Serviços de terceiros:** R\$93.606 mil em 2017, 4,2% superior a 2016, principalmente, devido a readequação do contrato de prestação de serviços administrativos com a controladora;

**Poder Concedente, Seguros e Locações:** R\$23.080 mil em 2017, 5,5% superior a 2016, devido ao incremento da outorga variável em função do aumento da receita de pedágio;

**Outros:** R\$14.167 mil em 2017, 1,7% superior a 2016, devido a provisões para contingências cíveis;

**Depreciação e Amortização:** R\$149.816 mil em 2017, 22,9% superior a 2016, devido ao aumento da base de ativos durante o exercício de 2017 e atualização da curva de tráfego para amortização de intangíveis;

**Provisão para manutenção:** R\$47.409 mil em 2017, redução devido a menor previsão futura para manutenção e renovação dos pavimentos, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis; e

**Custo de construção de obras:** R\$56.644 milhões em 2017, 28,1% inferior a 2016, principalmente, referente ao menor nível de obras exigidas pelo contrato.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Lucro Bruto

Como consequência das variações explicadas anteriormente, o lucro bruto atingiu R\$636.281 mil em 2017, representando um crescimento de 13,0% em relação ao lucro bruto de R\$563.058 mil em 2016.

### Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$59.852 mil, redução de 42,2% em relação aos R\$103.516 mil negativos em 2016, devido a redução da variação do IPCA (indexador das debêntures), quando comparado com o exercício anterior.

### Imposto de renda e contribuição social

O resultado do imposto de renda e contribuição social atingiu R\$171.869 mil em 2017, crescimento de 32,5% em relação ao imposto de renda e contribuição social no valor de R\$129.708 mil, apurado em 2016.

### Lucro líquido do exercício

O lucro líquido atingiu R\$360.344 mil em 2017, representando crescimento de 28,6% em relação ao lucro líquido de 2016, no valor de R\$280.140 mil. Esse crescimento deve-se aos eventos descritos nas contas acima.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comparação das Contas Patrimoniais entre o período encerrado em 31 de dezembro de 2018 e o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Balanco Patrimonial em milhares de R\$	31/12/2018	A.V.	A.H.	31/12/2017	A.V.
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>1.942.144</b>	<b>100,0%</b>	<b>3,2%</b>	<b>1.882.581</b>	<b>100,0%</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>235.468</b>	<b>12,1%</b>	<b>16,6%</b>	<b>201.960</b>	<b>10,7%</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	173.353	8,9%	27,7%	135.740	7,2%
Clientes	53.386	2,7%	-13,8%	61.964	3,3%
Tributos a Recuperar	24	0,0%	n.m	1	0,0%
Despesas Antecipadas	1.424	0,1%	3,8%	1.372	0,1%
Partes Relacionadas - Clientes	74	0,0%	27,6%	58	0,0%
Outras Contas a Receber	7.207	0,0%	155,1%	2.825	0,0%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.706.676</b>	<b>87,9%</b>	<b>1,6%</b>	<b>1.680.621</b>	<b>89,3%</b>
Tributos Diferidos	18.534	1,0%	-33,4%	27.831	1,5%
Depósitos Judiciais	66.341	3,4%	-0,8%	66.884	3,6%
Debêntures privadas	341.786	17,6%	6,8%	320.059	17,0%
Outras Contas a Receber	0	0,0%	0,0%	82	0,0%
Imobilizado	18.493	1,0%	-16,5%	22.137	1,2%
Intangível	1.261.522	65,0%	1,4%	1.243.628	66,1%
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>1.942.144</b>	<b>100,0%</b>	<b>3,2%</b>	<b>1.882.581</b>	<b>100,0%</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>259.523</b>	<b>13,4%</b>	<b>98,9%</b>	<b>130.483</b>	<b>6,9%</b>
Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.529	0,3%	-8,2%	6.024	0,3%
Fornecedores	15.470	0,8%	3,8%	14.899	0,8%
Impostos, taxas e contribuições à recolher	11.610	0,6%	6,8%	10.868	0,6%
Debêntures	171.614	8,8%	460,7%	30.605	1,6%
Partes Relacionadas - Fornecedores	8.808	0,5%	51,1%	5.831	0,3%
Obrigações com Poder Concedente	1.482	0,1%	-81,1%	7.830	0,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social	23.945	1,2%	109,5%	11.430	0,6%
Provisão para manutenção	15.438	0,8%	-55,5%	34.693	1,8%
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a pagar	3.600	0,2%	-0,3%	3.610	0,2%
Outras Contas a Pagar	2.027	0,1%	-56,8%	4.693	0,2%
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.233.618</b>	<b>63,5%</b>	<b>-7,4%</b>	<b>1.332.475</b>	<b>70,8%</b>
Debêntures	1.072.762	55,2%	-7,8%	1.163.687	61,8%
Provisões para perdas tribut., trab. e cíveis	67.394	3,5%	-9,4%	74.395	4,0%
Provisão para manutenção	79.060	4,1%	-5,6%	83.753	4,4%
Provisão para construção de obras futuras	3.115	0,2%	5,8%	2.945	0,2%
Outras Contas a Pagar	11.287	0,6%	46,7%	7.695	0,4%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>449.003</b>	<b>23,1%</b>	<b>7,0%</b>	<b>419.623</b>	<b>22,3%</b>
Capital Social Realizado	302.547	15,6%	0,0%	302.547	16,1%
Reserva de capital	491	0,0%	0,0%	491	0,0%
Reserva Legal	60.509	3,1%	0,0%	60.509	3,2%
Reserva de lucros-Dividendos adicionais propostos	85.456	4,4%	52,4%	56.076	3,0%

Apresentamos abaixo os comentários sobre as principais variações das contas patrimoniais ocorridas entre os exercícios sociais de 2018 e 2017.

### Ativo circulante

#### Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$173.353 mil, apresentou acréscimo em relação ao saldo apresentado ao final de 2017. O aumento de R\$37.613 mil deve-se ao ingresso de R\$577.919 mil relativo às atividades operacionais, e dos desembolsos R\$149.211 mil nas atividades de investimento e o desembolso de R\$391.095 mil nas atividades de financiamento, conforme apresentado na Demonstração do Fluxo de Caixa das Demonstrações Financeiras da Companhia, onde essas movimentações poderão ser analisadas com maior nível de detalhe.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Cientes

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de clientes era de R\$53.386 mil, redução de 13,8% em comparação aos R\$61.964 em 2017 devido, principalmente, aos serviços de transporte de carga especial.

### Tributos a recuperar

O valor dos tributos a recuperar em 2018, no montante de R\$24 mil, apresentou aumento em relação a 2017 em função, principalmente, do Imposto de Renda Retido na Fonte.

### Despesas antecipadas

O saldo apresentado de R\$1.424 mil em 2018, aumento de 3,8% quando comparado a 2017 deve-se a apólices de seguros para riscos diversos, responsabilidade civil e equipamentos.

### Partes Relacionadas – Clientes

O montante de R\$74 mil em 2018 apresentou aumento de 27,6% em relação aos R\$58 mil de 2017, devido a transferências de funcionários entre as empresas do grupo.

### Outras Contas a Receber

O montante de R\$7.207 mil apresentou aumento de 155,1% em relação aos R\$2.825 mil em 2017, devido a receitas acessórias de publicidade e indenizações a receber.

### **Ativo não circulante**

#### Tributos diferidos

O saldo de R\$18.534 mil em 31 de dezembro de 2018 apresentou redução de 33,4% comparado aos R\$27.831 mil em 2017, em virtude da adequação da tributação de IR/CS no Brasil, introduzida pela Lei nº 12.973/14 e aplicação do CPC32- Tributos sobre o lucro e as variações patrimoniais tributáveis.

#### Debêntures privada

Em 12 de abril de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, de espécie quirografária, para colocação “privada”, em série única, no valor nominal total de R\$ 300 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures, incidirão juros remuneratórios de 105,5% do CDI over. Os juros e a amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento de 12 de abril de 2025.

#### **Imobilizado**

O saldo apresentado em 2018, no valor de R\$18.493 mil foi 16,5% inferior a 2017 devido à baixa de ativos.

#### **Intangível**

Em 2018, o intangível somou R\$1.261.522 mil, 2,2% superior a 2017 devido ao maior nível de obras, em especial o início da realização das obras do aditivo contratual.

#### **Passivo Circulante**

##### Obrigações sociais e trabalhistas

O valor de R\$5.529 mil em 2018 apresentou redução de 8,2% em relação a 2017, devido menores provisões com férias, participação nos lucros e décimo terceiro salário, em virtude da otimização da estrutura e menores remunerações variáveis.



## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Fornecedores

O montante de R\$15.470 mil de 2018 apresentou aumento de 3,8% em relação aos R\$14.899 mil de 2017.

### Debêntures

O valor de R\$ 171.614 mil em 2018 apresentou aumento de R\$141.009 mil em relação a 2017 devido a alocação do longo para o curto prazo.

### Partes relacionadas – fornecedores

O saldo apresentado de partes relacionadas- fornecedores em 2018 foi de R\$8.808 mil, aumento de 51,1% comparado a 2017, devido aos serviços da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. controladora da Companhia.

### Obrigações com poder concedente

O saldo em 2018 de R\$1.482 apresentou redução de 81,1% devido ao pagamento do ônus fixo.

### Provisão para manutenção

O valor de R\$15.438 mil em 2018 apresentou redução de 55,5% em relação a 2017, devido readequação do cronograma de manutenção.

### Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

O montante de R\$3.600 mil em 2018 apresentou aumento de 0,2% em relação a 2017, devido ao saldo de juros sobre capital próprio em favor da controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

### Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

O saldo apresentado de R\$23.945 mil em 2018, apresentou aumento de 109,5% em relação aos R\$11.430 mil em 2017 em função da aplicação dos efeitos da Lei 12.973/14.

### Outras contas a pagar

O montante de R\$2.027 mil de 2018 apresentou redução de 56,8% em relação aos R\$4.693 mil de 2017, devido à transferência de valores de curto para longo prazo de cauções de fornecedores e reclassificação de valores de provisões para a linha de fornecedores.

### **Passivo não circulante**

#### Debêntures

O valor de R\$ 1.072.762 mil em 2018 apresentou redução de 7,8% em relação a 2017 devido a alocação do longo para o curto prazo.

#### Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

O montante de R\$67.394 mil em 2018 apresentou redução de 9,4% em relação a 2017, devido ao maior volume de pagamentos e reversões de processos judiciais.

#### Provisão para manutenção

O saldo em 2018 de R\$79.060 mil apresentou redução de 5,6% em comparação ao exercício de 2017, redução devido a menor previsão futura para manutenção e renovação dos pavimentos, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Provisão para construção de obras futuras

O valor de R\$3.115 mil em 2018 apresentou aumento de 5,8% quando comparado a 2017, devido a despesa financeira com a amortização do valor presente (AVP).

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comparação das Contas Patrimoniais entre o período encerrado em 31 de dezembro de 2017 e o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Balanco Patrimonial em milhares de R\$	31/12/2017	A.V.	A.H.	31/12/2016	A.V.
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>1.882.581</b>	<b>100,0%</b>	<b>2,6%</b>	<b>1.835.216</b>	<b>100,0%</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>201.960</b>	<b>10,7%</b>	<b>-49,5%</b>	<b>400.145</b>	<b>21,8%</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	135.740	7,2%	-59,2%	332.433	18,1%
Clientes	61.964	3,3%	-3,0%	63.853	3,5%
Tributos a Recuperar	1	0,0%	n.m	416	0,0%
Despesas Antecipadas	1.372	0,1%	-19,3%	1.701	0,1%
Partes Relacionadas - Clientes	58	0,0%	3,6%	56	0,0%
Outras Contas a Receber	2.825	0,0%	67,6%	1.686	0,0%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.680.621</b>	<b>89,3%</b>	<b>17,1%</b>	<b>1.435.071</b>	<b>78,2%</b>
Tributos Diferidos	27.831	1,5%	19,6%	23.264	1,3%
Depósitos Judiciais	66.884	3,6%	9,4%	61.147	3,3%
Debêntures privadas	320.059	17,0%	100,0%	-	0,0%
Outras Contas a Receber	82	0,0%	0,0%	-	0,0%
Imobilizado	22.137	1,2%	-37,0%	35.157	1,9%
Intangível	1.243.628	66,1%	-5,5%	1.315.503	71,7%
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>1.882.581</b>	<b>100,0%</b>	<b>2,6%</b>	<b>1.835.216</b>	<b>100,0%</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>130.483</b>	<b>6,9%</b>	<b>-4,0%</b>	<b>135.896</b>	<b>7,4%</b>
Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.024	0,3%	6,9%	5.637	0,3%
Fornecedores	14.899	0,8%	-13,2%	17.159	0,9%
Impostos, taxas e contribuições à recolher	10.868	0,6%	3,7%	10.476	0,6%
Debêntures	30.605	1,6%	0,5%	30.444	1,7%
Partes Relacionadas - Fornecedores	5.831	0,3%	58,3%	3.683	0,2%
Obrigações com Poder Concedente	7.830	0,4%	-61,4%	20.270	1,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	11.430	0,6%	-27,4%	15.748	0,9%
Provisão para manutenção	34.693	1,8%	29,3%	26.825	1,5%
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a pagar	3.610	0,2%	89,8%	1.902	0,1%
Outras Contas a Pagar	4.693	0,2%	25,1%	3.752	0,2%
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.332.475</b>	<b>70,8%</b>	<b>2,6%</b>	<b>1.298.460</b>	<b>70,8%</b>
Debêntures	1.163.687	61,8%	3,2%	1.127.690	61,4%
Obrigações com Poder Concedente	-	0,0%	-100,0%	7.427	0,4%
Provisões para perdas tribut., trab. e cíveis	74.395	4,0%	5,9%	70.262	3,8%
Provisão para manutenção	83.753	4,4%	2,2%	81.922	4,5%
Provisão para construção de obras futuras	2.945	0,2%	6,1%	2.776	0,2%
Outras Contas a Pagar	7.695	0,4%	-8,2%	8.383	0,5%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>419.623</b>	<b>22,3%</b>	<b>4,7%</b>	<b>400.860</b>	<b>21,8%</b>
Capital Social Realizado	302.547	16,1%	0,0%	302.547	16,5%
Reserva de capital	491	0,0%	0,0%	491	0,0%
Reserva Legal	60.509	3,2%	0,0%	60.509	3,3%
Reserva de lucros-Dividendos adicionais propostos	56.076	3,0%	50,3%	37.313	2,0%

Apresentamos abaixo os comentários sobre as principais variações das contas patrimoniais ocorridas entre os exercícios sociais de 2017 e de 2016.

### Ativo circulante

#### Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$135.740 mil, apresentou decréscimo em relação ao saldo apresentado ao final de 2016. A redução de R\$196.693 mil no saldo de caixa e equivalentes de caixa resulta do ingresso de R\$590.386 mil relativo às atividades operacionais, e dos desembolsos R\$364.381 mil nas atividades de investimento e o desembolso de R\$422.698 mil nas atividades de financiamento, conforme apresentado na Demonstração do Fluxo de Caixa das Demonstrações Financeiras da Companhia, onde essas movimentações poderão ser analisadas com maior nível de detalhe.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### **Tributos a recuperar**

O valor dos tributos a recuperar em 2017, no montante de R\$1 mil, apresentou redução de 99,8% em relação a 2016, em função principalmente de Imposto de Renda Retido na Fonte.

### **Despesas antecipadas**

O saldo apresentado de R\$1.372 mil em 2017, redução de 19,3%, quando comparado com o exercício de 2016 deve-se a apólices de seguros para riscos diversos, responsabilidade civil e equipamentos.

### **Clientes**

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo de clientes era de R\$61.964 mil, redução de 3,0% em comparação aos R\$63.853, basicamente devido a recebimento de serviços de transporte de carga especial.

### **Outras Contas a Receber**

O montante de R\$2.825 mil apresentou aumento de 67,6% em relação aos R\$1.686 apurados em 2016, refere-se basicamente a receitas acessórias de publicidade.

### **Ativo não circulante**

#### **Tributos diferidos**

O saldo de R\$27.831 mil em 31 de dezembro de 2017 apresentou crescimento de 19,6% comparado aos R\$23.264 mil em 2016 e refere-se à adequação da tributação de IR/CS no Brasil, introduzida pela Lei nº 12.973/14 e aplicação do CPC32- Tributos sobre o lucro e as variações patrimoniais tributáveis.

#### **Debêntures privada**

Em 12 de abril de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, de espécie quirográfaria, para colocação "privada", em série única, no valor nominal total de R\$ 300 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures, incidirão juros remuneratórios de 105,5% do CDI over. Os juros e a amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento de 12 de abril de 2025.

### **Passivo Circulante**

#### **Fornecedores**

O montante de R\$14.899 mil de 2017 apresentou redução de 13,2% em relação aos R\$17.159 mil de 2016.

#### **Partes relacionadas – fornecedores**

O saldo apresentado de partes relacionadas- fornecedores em 2017 foi de R\$5.831 mil, aumento de 58,3% comparado a 2016, devido as faturas de serviços da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. controladora da Companhia.

#### **Obrigações com poder concedente**

O saldo em 2017 de R\$7.830 apresentou redução de 61,4% devido ao pagamento do ônus fixo.

#### **Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar**

O montante de R\$3.610 mil em 2017 apresentou aumento de 89,8% entre os exercícios de 2017 e de 2016 e deve-se ao saldo de juros sobre capital próprio em favor a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### **Provisão para manutenção**

O saldo em 2016 de R\$34.693 mil apresentou crescimento de 29,3% em comparação ao exercício de 2016, refere-se a reclassificações entre circulante e não circulante.

### **Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social**

O saldo apresentado de R\$11.430 mil em 2017 apresentou redução de 27,4% em relação aos R\$15.748 mil 2016, essa deve-se a aplicação dos efeitos da Lei 12.973/14.

### **Outras contas a pagar**

O montante de R\$4.693 mil de 2017 apresentou queda 25,1% em relação aos R\$3.752 mil de 2016 devido à transferência de valores de curto para longo prazo de cauções de fornecedores e reclassificação de valores de provisões para a linha de fornecedores.

### **Passivo não circulante**

#### **Obrigações com o Poder Concedente**

Essa variação é decorrente da transferência para o curto prazo de 12 parcelas da outorga fixa da concessionária.

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

### a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

#### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

##### RECEITA BRUTA

Os Diretores da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Companhia”) informam que ao longo dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, as receitas da Companhia foram constituídas basicamente pela cobrança de pedágios, atividades de construção e receitas acessórias. As tarifas de pedágio são anualmente corrigidas, conforme previsão contratual.

A receita bruta operacional atingiu R\$1.154.266 mil em 31 de dezembro de 2018, crescimento de 3,1% em relação aos R\$1.119.117 mil em 31 de dezembro de 2017, por sua vez, crescimento de 9,2% em relação aos R\$1.024.520 mil no exercício findo de 31 de dezembro de 2016. As deduções sobre a receita bruta atingiram R\$85.134 mil em 2018, redução de 11,0% em relação aos R\$95.642 mil em 2017.

#### 2018 vs 2017

**Receita de Pedágio** – redução de 3,3%, influenciado, principalmente, pelo início da isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos e pela greve dos caminhoneiros.

**Receita Acessória** – redução de 4,2%, principalmente, devido ao menor nível de receitas acessórias.

**Receita de Construção** – aumento de 119,5%, devido ao maior nível de obras contratuais no exercício, em especial o início da realização das obras contratuais.

#### 2017 vs 2016

**Receita de Pedágio** - crescimento de 12,5%, resultante do reajuste contratual nas tarifas de pedágio em julho de 2017 e aumento no volume de tráfego pedagiado.

**Receita Acessória** – crescimento de 9,3%, principalmente devido a receita proveniente do monitoramento de cargas especiais.

**Receita de Construção** – redução de 28,1%, principalmente, devido ao menor nível de obras contratuais no exercício.

#### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores informam que os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia foram em relação à receita de pedágio. Apresentamos abaixo a evolução do volume de tráfego referente ao exercício de 2018 comparado ao exercício de 2017 e também 2017 comparado a 2016.

<b>Volume de Tráfego</b> (em nº de Eixos Equivalente Pagantes*1000)	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>Var.</b> <b>2018/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>Var.</b> <b>2017/2016</b>
Leves	35.340	35.107	0,7%	33.998	3,3%
Pesados	25.831	28.616	-9,7%	26.672	7,3%
<b>Total</b>	<b>61.171</b>	<b>63.723</b>	<b>-4,0%</b>	<b>60.670</b>	<b>5,0%</b>

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 61.171 mil em 2018, redução de 4,0%, impactado pelo início da isenção de cobrança de pedágio para os eixos suspensos a partir de 31 de maio de 2018 e pela greve dos caminhoneiros no período de 21 de maio a 03 de junho. Desconsiderando esses impactos, o tráfego consolidado apresentou aumento de 0,6% devido ao crescimento do tráfego de veículos leves em razão do clima favorável e dos feriados prolongados. A isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos será objeto de reequilíbrio contratual.

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Em julho de 2018, foi aplicado o reajuste contratual de 2,9% pelo IPCA. No caso do reajuste contratual anual dessa concessão, será aplicado o menor dos índices entre IGP-M e IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada e compensada através de extensão de prazo da concessão. O reajuste de julho de 2018 na Ecovias dos Imigrantes seria de 4,3% caso fosse aplicado o IGP-M. Atualmente, a diferença tarifária acumulada, considerando exclusivamente a substituição do IGP-M pelo IPCA, é de 4,2% e será compensada com extensão do prazo da concessão.

Em 2017, o volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 63.723 mil, aumento de 5,0%, influenciado pelo aumento no fluxo de turistas e clima favorável, no caso de veículos leves e para veículos pesados influenciado positivamente pelo aumento das exportações de commodities agrícolas no Porto de Santos.

Em 01 de julho de 2017, a Ecovias dos Imigrantes obteve reajuste contratual de 1,6% pelo IGP-M. A partir de 2015, começou a ser aplicado o menor dos índices entre IGP-M e IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada a cada dois anos e compensada através de extensão e prazo de concessão. Além disso, a tarifa média na Ecovias dos Imigrantes foi impactada pelo maior fluxo de veículos nas praças de pedágio que possuem tarifas maiores.

Em 2016 o volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 60.670 mil, queda de 6,2%. A redução no tráfego pesado em 2016 foi devido ao arrefecimento da economia e ao menor fluxo de exportação de grãos. A redução do tráfego leve é explicada pelo clima desfavorável e pela redução da atividade econômica.

**b. *Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços***

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

**c. *Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.***

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

### **10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras**

***a. Introdução ou alienação de segmento operacional***

Os Diretores informam que não ocorreu aquisição ou alienação operacionais relevantes consideradas ou não nas demonstrações financeiras.

***b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária***

Os Diretores entendem que este item não é aplicável, pois não ocorreu constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia nos exercícios de 2018, 2017 e 2016.

***c. Eventos ou operações não usuais***

Os Diretores informam que não ocorreram eventos ou operações não usuais que não tenham sido refletidos nas demonstrações financeiras.



## **10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor**

### **a. *Eventos ou operações não usuais***

Os Diretores informam que nos exercícios findos de 2018, 2017 e 2016 não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia. A Companhia elabora suas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

### **b. *Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis***

Os Diretores informam que nos exercícios findos de 2018, 2017 e 2016 não ocorreram efeitos significativos nas práticas contábeis da Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas para os três exercícios sociais apresentados foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

### **c. *Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor***

Os Diretores da Companhia informam que não houve ressalvas presentes no parecer do auditor para as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 2018, 2017 e 2016.

## **10.5 - Políticas Contábeis Críticas**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

## 10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

- a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
- i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos*
  - ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos*
  - iii. Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços*
  - iv. Contratos de construção não terminada*
  - v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Os Diretores informam que não existem ativos e passivos detidos pela Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") não registrados no balanço patrimonial.

**b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os diretores declaram não haver outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

## 10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;**

Não aplicável à Companhia, pois não há ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não apareçam no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*) ou outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

- b. natureza e o propósito da operação**

Não aplicável à Companhia, pois não há ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não apareçam no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*) ou outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável à Companhia, pois não há ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*) ou outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

## 10.8 - Plano de Negócios

### a. investimentos, incluindo:

#### (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os Diretores estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2017, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

Em Reais mil:

Natureza dos custos	Previsão de 2018 ao fim da concessão	
	31/12/2018	31/12/2017
Melhorias na infraestrutura	277.598	89.439
Conservação especial (manutenção)	179.458	223.587
Equipamentos	54.393	53.000
	<b>511.449</b>	<b>366.026</b>

O total de investimentos previstos para 2019 é R\$212,0 milhões.

#### (ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores informam que, quando da realização de investimentos, a fonte de financiamento é, preferencialmente, por meio de emissões de dívida no mercado local, de longo prazo, conjuntamente com capital próprio gerado pelas operações existentes.

#### (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os Diretores informam que não há desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

### b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Os diretores informam que a Companhia não realizou aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor em 2017.

### c. novos produtos e serviços, indicando:

- (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
- (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
- (iii) projetos em desenvolvimentos já divulgados
- (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os Diretores informam que a Companhia não possui novos produtos, serviços ou projetos em desenvolvimento.

## **10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante**

Não há outras informações que a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") julgue relevantes para os itens 10.1 ao 10.8 deste formulário.

## **11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas**

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

## **11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas**

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.



## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

### **a. Atribuições de cada órgão e comitê, identificando se possuem regimento interno próprio**

#### **Conselho de Administração**

O Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, podendo haver suplentes, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral de Acionistas para um mandato de 1 (um) ano, admitida a reeleição. Os membros efetivos desse Conselho de Administração escolherão, entre eles, o Presidente do Conselho, que terá mandato de 1 (um) ano, pelo voto dos próprios integrantes do Conselho de Administração. A forma de gestão e atribuições do Conselho de Administração são definidas no Regimento Interno da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração em 01 de junho de 2012.

Compete ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios da Companhia, devendo obrigatoriamente pronunciar-se sobre as seguintes matérias: (I) eleger ou destituir os membros da Diretoria e deliberar sobre a distribuição de honorários entre os Diretores; (II) Aprovar: (a) o Orçamento Anual e o Plano de Negócios, consistente no detalhamento das premissas e/ou investimentos previstos para o desenvolvimento das operações da Companhia; (b) atos ou contratos que impliquem obrigação para a Companhia e que não estejam previstos no Orçamento Anual ou no Plano de Negócios, conforme o caso; (c) atos ou contratos que importem alienação ou oneração de bens imóveis ou bens do ativo permanente, incluindo ações, quotas ou participações em outras sociedades; (d) relatórios de acompanhamento do Plano de Negócios da Companhia; (e) a política de pessoal, inclusive remuneração e participação nos resultados, bem como o plano de previdência privada, assegurando a sua conformidade com as definições corporativas adotadas pela controladora; (f) o Regimento Interno, assegurando a sua conformidade com o Estatuto Social da Companhia; (g) a proposição de ações judiciais ou instauração de arbitragem envolvendo o poder concedente da concessão titularizada pela Companhia relacionado ao respectivo contrato de concessão; (h) endividamento, investimentos e despesas de capital não previstos ou superiores aos previstos no Plano de Negócios; (i) a assinatura, alteração ou rescisão de contratos de concessão rodoviária, de que seja parte a Companhia; (j) a participação da Companhia em licitações públicas; (k) a instituição financeira depositária das ações e demais valores mobiliários escriturais de emissão da Companhia; (l) o Código de Ética da Companhia; (III) aprovar as emissões de ações até o limite estatutário permitido, inclusive suas colocações no mercado; (IV) desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral, deliberar sobre as emissões de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários; (V) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar, a qualquer tempo, os livros, documentos e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados e/ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros fatos, aspectos e atos administrativos que julgar de interesse da Companhia; (VI) escolher os auditores independentes da Companhia; e, (VII) aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e a sua adequação às condições e práticas de mercado (*arms' length*).

A Companhia não possui Comitê de Auditoria Estatutário para fins da Instrução CVM nº 509/11.

### **b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar na categoria "B".

### **c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar na categoria "B".

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

***d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração***

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar na categoria "B".

## **12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

### **12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

## **12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

**12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>		<b>Descrição de outro cargo / função</b>			
Ronald Dennis Marangon	11/02/1984	Pertence apenas à Diretoria	02/09/2019	02/09/2021	0
311.610.338-07	Engenheiro	12 - Diretor de Relações com Investidores	02/09/2019	Sim	0.00%
Diretor Superintendente					
Nicolò Caffo	03/01/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/04/2019	15/04/2020	0
240.960.258-44	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	15/04/2019	Sim	0.00%
Marcello Guidotti	14/04/1970	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/04/2019	15/04/2020	0
837.310.750-91	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/04/2019	Sim	0.00%
Marcelo Lucon	27/08/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/04/2019	15/04/2020	0
165.931.848-37	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/04/2019	Sim	0.00%
Rui Juarez Klein	21/06/1978	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	02/09/2019	02/09/2021	0
938.683.830-34	Engenheiro Civil	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	02/09/2019	Sim	0.00%

Diretor Presidente da Companhia

**Experiência profissional / Critérios de Independência**

Ronald Dennis Marangon - 311.610.338-07

Brasileiro, nascido em 11 de fevereiro de 1984. Formação acadêmica em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia de Sorocaba, com especialização em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Ronald Dennis Marangon possui mais de 10 anos de experiência no mercado de concessões rodoviárias, iniciando sua carreira em 2009 como Trainee no Grupo Ecorodovias. Atuou como Gerente de Operações e Atendimento ao Usuário nas Concessionárias Ecopistas e Ecovias dos Imigrantes. Atualmente, exerce a função de Diretor Superintendente e de Relações com Investidores da Ecovias dos Imigrantes. Declara que não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Nicolò Caffo - 240.960.258-44

Formação acadêmica em engenharia civil pela Universidade de Bologna e possui mestrado pela Massachusetts Institute of Technology – MIT, em administração de empresas. Nos últimos 6 anos ocupou posições de gerente regional da Atlantia, sendo responsável pelos negócios da companhia nos Estados Unidos e na Polônia, e de gerente geral de desenvolvimento de negócios tecnológicos da Atlantia. Anteriormente, trabalhou em empresas como McKinsey & Company, Bank of America Securities e MGE – Matildi General Engineering. Declara não ter incorrido em qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Marcello Guidotti - 837.310.750-91

Italiano, nascido em 14 de abril de 1970. Formado em Economia pela Università degli Studi di Bologna, com MBA Executivo pelo Insper. Já atuou (ou atua) (i) nas áreas de administração e finanças em vários projetos de infraestrutura e concessões em países da América Latina (Guatemala, República Dominicana, Peru) no período entre 1997 até 2005, como Gerente Administrativo Financeiro e Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores; (ii) como Diretor de Finanças da Elog S.A. (holding controladora de unidades de logística) no período entre maio de 2009 a dezembro de 2010; (iii) como Diretor Presidente da Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (sociedade de propósito específico do setor de concessões rodoviárias) no período entre março de 2008 até junho de 2012 e é membro do seu Conselho de Administração desde fevereiro de 2008; (iv) como membro do Conselho de Administração da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (sociedade de propósito específico do setor de concessões rodoviárias) desde fevereiro de 2007; (v) como (v.a) Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores de outubro de 2012 a junho de 2007, e (v.b) como membro do Conselho de Administração desde março de 2007, da Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul (sociedade de propósito específico do setor de concessões rodoviárias, cujo registro de companhia aberta perante a CVM foi cancelado em 2010). Atualmente ocupa os seguintes cargos em empresas de capital aberto do Grupo Ecorodovias: (i) como Diretor Executivo de Finanças desde maio de 2006 da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EIL") (holding controladora de negócios de logística e concessões rodoviárias) e da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS") (holding controladora de concessões rodoviárias), (ii) como Diretor de Relações com Investidores desde maio de 2012 da EIL e do ECS, (iii) como Diretor Executivo de Gestão de Pessoas desde abril de 2016 da EIL; (iv) como membro efetivo do Conselho de Administração (iv.a) do ECS desde janeiro de 2013, (iv.b) da Ecovias dos Imigrantes S.A. (sociedade de propósito específico do setor de concessões rodoviárias) desde fevereiro de 2007, e (iv.c) da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas (sociedade de propósito específico do setor de concessões rodoviárias) desde abril de 2009.

Marcelo Lucon - 165.931.848-37

Brasileiro, nascido em 27 de agosto de 1975. É graduado em Direito pela Universidade São Paulo, possui Mestrado pela Faculdade de Direito da USP e LLm pela Universidade de Londres, cursando Doutorado na FD da USP. Já atuou como (i) Gerente e Diretor Jurídico e membro do Conselho de Administração/Fiscal de empresas do Grupo Camargo Correa, (ii) membro suplente do Conselho Fiscal da Alpargatas S/A., e (iii) membro suplente do Conselho de Administração, durante o período de 2013 a 2015, na Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas ("Ecopistas") e Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias") (sociedades de propósito específico do setor de concessões rodoviárias). Atualmente ocupa os seguintes cargos em empresas de capital aberto do Grupo Ecorodovias: (i) Diretor Executivo Jurídico (i.a) na EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. desde abril de 2013, e (i.b) na Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. desde maio de 2014; (ii) Conselheiro Efetivo do Conselho de Administração desde (ii.a) abril de 2016 na Ecovias e Ecopistas, e (ii.b) abril de 2013 na ECO101 Concessionária das Rodovias S/A (sociedade de propósito específico do setor de concessões rodoviárias); (iii) membro do Comitê de Ética da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Rui Juarez Klein - 938.683.830-34

Brasileiro nascido em 21 de junho de 1978. Formação acadêmica em Engenharia Civil pela Universidade de Passo Fundo, com mestrado em Infraestrutura de Transportes pelo ITA e MBA em Gestão Empresarial pela FGV, possui mais de 14 anos de experiência no setor de infraestrutura, com vivência no meio acadêmico e de concessões rodoviárias, tanto no sul do país (Consórcio Univas e Ecosul) bem como sudeste (Ecovias dos Imigrantes). No grupo EcoRodovias atuou em diferentes posições na área de Engenharia, tendo sua última passagem pelo cargo de Gerente de Engenharia da Ecovias dos Imigrantes no período de março de 2011 até março de 2015. Desde 25 de março de 2015 exerce o cargo de Diretor Superintendente e de Relações com Investidores da Ecovias dos Imigrantes. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Ronald Dennis Marangon - 311.610.338-07 N/A	
Nicolò Caffo - 240.960.258-44 N/A	
Marcello Guidotti - 837.310.750-91 N/A	
Marcelo Lucon - 165.931.848-37 N/A	
Rui Juarez Klein - 938.683.830-34	

N/A



## **12.7/8 - Composição Dos Comitês**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") não possui comitês estatutários de auditoria, financeiro e de remuneração.

## **12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

## **12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

## **12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

## **12.12 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") julgue relevantes para os itens 12.1 a 12.12 deste formulário.

### **13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

**13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal****Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 01/01/2019 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00		1,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	679.039,26		679.039,26
Benefícios direto e indireto	0,00	75.928,33		75.928,33
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	212.743,00		212.743,00
Descrição de outras remunerações fixas		Reflete o valor de contribuição para seguridade social, em atendimento ao Ofício nº 094/2016 – CVM/SEP/GEA-2.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	361.443,43		361.443,43
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	294.792,10		294.792,10
Descrição de outras remunerações variáveis		Reflete o valor de despesas contabilizadas dos Planos de Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stocks. Reflete o valor de despesas de INSS contabilizadas dos Planos de Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stocks.		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	66.189,33		66.189,33
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>				
Total da remuneração	0,00	1.690.135,45		1.690.135,45

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,58	2,00		6,58
Nº de membros remunerados	0,00	1,00		1,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	614.828,88		614.828,88
Benefícios direto e indireto	0,00	62.304,70		62.304,70
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00

Outros	0,00	186.539,08		186.539,08
Descrição de outras remunerações fixas		Reflete o valor de contribuição para seguridade social, em atendimento ao Ofício nº 094/2016 – CVM/SEP/GEA-2.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	417.771,57		417.771,57
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	113.453,88		113.453,88
Descrição de outras remunerações variáveis		Reflete o valor de despesas contabilizadas dos Planos de Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stocks. Reflete o valor de despesas de INSS contabilizadas dos Planos de Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stocks.		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	50.997,34		50.997,34
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>				
Total da remuneração	0,00	1.445.895,45		1.445.895,45

## Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00		8,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00		1,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	559.654,72		559.654,72
Benefícios direto e indireto	0,00	55.684,96		55.684,96
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	169.855,21		169.855,21
Descrição de outras remunerações fixas		Reflete o valor de contribuição para a seguridade social, em atendimento ao Ofício nº 094/2016-CVM/SEP/GEA-2		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	242.048,23		242.048,23
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	322.890,35		322.890,35



Descrição de outras remunerações variáveis		Reflete o valor de despesas dos Planos de Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stocks. Reflete o valor de despesas de INSS dos Planos de Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stocks.		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	46.941,70		46.941,70
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	0,00	0,00		1.397.075,17

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,67	2,00		7,67
Nº de membros remunerados	0,00	1,00		1,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	485.442,88		485.442,88
Benefícios direto e indireto	0,00	43.605,11		43.605,11
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	152.040,71		152.040,71
Descrição de outras remunerações fixas		Reflete o valor de contribuição para seguridade social, em atendimento ao Ofício nº 094/2016 – CVM/SEP/GEA-2.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	320.316,40		320.316,40
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	110.121,15		110.121,15
Descrição de outras remunerações variáveis		Reflete o valor de despesas contabilizadas dos Planos de Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stocks.		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	46.150,00		46.150,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00

Observação				
Total da remuneração	0,00	1.157.676,25		1.157.676,25

### **13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

### **13.5 - Remuneração Baseada em Ações**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

### **13.6 - Opções em Aberto**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

### **13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

### **13.8 - Precificação Das Ações/opções**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".



### **13.9 - Participações Detidas Por Órgão**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

### **13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

### **13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

### **13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

**13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores**

<b>Órgão</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Diretoria Estatutária	100,00%	100,00%	100,00%
Conselho de Administração	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-

### **13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

**13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor**

<b>EXERCÍCIO DE 2018<sup>(1)</sup> - DEMAIS REMUNERAÇÕES RECEBIDAS, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO FORAM ATRIBUÍDAS</b>				
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
<i>(Em R\$)</i>				
Controladores diretos e indiretos	29.055.416	-	-	29.055.416
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

(1) Remuneração a título de honorário. No valor estão incluídos todos os encargos e provisões para atendimento ao regime de competência do exercício.

Os valores acima mencionados referem-se ao pagamento de salários, participação nos resultados, bônus, benefícios diretos e indiretos, incentivos de longo prazo.

<b>EXERCÍCIO DE 2018 - REMUNERAÇÃO RECEBIDA, EM FUNÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO NO EMISSOR</b>				
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
<i>(Em R\$)</i>				
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

<b>EXERCÍCIO DE 2017<sup>(1)</sup> - DEMAIS REMUNERAÇÕES RECEBIDAS, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO FORAM ATRIBUÍDAS</b>				
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
<i>(Em R\$)</i>				
Controladores diretos e indiretos	29.912.568	-	-	29.912.568
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

(2) Remuneração a título de honorário. No valor estão incluídos todos os encargos e provisões para atendimento ao regime de competência do exercício.

Os valores acima mencionados referem-se ao pagamento de salários, participação nos resultados, bônus, benefícios diretos e indiretos, incentivos de longo prazo.

<b>EXERCÍCIO DE 2017 - REMUNERAÇÃO RECEBIDA, EM FUNÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO NO EMISSOR</b>				
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
<i>(Em R\$)</i>				
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

**13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor**

<b>EXERCÍCIO DE 2016<sup>(1)</sup> - DEMAIS REMUNERAÇÕES RECEBIDAS, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO FORAM ATRIBUÍDAS</b>				
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
	<i>(Em R\$)</i>			
Controladores diretos e indiretos	28.081.702	-	-	28.081.702
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

(3) Remuneração a título de honorário. No valor estão incluídos todos os encargos e provisões para atendimento ao regime de competência do exercício.

Os valores acima mencionados referem-se ao pagamento de salários, participação nos resultados, bônus, benefícios diretos e indiretos, incentivos de longo prazo.

<b>EXERCÍCIO DE 2016 - REMUNERAÇÃO RECEBIDA, EM FUNÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO NO EMISSOR</b>				
<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
	<i>(Em R\$)</i>			
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-



### **13.16 - Outras Informações Relevantes**

Não há outras informações que a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") julgue relevantes para os itens 13.1 a 13.15 deste formulário.

## **14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

## **14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

### **14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

#### **14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

## **14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos**

Não há outras informações que a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") julgue relevantes para os itens 14.1 a 14.4 deste formulário.

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>EcoRodovias Concessões e Serviços S.A</b>						
08.873.873/0001-10	Brasileira-SP	Não	Sim	01/03/2012		
Não						
	270.386.115	99,999%	0	0,000%	270.386.115	99,999%
<b>OUTROS</b>						
	5	0,000%	0	0,000%	5	0,000%
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
<b>TOTAL</b>						
	270.386.120	100,000%	0	0,000%	270.386.120	100,000%

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A				08.873.873/0001-10		
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.						
04.149.454/0001-80	Brasileira-SP	Sim	Sim	30/03/2012		
Não						
696.714.537	100,000	0	0,000	696.714.537	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
696.714.537	100,000	0	0,000	696.714.537	100,000	



## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.				04.149.454/0001-80		
<b>Ações em tesouraria</b>						
	Brasileira-SP	Não	Não	30/12/2019		
Não						
2.206.492	0,395	0	0,000	2.206.492	0,395	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>IGLI S.p.A</b>						
24.025.589/0001-40	Italiana-SP	Sim	Sim	11/05/2018		
Sim		Não há	Jurídica			
27.879.084	4,990	0	0,000	27.879.084	4,990	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
171.109.278	30,626	0	0,000	171.109.278	30,626	
<b>Primav Infraestrutura S.A.</b>						
21.314.575/0001-59	Brasileira-SP	Sim	Sim	04/05/2016		
Não						
357.504.226	63,989	0	0,000	357.504.226	63,989	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.				04.149.454/0001-80	
<b>TOTAL</b>					
558.699.080	100,000	0	0,000	558.699.080	100,000

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA							
ACIONISTA							
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração			
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações (Unidades)							
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %		
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social		
IGLI S.p.A				24.025.589/0001-40			
ASTM S.p.A.							
	Italiana-TO	Sim	Sim	01/01/2020			
Sim		Não há	Juridica				
37.130.000	100,000	0	0,000	37.130.000	100,000		
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
TOTAL	0	0.000					
OUTROS							
0	0,000	0	0,000	0	0,000		
TOTAL							
37.130.000	100,000	0	0,000	37.130.000	100,000		

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Primav Infraestrutura S.A.</b>				<b>21.314.575/0001-59</b>		
<b>IGLI S.p.A</b>						
24.025.589/0001-40	Italiana-SP	Sim	Sim	11/05/2018		
Sim		Não há	Juridica			
103.295.946	50,000	127.699.194	100,000	230.995.140	69,100	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>Primav Construções e Comércio S.A.</b>						
81.110.124/0001-21	Brasileira-PR	Sim	Sim	04/05/2017		
Não						
103.295.946	50,000	0	0,000	103.295.946	30,900	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000				
<b>TOTAL</b>						
206.591.892	100,000	127.699.194	100,000	334.291.086	100,000	

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ASTM S.p.A.						
Nuova Argo Finanziaria S.p.A.						
	Italiana-AL	Não	Sim	01/01/2020		
Sim		Não há	Juridica			
57.831.613	41,157	0	0,000	57.831.613	41,157	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
82.683.282	58,843	0	0,000	82.683.282	58,843	
TOTAL						
140.514.895	100,000	0	0,000	140.514.895	100,000	

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA							
ACIONISTA							
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração			
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações (Unidades)							
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %		
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social		
IGLI S.p.A				24.025.589/0001-40			
ASTM S.p.A.							
	Italiana-TO	Sim	Sim	24/02/2016			
Sim		Não há	Juridica				
37.130.000	100,000	0	0,000	37.130.000	100,000		
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
TOTAL	0	0.000					
OUTROS							
0	0,000	0	0,000	0	0,000		
TOTAL							
37.130.000	100,000	0	0,000	37.130.000	100,000		

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Primav Construções e Comércio S.A.				81.110.124/0001-21		
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Participare - Administração e Participações Ltda.						
80.261.100/0001-00	Brasileira-PR	Não	Sim	13/12/2016		
Não						
1.600.179.131	100,000	0	0,000	1.600.179.131	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
1.600.179.131	100,000	0	0,000	1.600.179.131	100,000	

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ASTM S.p.A.						
Nuova Argo Finanziaria S.p.A.						
	Italiana-AL	Não	Sim	01/01/2020		
Sim		Não há	Juridica			
57.831.613	41,157	0	0,000	57.831.613	41,157	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
82.683.282	58,843	0	0,000	82.683.282	58,843	
TOTAL						
140.514.895	100,000	0	0,000	140.514.895	100,000	



## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Nuova Argo Finanziaria S.p.A.</b>						
<b>Aurelia S.r.l.</b>						
	Italiana-AL	Não	Sim	27/09/2018		
Sim		Não há	Jurídica			
18.000.000	60,000	0	0,000	18.000.000	60,000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>Mercure Investment S.à r.l.</b>						
	SP	Não	Sim	27/09/2018		
Sim		Não há	Jurídica			
12.000.000	40,000	0	0,000	12.000.000	40,000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
30.000.000	100,000	0	0,000	30.000.000	100,000	

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Participare - Administração e Participações Ltda.</b>				<b>80.261.100/0001-00</b>	
<b>Cesar Beltrão de Almeida</b>					
567.118.329-49	Brasileira-PR	Não	Sim	21/02/2018	
Não					
1.475.367.895	25,873	0	0,000	1.475.367.895	25,873
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000			
<b>Denise Beltrão de Almeida Cassou</b>					
457.314.039-53	Brasileira-PR	Não	Sim	21/02/2018	
Não					
1.475.367.895	25,873	0	0,000	1.475.367.895	25,873
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000			
<b>Eduarda Guimarães de Almeida</b>					
072.601.959-32	Brasileira-PR	Não	Sim	30/08/2018	
Não					
343.382.225	6,022	0	0,000	343.382.225	6,022
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000			

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Participare - Administração e Participações Ltda.				80.261.100/0001-00		
<b>Marcelo Beltrão de Almeida</b>						
598.025.969-49	Brasileira-PR	Não	Sim	21/02/2018		
Não						
1.373.528.902	24,087	0	0,000	1.373.528.902	24,087	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>Maria Fernanda Beltrão de Almeida</b>						
011.169.729-80	Brasileira-PR	Não	Sim	21/02/2018		
Não						
686.764.450	12,044	0	0,000	686.764.450	12,044	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
4.517.077	0,079	0	0,000	4.517.077	0,079	
<b>Roberta Guimarães de Almeida</b>						
072.601.969-04	Brasileira-PR	Não	Sim	30/08/2018		
Não						
343.382.225	6,022	0	0,000	343.382.225	6,022	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Participare - Administração e Participações Ltda.				80.261.100/0001-00		
<b>TOTAL</b>						
5.702.310.669	100,000	0	0,000	5.702.310.669	100,000	

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Aurelia S.r.l.</b>						
<b>Beniamino Gavio</b>						
239.357.708-47	Italiana-AL	Não	Sim	03/05/2006		
Sim	João Gabriel Ferrari Xavier		Fisica	311.037.298-37		
1	28,142	0	0,000	1	28,142	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>Beniamino Gavio (Beniamino Gavio,Daniela Gavio e Francesca Torti)</b>						
	Italiana-AL	Não	Não	16/11/2009		
Sim	João Gabriel Ferrari Xavier		Fisica	311.037.298-37		
1	2,108	0	0,000	1	2,108	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>Daniella Gavio</b>						
	Italiana-AL	Não	Sim	03/05/2006		
Sim	Não há		Juridica			
1	21,220	0	0,000	1	21,220	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Aurelia S.r.l.</b>						
<b>Francesca Torti</b>						
	Italiana-AL	Não	Não	02/11/2004		
Sim		Não há	Jurídica			
1	0,500	0	0,000	1	0,500	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>Marcello Gavio</b>						
239.314.718-70	Italiana-AL	Não	Sim	03/05/2006		
Sim		João Gabriel Ferrari Xavier	Física	311.037.298-37		
1	24,515	0	0,000	1	24,515	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>Marcello Gavio (Marcello Gavio e Raffaella Gavio)</b>						
	Italiana-AL	Não	Não	27/01/2011		
Sim		João Gabriel Ferrari Xavier	Física	311.037.298-37		
1	0,500	0	0,000	1	0,500	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Aurelia S.r.l.</b>						
<b>Raffaella Gavio</b>						
	Italiana-AL	Não	Sim	20/05/2004		
Sim		Não há	Juridica			
1	23,015	0	0,000	1	23,015	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
<b>TOTAL</b>						
7	100,000	0	0,000	7	100,000	

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA							
ACIONISTA							
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração			
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações (Unidades)							
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %		
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social		
<b>Mercure Investment S.à r.l.</b>							
<b>Outros</b>							
		Não	Não	27/09/2018			
Sim	Não há		Juridica				
1	100,000	0	0,000	1	100,000		
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
TOTAL	0	0.000					
<b>OUTROS</b>							
0	0,000	0	0,000	0	0,000		
<b>TOTAL</b>							
1	100,000	0	0,000	1	100,000		



## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Nuova Argo Finanziaria S.p.A.</b>						
<b>Aurelia S.r.l.</b>						
	Italiana-AL	Não	Sim	27/09/2018		
Sim		Não há	Jurídica			
18.000.000	60,000	0	0,000	18.000.000	60,000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>Mercure Investment S.à r.l.</b>						
	SP	Não	Sim	27/09/2018		
Sim		Não há	Jurídica			
12.000.000	40,000	0	0,000	12.000.000	40,000	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
30.000.000	100,000	0	0,000	30.000.000	100,000	

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Aurelia S.r.l.</b>						
<b>Beniamino Gavio</b>						
239.357.708-47	Italiana-AL	Não	Sim	03/05/2006		
Sim	João Gabriel Ferrari Xavier		Fisica	311.037.298-37		
1	28,142	0	0,000	1	28,142	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>Beniamino Gavio (Beniamino Gavio,Daniela Gavio e Francesca Torti)</b>						
	Italiana-AL	Não	Não	16/11/2009		
Sim	João Gabriel Ferrari Xavier		Fisica	311.037.298-37		
1	2,108	0	0,000	1	2,108	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>Daniella Gavio</b>						
	Italiana-AL	Não	Sim	03/05/2006		
Sim	Não há		Juridica			
1	21,220	0	0,000	1	21,220	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				

## 15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Aurelia S.r.l.</b>						
<b>Francesca Torti</b>						
	Italiana-AL	Não	Não	02/11/2004		
Sim		Não há	Jurídica			
1	0,500	0	0,000	1	0,500	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>Marcello Gavio</b>						
239.314.718-70	Italiana-AL	Não	Sim	03/05/2006		
Sim		João Gabriel Ferrari Xavier	Física	311.037.298-37		
1	24,515	0	0,000	1	24,515	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>Marcello Gavio (Marcello Gavio e Raffaella Gavio)</b>						
	Italiana-AL	Não	Não	27/01/2011		
Sim		João Gabriel Ferrari Xavier	Física	311.037.298-37		
1	0,500	0	0,000	1	0,500	
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Aurelia S.r.l.</b>						
<b>Raffaella Gavio</b>						
	Italiana-AL	Não	Sim	20/05/2004		
Sim		Não há	Juridica			
1	23,015	0	0,000	1	23,015	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
<b>TOTAL</b>						
7	100,000	0	0,000	7	100,000	

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA							
ACIONISTA							
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração			
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações (Unidades)							
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %		
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social		
<b>Mercure Investment S.à r.l.</b>							
<b>Outros</b>							
			Não	Não	27/09/2018		
Sim		Não há		Juridica			
1	100,000	0	0,000	1	100,000		
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>					
TOTAL	0	0.000					
<b>OUTROS</b>							
0	0,000	0	0,000	0	0,000		
<b>TOTAL</b>							
1	100,000	0	0,000	1	100,000		

**15.3 - Distribuição de Capital**

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	15/04/2019
<b>Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)</b>	0
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)</b>	3
<b>Quantidade investidores institucionais (Unidades)</b>	0

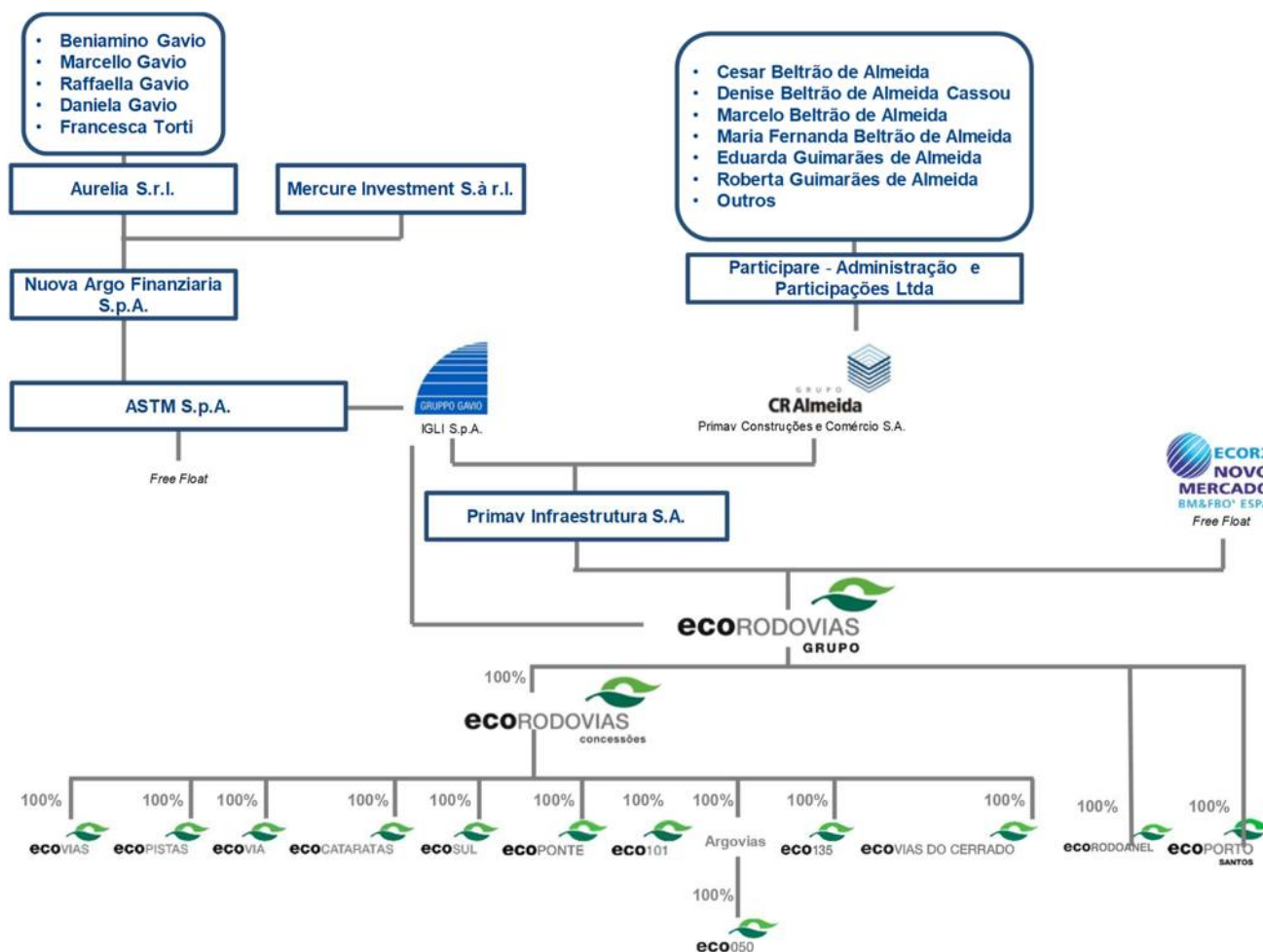
**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias (Unidades)</b>	0	0,000%
<b>Quantidade preferenciais (Unidades)</b>	0	0,000%
<b>Preferencial Classe A</b>	0	0,000000%
<b>Total</b>	0	0,000%

### 15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

Para informações sobre as posições acionárias, vide itens 15.1 e 15.2 deste Formulário de Referência.



## **15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".



## **15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

## 15.7 - Principais Operações Societárias

### Exercício 2018

#### A) Evento

Constituição de Sociedade de Propósito Específico (“SPE”)

#### B) Principais condições do negócio

Em 06 de fevereiro de 2018, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“ECS”) foi classificada em primeiro lugar na Concorrência Pública Internacional 006/2017, por meio da Secretária de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais (“SETOP”), para exploração por 30 anos do lote de rodovias do Estado de Minas Gerais composto pelos seguinte trechos: (i) BR-135, com extensão 301,20 km; (ii) MG-231, com extensão 22,65 km; e (iii) LMG-754, com extensão 40,10 km, totalizando 363,95 km conforme edital.

A classificação se deu em razão da maior oferta pela outorga da concessão que será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5,9 milhões com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2,06 bilhões.

Em 18 de abril de 2018, foi constituída a SPE denominada ECO135 Concessionária de Rodovias S.A. para exploração do referido lote.

#### C) Sociedades envolvidas

- Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.
- ECO135 Concessionária de Rodovias S.A.

#### D) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

Não há.

#### E) Quadro societário antes e depois da operação

	ECO135 Concessionária de Rodovias S.A.	
	Antes	Depois
	%Total	%Total
<b>Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.</b>	0,0%	100,0%

#### F) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável.

#### A) Evento

Aquisição societária.

#### B) Principais condições do negócio

Em 01 de fevereiro de 2018, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“ECS”) celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com os acionistas da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. (“MGO”) referente a aquisição, pela ECS, de 100% do capital social da MGO, por meio, na data do fechamento, da holding da Argovias Administração e Participações S.A.. O valor da aquisição foi de R\$654,8 milhões e foi liquidado em 30 de maio de 2019.

#### C) Sociedades envolvidas

- Ellenco Participações Ltda. (“Ellenco”)
- Senpar Ltda. (“Senpar”)
- Construtora Estrutural Ltda. (“Estrutural”)
- Vale do Rio Novo Engenharia e Construções Ltda. (“Vale do Rio Novo”)
- Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda. (“Bandeirantes”)
- Maqterra Transportes e Terraplenagem Ltda. (“Maqterra”)
- Construtora Kamilos Ltda. (“Construtora Kamilos”)
- Clovis Fernando Greca (“Clovis”)
- Enivaldo Mendes (“Enivaldo”)

## 15.7 - Principais Operações Societárias

- Paulo Augusto Franzine (“Paulo Franzine”)
- Marcelo Franzine (“Marcelo”)
- Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.
- Argovias Administração e Participações S.A.
- Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A.
- GREGOR Participações Ltda. (“Gregor”)
- TCL Tecnologia e Construções Ltda. (“TCL”)

**D) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia**  
Não há.

**E) Quadro societário antes e depois da operação**

	Argovias Administração e Participações S.A.	
	Antes	Depois
	%Total	%Total
<b>Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.</b>	0,0%	100,0%
<b>Ellenco</b>	11,11%	0,0%
<b>Senpar</b>	11,11%	0,0%
<b>Estrutural</b>	11,11%	0,0%
<b>Vale do Rio Novo</b>	11,11%	0,0%
<b>Bandeirantes</b>	11,11%	0,0%
<b>Maqterra</b>	11,11%	0,0%
<b>Construtora Kamilos</b>	11,11%	0,0%
<b>Clovis</b>	11,11%	0,0%
<b>Enivaldo</b>	5,50%	0,0%
<b>Paulo Franzine</b>	1,49%	0,0%
<b>Marcelo</b>	1,12%	0,0%

**F) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas**  
Não aplicável.

**A) Evento**

Aquisição e consolidação de controle societário.

**B) Principais condições do negócio**

Em 16 de janeiro de 2018, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“ECS”) celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com Grant Concessões e Participações Ltda. (“Grant”) referente a aquisição, pela ECS, de 10% do capital social da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul (“Ecosul”) detido pela Grant.

A conclusão da compra estava sujeita ao cumprimento de certas condições precedentes usuais, tais como comunicação prévia à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. A operação foi concluída em março de 2018.

A ECS pagará R\$60 milhões por essa participação, sendo que (i) a 1ª parcela (R\$44 milhões) será paga na data de fechamento, e (ii) a 2ª parcela (R\$16 milhões, corrigidos pelo CDI) será paga 60 dias contados do pagamento da 1ª parcela.

**C) Sociedades envolvidas**

- Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.
- Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul
- Grant Concessões e Participações Ltda.

**D) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia**

## 15.7 - Principais Operações Societárias

Não há.

### E) Quadro societário antes e depois da operação

	Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A.	
	Antes	Depois
	%Total	%Total
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	90,0%	100,0%
Grant Concessões e Participações Ltda.	10,0%	0,0%

### F) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável.

#### A) Evento

Constituição de Sociedade de Propósito Específico ("SPE")

#### B) Principais condições do negócio

Em 10 de janeiro de 2018, a Ecorodovias foi classificada em primeiro lugar na Concorrência Internacional nº 01/2017 para a concessão da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos como implantação de equipamentos de tráfego e atendimento ao usuário do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas por um prazo de 30 anos a partir da assinatura do contrato. A classificação se deu em razão do maior valor do ágio ofertado, correspondente a R\$420.632.986,00.

Em 8 de março de 2018, foi constituída a SPE denominada Concessionaria do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel para exploração do referido lote. Até a data de 29 de maio de 2018 o contrato não foi assinado. Até a data de 29 de maio de 2018 o contrato não foi assinado.

#### C) Sociedades envolvidas

- Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.
- Concessionaria do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel

#### D) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

Não há.

### E) Quadro societário antes e depois da operação

	Concessionaria do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel	
	Antes	Depois
	%Total	%Total
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.	0,0%	100,0%

### F) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável.

## Exercício 2017

#### A) Evento

Alienação e consolidação de controle societário.

#### B) Principais condições do negócio

## 15.7 - Principais Operações Societárias

Em 27 de dezembro de 2017, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS") celebrou Contratos de Compra e Venda de Ações com Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., Rio Novo Locações Ltda., A. Madeira Indústria e Comércio Ltda., Urbesa Administração e Participações Ltda., Tervap Pitanga Mineração e Pavimentação Ltda., Contek Engenharia S.A. e MMF Empreendimentos e Participações Ltda., que compõem a Centaurus Participações S.A. ("Centaurus") e com a Grant Concessões e Participações Ltda. ("Grant") referentes a aquisição, pela ECS, de 42% do capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101"), detidos pela Grant e pelos acionistas da Centaurus.

A ECS pagará por essa participação o valor de R\$46.650.000,00 em 60 parcelas, corrigidas a partir de agosto de 2017 pelo IPCA, com dois anos de carência a partir da data de assinatura do contrato.

A conclusão da compra está sujeita à verificação de condições precedentes usuais, as quais incluem a comunicação prévia à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), aprovação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

### C) Sociedades envolvidas

- Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.
- Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.
- Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
- Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.
- Rio Novo Locações Ltda.
- A. Madeira Indústria e Comércio Ltda.
- Urbesa Administração e Participações Ltda.
- Tervap Pitanga Mineração e Pavimentação Ltda.
- Contek Engenharia S.A.
- MMF Empreendimentos e Participações Ltda.
- Centaurus Participações S.A.
- Grant Concessões e Participações Ltda.

### D) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

Não há.

### E) Quadro societário antes e depois da operação

			Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.	
			Antes	Depois
			%Total	%Total
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	e		58,0%	100,0%
Centaurus Participações S.A.			27,5%	-
Grant Concessões e Participações Ltda.	e		14,5%	-

### F) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável.

### A) Evento

Transferência de controle acionário da Elog S.A..

### B) Principais condições do negócio

Em 12 de dezembro de 2017, a Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações, o qual tem por objeto a alienação de 100% do capital social da Elog S.A. para a Multilog S.A.

## 15.7 - Principais Operações Societárias

A conclusão da alienação estava sujeita à verificação de certas condições precedentes, dentre as quais incluem a aprovação prévia da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, a transferência das quotas do Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (“Ecopátio”) pela Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. e o pagamento da totalidade da dívida da Elog S.A.. Em 6 de março de 2018 tal operação foi concluída.

### C) Sociedades envolvidas

- Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.
- Elog S.A.
- Multilog S.A.
- Primeinvest Empreendimentos Imobiliários S.A.

D) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia  
Não há.

### E) Quadro societário antes e depois da operação

	Elog S.A	
	Antes	Depois
	%Total	%Total
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.	100,0%	0,0%
Multilog S.A.	0,0%	100,0%

### F) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável.

### A) Evento

Aquisição de ações.

### B) Principais condições do negócio

Em 25 de maio de 2017 a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“Companhia”) tomou ciência, por meio de correspondência que lhe foi encaminhada por sua co-controladora, Igli S.p.A., que adquiriu 12.835.000 ações ordinárias de emissão da Companhia com o objetivo estritamente de investimento e não objetivando alteração do controle acionário ou estrutura administrativa da Companhia.

### C) Sociedades envolvidas

- Igli S.p.A.
- EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

D) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia  
Não há.

### E) Quadro societário antes e depois da operação

	EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.			
	Antes		Depois	
	ON	%ON	ON	%ON
Primav Infraestrutura S.A.	357.504.226	64,0%	357.504.226	64,0%
Igli S.p.A.	0	0,0%	12.835.000	2,3%
Ações em tesouraria	2.232.992	0,4%	2.232.992	0,4%
Free float	198.961.862	35,6%	186.126.862	33,3%

### F) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

## 15.7 - Principais Operações Societárias

Não aplicável.

### A) Evento

Aquisição de ações.

### B) Principais condições do negócio

Em 4 de maio de 2017 a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. tomou ciência, por meio de correspondência que lhe foi encaminhada por sua co-controladora, Igli S.p.A., que adquiriu 16.714.554 ações preferenciais de emissão da Primav Infraestrutura S.A..

### C) Sociedades envolvidas

- Igli S.p.A.
- Primav Construções e Comércio S.A. ("Primav Construções")
- Primav Infraestrutura S.A.

### D) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

Não há.

### E) Quadro societário antes e depois da operação

Primav Infraestrutura S.A.						
Antes						
	ON	%ON	PN	%PN	Total	Total%
Primav Construções	103.295.946	50,0%	16.714.554	13,1%	120.010.500	35,9%
Igli S.p.A.	103.295.946	50,0%	103.295.946	86,9%	214.280.586	64,1%

Primav Infraestrutura S.A.						
Depois						
	ON	%ON	PN	%PN	Total	Total%
Primav Construções	103.295.946	50,0%	0	0,0%	103.295.946	30,9%
Igli S.p.A.	103.295.946	50,0%	127.699.194	100,0%	230.995.140	69,1%

### F) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável.

## Exercício 2016

### A) Evento

Reorganização societária.

### B) Principais condições do negócio

Em 13 de dezembro 2016, foi aprovada a reorganização societária pela transferência da totalidade de ações da Primav Construções e Comércio S.A detidas pela CR Almeida S.A. em 70% para a Participare Administração e Participações Ltda. ("Participare") e 30% para Pio XII - Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S/A ("Pio XII").

### C) Sociedades envolvidas

As sociedades envolvidas são:

- Participare Administração e Participações Ltda.
- Pio XII - Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S/A
- CR Almeida S.A.
- Primav Construções e Comércio S.A.

## 15.7 - Principais Operações Societárias

D) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia  
Não há.

E) Quadro societário antes e depois da operação

	Primav Construções e Comércio S.A.			
	Antes		Depois	
	Total	%Total	Total	%Total
Participare	0	0,0%	1.120.125.392	70,0%
Pio XII	0	0,0%	480.053.739	30,0%
CR Almeida S.A.	1.600.179.131	100,0%	0	0,0%

F) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas  
Não aplicável.

A) Evento

Transferência de controle acionário.

B) Principais condições do negócio

Em 2 de julho de 2016, celebraram Contrato de Compra e Venda de Quotas, o qual tem por objeto a alienação, para a Multilog S.A., de 100% do capital social da Elog Logística Sul Ltda., Maringá Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda. e Maringá Armazéns Gerais Ltda.

Em 6 de outubro de 2016, após o cumprimento das condições precedentes, foi concluída, por meio de celebração do Termo de Fechamento e efetiva transferência de quotas, a operação de alienação de 100% do capital social da Elog Logística Sul Ltda., Maringá Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda. e Maringá Armazéns Gerais Ltda. para a Multilog S.A. pelo valor total de R\$115 milhões.

C) Sociedades envolvidas

- Elog S.A.
- Multilog S.A.
- Elog Logística Sul Ltda
- Maringá Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda.
- Maringá Armazéns Gerais Ltda

D) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia  
Não há.

E) Quadro societário antes e depois da operação

	Elog Logística Sul Ltda	
	Antes	Depois
	%Total	%Total
Elog S.A	100,0%	0,0%
Multilog S.A.	0,0%	100,0%

	Maringá Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda.	
	Antes	Depois
	%Total	%Total
Elog S.A	100,0%	0,0%
Multilog S.A.	0,0%	100,0%

Maringá Armazéns Gerais Ltda	
Antes	Depois



## 15.7 - Principais Operações Societárias

	%Total	%Total
Elog S.A	100,0%	0,0%
Multilog S.A.	0,0%	100,0%

### F) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável.

### A) Evento

Transferência de controle acionário.

### B) Principais condições do negócio

Em 4 de maio de 2016, após o cumprimento das condições precedentes, em linha com o Fato Relevante divulgado em 18 de dezembro de 2015 acerca do Acordo de Investimento celebrado pela Primav e sua controladora CR Almeida S.A. – Engenharia e Construções (“CRASA” e, em conjunto com Primav, “Grupo CR Almeida”) com SIAS – Società Iniziative Autostradari e Servizi S.p.A (“SIAS”) e ASTM S.p.A. (“ASTM” e, em conjunto com SIAS, “ASTM/SIAS (Gruppo Gavio)”, “Acordo de Investimento” e “Operação”, respectivamente), que, obtidas as aprovações necessárias e satisfeitas as condições precedentes, nesta data, o Grupo CR Almeida e a ASTM/SIAS (Gruppo Gavio) concluíram a Operação, tendo sido realizado na Primav Infraestrutura S/A (“Newco”) um aporte de capital, no montante total de R\$2.224.000.000,00, sendo R\$2.104.000.000,00 pela Igli S.p.A., veículo de investimento de ASTM/SIAS (Gruppo Gavio) e R\$120.000.000,00 pela Primav.

A Primav transferiu para a Newco, ainda, determinados ativos e passivos previstos no Acordo de Investimento, incluindo a totalidade da participação acionária detida pela Primav na EcoRodovias.

Com a realização do investimento acima mencionado, a Primav passou a ser titular de 50,0% das ações ordinárias e 13,09% das ações preferenciais sem direito a voto de emissão da Newco, totalizando, entre ações ordinárias e preferenciais, 35,9% do capital social total da Newco, e a ASTM/SIAS (Gruppo Gavio), por meio da Igli S.p.A., passou a deter 50,0% das ações ordinárias e 86,91% das ações preferenciais sem direito a voto da Newco, totalizando, entre ações ordinárias e preferenciais, 64,1% do capital total da Newco.

A participação detida pela Newco no capital social da EcoRodovias é de 64,0%, enquanto que a participação indireta detida na EcoRodovias por Primav e Igli é de, aproximadamente, 23% e 41% do seu capital social, respectivamente.

Foi ainda celebrado, nesta data, Acordo de Acionistas da Newco, vinculando 100% das ações ordinárias de emissão da Newco, o qual prevê uma estrutura de compartilhamento de controle entre a Primav e a Igli S.p.A., através da qual as decisões da assembleia e do conselho de administração da Newco serão tomadas por consenso (“Acordo de Acionistas”).

### C) Sociedades envolvidas

- Primav Construções e Comércio S.A.
- Primav Infraestrutura S.A.(“Newco”)
- Igli S.p.A.

### D) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

Após a operação a Igli S.p.A. passou a ter 86,9% das ações preferenciais e 50,0% das ações ordinárias da Newco e a Primav Construções e Comércio S.A. passou a ter 13,1% das ações preferenciais e 50,0% das ações ordinárias.

### E) Quadro societário antes e depois da operação

Primav Infraestrutura S.A.(“Newco”)					
Antes					
ON	%ON	PN	%PN	Total	%Total

**15.7 - Principais Operações Societárias**

<b>Igli S.p.A.</b>	0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Primav Construções</b>	0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

<b>Primav Infraestrutura S.A.("Newco")</b>						
<b>Depois</b>						
	<b>ON</b>	<b>%ON</b>	<b>PN</b>	<b>%PN</b>	<b>Total</b>	<b>%Total</b>
<b>Igli S.p.A.</b>	103.295.946	50,0%	110.984.640	86,9%	214.280.586	64,1%
<b>Primav Construções</b>	103.295.946	50,0%	16.714.554	13,1%	120.010.500	35,9%

- F) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas**  
Celebração do Acordo de Investimento entre os acionistas.

## **15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico**

Não há outras informações que a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") julgue relevantes para os itens 15.1 a 15.7 deste formulário.

## **16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Consórcio Binário Porto de Santos	17/08/2018	184.837.156,20	R\$3.262.929,00	R\$170.754.073,77	17/08/2018 A 30/11/2020	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Formado pelas empresas CR Almeida Engenharia de Obras S.A., que detém participação na Primav Infraestrutura S.A., e Itinera Construções, parte relacionada da IGLI S.p.A., que também detém participação na Primav Infraestrutura S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte						
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de serviço de implantação da Conexão Porto-Cidade entre o KM 60 e KM 65+600 da SP150, municípios de Santos e Cubatão.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	*C003						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
Consórcio Baixada Santista	12/05/2017	27.869.286,47	R\$0,00	R\$524.422,30	De 12/05/2017 a 31/01/2018	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Formado pelas empresas CR Almeida Engenharia de Obras S.A., que detém participação na Primav Infraestrutura S.A., e Itinera Construções, parte relacionada da IGLI S.p.A., que também detém participação na Primav Infraestrutura S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte						
<b>Objeto contrato</b>	Implantação da 3a faixa da Rodovia SP055 Padre Manoel da Nóbrega do KM 274 ao KM 292 da pista oeste.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	*C003						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda e TB Transportadora de Betumes Ltda.	21/06/2013	53.175.744,68	R\$0,00	R\$0,00	De 21/06/2013 a 30/09/2017	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Pertence aos acionistas da CR Almeida S/A Engenharia de Obras, que detém participação na Primav Infraestrutura S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte						

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Objeto contrato</b>	Fornecimento e transporte de material asfáltico						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	*C003						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	01/01/2016	147.581.930,16	R\$5.831.260,79	R\$0,00	De 01/01/2016 a 31/12/2017	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora Direta						
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	*C003						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	01/01/2018	74.492.544,00	R\$5.443.188,43	R\$1.463.816,03	01/01/2018 A 31/12/2018	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora Direta						
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	*C003						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Especificar</b>							
CR Almeida S/A Engenharia de Obras	18/03/2016	8.990.872,40	R\$0,00	R\$0,00	De 18/03/2016 a 31/01/2017	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Detém participação na Primav Infraestrutura S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte						
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de serviço de construção de obras civis para recuperação de pavimento flexível e usinagem de CBUQ para os trevos do Sistema Anchieta Imigrantes						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	*C003						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	09/09/2009	4.142.766,14	R\$25.448,76	R\$2.140.754,20	De 09/09/2009 a 28/03/2024	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora Direta						
<b>Objeto contrato</b>	Locação do prédio administrativo para a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	*C003						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
Consórcio Serra do Mar	26/05/2015	10.242.446,69	R\$0,00	R\$0,00	26/05/2015 A 31/01/2016	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Formado pela CR Almeida S/A Engenharia de Obras, que detém participação na Primav Infraestrutura S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte						

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de serviços de: implantação das 3as faixas entre o km 280+000 e km 292+000 da SP055 Padre Manoel da Nóbrega - Pista Leste, com fornecimento de material, mão-de-obra e equipamentos						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	*C003						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
Consórcio Baixada Santista	12/05/2017	23.430.400,87	R\$0,00	R\$456.463,49	12/05/2017 a 31/12/2018	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Formado pelas empresas CR Almeida Engenharia de Obras S.A., que detém participação na Primav Infraestrutura S.A., e Itinera Construções, parte relacionada da IGLI S.p.A., que também detém participação na Primav Infraestrutura S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte						
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de serviço de construção de obras civis para recuperação de pavimento flexível e usinagem de CBUQ para os trevos do Sistema Anchieta Imigrantes						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	*C003						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda e TB Transportadora de Betumes Ltda.	01/05/2017	28.428.905,01	R\$102.102,79	R\$17.992.995,33	01/05/2017 a 31/05/2020	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Pertence aos acionistas da CR Almeida S/A Engenharia de Obras, que detém participação na Primav Infraestrutura S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte						
<b>Objeto contrato</b>	Fornecimento e transporte de material asfáltico						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						



**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	*C003						
<b>Posição contratual do emissor</b>							
<b>Especificar</b>							
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A	12/04/2017	300.000.000,00	R\$341.785.803,13	R\$341.785.803,13	12/04/2017 a 12/04/2025	NÃO	6,980000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora Direta						
<b>Objeto contrato</b>	Debêntures Privadas						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	*C003						
<b>Posição contratual do emissor</b>							
<b>Especificar</b>							
CR Almeida S/A Engenharia de Obras	18/03/2016	45.097.595,60	R\$0,00	R\$0,00	De 18/03/2016 a 31/01/2017	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Detém participação na Primav Infraestrutura S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte						
<b>Objeto contrato</b>	Implantação da 3a faixa da Rodovia SP055 Padre Manoel da Nóbrega e muros de contenção						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	*C003						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor						
<b>Especificar</b>							

**16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado*****a. identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses;***

Para tratar questões de conflitos de interesses, a Companhia adota, em adição ao exigido pela legislação vigente, certas práticas de governança corporativa. Neste sentido, a Companhia possui Instrução Normativa de Conflito de Interesse datada de 11 de dezembro de 2018, que estabelece princípios, diretrizes e regras sobre situações de conflito de interesses que envolvam a Companhia e seus colaboradores com terceiros. Ademais, todas as decisões acerca das operações da Companhia com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração, conforme definido no Estatuto Social da Companhia.

Ainda, quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

***b. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado;***

As operações pactuadas com partes relacionadas descritas no item 16.2 deste Formulário de Referência são devidamente formalizadas mediante celebração de contratos com cláusulas e condições refletindo os preços e práticas de mercado, sempre tendo como objetivo o os interesses da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades. Nesse sentido, o caráter comutativo das transações pode ser comprovado observando-se os termos e condições apresentados nos contratos descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, inclusive no que se refere à natureza e razões para a operação e as taxas de juros aplicadas, nos casos de empréstimo.

Adicionalmente, conforme informado no item 16.1 deste Formulário de Referência, todas as transações entre as partes relacionadas estão à disposição dos membros do Conselho de Administração, que poderão solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado.

## **16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas**

Não há outras informações que a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") julgue relevantes para os itens 16.1 a 16.4 deste formulário.

**17.1 - Informações Sobre O Capital Social**

<b>Data da autorização ou aprovação</b>	<b>Valor do capital (Reais)</b>	<b>Prazo de integralização</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias (Unidades)</b>	<b>Quantidade de ações preferenciais (Unidades)</b>	<b>Quantidade total de ações (Unidades)</b>
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Autorizado</b>				
28/03/2003	367.016.870,00		52.965.000	0	52.965.000
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
20/12/2001	314.051.870,00		270.386.120	0	270.386.120
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
20/12/2001	314.051.870,00		270.386.120	0	270.386.120
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
20/12/2001	302.547.396,60		262.452.000	0	262.452.000

## 17.2 - Aumentos do Capital Social

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

### **17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

## **17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

## **17.5 - Outras Informações Relevantes**

Não há outras informações que a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") julgue relevantes para os itens 17.1 a 17.4 deste formulário.



## **18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

### **18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

## **18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

**18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil**

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Debêntures - 2ªEmissão
<b>Data de emissão</b>	15/04/2013
<b>Data de vencimento</b>	15/04/2024
<b>Quantidade (Unidades)</b>	881.000
<b>Valor total (Reais)</b>	881.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	1.176.953.046,54
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Não
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Os Debenturistas de cada uma das séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da respectiva série, sendo que poderá ser realizada uma Assembleia Geral de Debenturistas comum às duas séries caso possuam a mesma ordem do dia.
<b>Outras características relevantes</b>	As Debêntures são quirografárias e não contam com nenhuma garantia ou preferência. Desta forma, em caso de falência ou procedimento similar, o pagamento das Debêntures estará subordinado ao pagamento de todas as obrigações com garantia real e/ou privilégio da Emissora.  Ademais, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, desde que permitido pela Lei 12.431 e nos termos a serem regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, de uma ou mais séries, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas da(s) respectiva(s) série(s), sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas da(s) respectiva(s) série(s) para aceitar ou não o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão. Na data deste Prospecto, não há permissão na Lei 12.431 para realização de oferta de resgate antecipado das Debêntures.

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Debêntures - 1ªEmissão
<b>Data de emissão</b>	01/11/2006
<b>Data de vencimento</b>	01/11/2014
<b>Quantidade (Unidades)</b>	45.000
<b>Valor total (Reais)</b>	450.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	0,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim

## 18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	<p>As debêntures não estarão sujeitas a resgate antecipado. No caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência de apuração de qualquer taxas de rendimento por mais de 10 dias úteis da data esperada para sua apuração/divulgação, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD para definir a taxa substitutiva. Não havendo acordo na AGD sobre a taxa substitutiva, a Emissora deverá resgatar a totalidade das debêntures em circulação pelo valor equivalente ao saldo de seu Valor Nominal Unitário e aos rendimentos aplicáveis pro rata temporis, a partir da data de Emissão ou da última data de pagamento de dividendos.</p>
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	<p>Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse dos Debenturistas ("AGD").</p> <p>A AGD de cada uma das séries pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10 % (dez por cento) das Debêntures em circulação da respectiva série, ou pela CVM. A AGD da respectiva série instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação da respectiva série e, em segunda convocação, com qualquer quorum, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações. Para efeitos da Escritura, considera-se Debêntures em circulação de cada uma das séries todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora ou detidas por seus controladores, diretos ou indiretos, controladas ou coligadas, bem como por seus respectivos executivos e administradores e respectivos cônjuges.</p> <p>A presidência da AGD da respectiva série caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.</p> <p>Para maiores detalhes sobre as alterações dos direitos assegurados por tais valores mobiliários verificar o item 18.10.</p>
<b>Outras características relevantes</b>	<p>As debêntures da primeira emissão da companhia contam com garantia real representada pelo (a) penhor de 99,99% (na data de emissão) das ações de emissão da Companhia detidas pela Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.; (b) cessão fiduciária dos direitos creditórios relativos aos valores, créditos, recebíveis e outros valores mobiliários que correspondam a 100% (na data de emissão) do produto de toda a arrecadação, de todos os postos de pedágios, atuais e futuros, em toda a extensão do Sistema Anchieta-Imigrantes, bem como os valores depositados em contas bancárias da Companhia e aplicações financeiras da Companhia</p> <hr/>

**18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários**

<b>Valor Mobiliário</b>	<b>Pessoas Físicas</b>	<b>Pessoas Jurídicas</b>	<b>Investidores Institucionais</b>
Debêntures	6403	439	34

## **18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação**

As debêntures em circulação emitidas pela Companhia são registradas para distribuição primária e negociação secundária na B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão.

## **18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.



## 18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), não possui títulos emitidos no exterior.

## **18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição**

### **Exercício social de 2018:**

Não ocorreram ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia.

### **Exercício social de 2017:**

Não ocorreram ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia.

### **Exercício social de 2016:**

Não ocorreram ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia.

## **18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Companhia”), por estar registrada na categoria “B”.

## **18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

## **18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários**

Não há outras informações que a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") julgue relevantes para os itens 18.1 a 18.11 deste formulário.

## **19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

## **19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

### **19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria**

Não há outras informações que a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") julgue relevantes para os itens 19.1 a 19.2 deste formulário.



## **20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

## **20.2 - Outras Informações Relevantes**

Não há outras informações que a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") julgue relevantes para o item 20.1 deste formulário.

## **21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

### **21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

## **21.4 - Outras Informações Relevantes**

Não há outras informações que a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia") julgue relevantes para os itens 21.1 a 21.3 deste formulário.